

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FÁTIMA CRISTINA GONÇALVES DE MORAES

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO EM ESCOLAS
DE JORNADA INTEGRAL:
UM ESTUDO NOS CIEPS DA 8ª. CRE –
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO
2009

FÁTIMA CRISTINA GONÇALVES DE MORAES

**A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO EM ESCOLAS DE JORNADA
INTEGRAL:
UM ESTUDO NOS CIEPS DA 8ª. CRE
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho.

RIO DE JANEIRO

2009

Dedico este trabalho à minha família, aos alunos e professores que estão, de certa forma, citados nesta pesquisa e à Educação Pública, dedicação e paixão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para chegar até aqui;

À minha mãe, pai, marido e filhos que, cada um a sua maneira, incentivaram e ajudaram nesta conquista;

À minha família, que é grande e nos impulsiona a conseguir cada vez mais;

Aos meus colegas, professores e funcionários, que sempre acreditaram nesta possibilidade;

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, da Turma 2007 - foi um grande aprendizado;

À Prof^ª. Lígia Martha Coelho, pela paciência e atenção com que se dedica aos seus mestrandos e em especial com esta diretora de CIEP, que sempre teve seus empecilhos de trabalho com a pesquisa;

Aos demais componentes da banca, Prof^ª. Ana Cavalieri, tão admirada por mim desde que a conheci pela sua pesquisa com as escolas de tempo integral, e Prof^ª. Janaína, com quem muito aprendi sobre legislação educacional e que espero continuará a compartilhar comigo o seu conhecimento;

Às Prof^ªs Nailda Bonato e Lúcia Velloso, suplentes da banca, que muito me auxiliaram na elaboração desta dissertação;

RESUMO

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) que pertenciam ao Programa Especial de Educação do estado do Rio de Janeiro e foram incorporados ao município do Rio de Janeiro propunham uma mudança radical na qualidade da educação fundamental, a partir de um trabalho desenvolvido com educação integral, em tempo integral. Este estudo pretende investigar as concepções e práticas de tempo integral, e sua organização em instituições escolares em parte desses CIEPs da rede de escolas do município do Rio de Janeiro. Trabalhamos na análise da organização do tempo nos CIEPs da 8ª. Coordenadoria Regional de Educação, situada na zona oeste desse mesmo município. Algumas questões que se apresentaram no estudo se referiam à orientação que embasava a organização do tempo no projeto original dos CIEPs e qual, ou quais práticas estavam sendo realizadas nessas instituições escolares. Nossos objetivos foram: (1) apresentar a política de implantação do tempo integral do I PEE (Programa Especial de Educação) e a sua continuação, após a municipalização de algumas unidades (CIEPs); (2) descrever essa trajetória nos CIEPs pertencentes à 8ª CRE(Coordenadoria Regional de Educação), e (3) observar a política de tempo integral que vinha sendo implementada no momento do estudo, nessas escolas, a fim de contribuir (1) no (re) direcionamento das ações voltadas para a educação integral e o tempo integral nas unidades escolares que atuam desta forma, na 8ª CRE; (2) na orientação de políticas públicas voltadas para a temática em estudo a qual, encontra-se na pauta das políticas do Governo Federal. Foram visitados 16 CIEPs na área de abrangência especificada, onde a organização do tempo foi sendo modificada. Cada escola estabelece o seu ritmo e o seu controle, de acordo com o maior ou menor conhecimento do PEE original. Mas percebemos que fatores como a violência, a localização, o entorno da escola e a falta de uma orientação única na organização do tempo interferem no desempenho dos alunos e na quantidade de turmas atendidas nestes CIEPs. Assim, verificamos que não existe uma fórmula ideal de organização do tempo nas escolas que praticam o horário integral e que, na realidade, é preciso um grande debate sobre como deve ser gerenciado este tempo, favorecendo a participação de todos implicados neste atendimento.

Palavras Chave : Tempo Escolar; Tempo Integral; Educação Integral; CIEPs

ABSTRACT

The Public Education Integrated Centers (CIEPs) which belonged to the Special Educational Program from the state of Rio de Janeiro and were incorporated to the Rio de Janeiro city, proposed a radical change in the quality of primary and elementary education on a full time basis. This study intends to investigate full time conceptions, practices, and its organization in the schools which are parts of these CIEPs in the Rio de Janeiro area. The analysis of time organization occurred in CIEPs from 8th Regional Education Coordination (8^a CRE) located in the west zone of the city. The study referred to the orientation which imbedded the time organization in the original project of CIEPs and which practices or practices were being developed in these institutions. The objectives were: (1) present the policy of full time adoption of I PEE (Special Education Program) and its sequence after the city's control over some units (CIEPs); (2) describe this trajectory in CIEPs from 8^a CRE, and (3) observe the full time policy, which was being followed at the time of the study in these schools, with the purpose of contributing to the (1) (re) directioning of actions focused on the full education and full time schedule in school units work this way, inside 8^a CRE; and (2) in the orientation of public policies related to the theme being studied, which is in the Federal Government's guide line policies. The methodology was the bibliographical, desk research and interview semi structured used to raise data on these drives time currently and content analysis technique to accomplish the inferences and categorize the replies of the directions of the schools. Sixteen CIEPs were visited in the area previously mentioned where the time organization was being modified. As results, were observed that each school establishes its own rhythm and its control, according to the major or minor knowledge of the original PEE.. Nevertheless, there are factors, such as violence, location, the school surroundings and the lack of a single orientation time organization which interfere in the students' performance and in the amount of groups presents in the CIEPs. Thus, it was noticed that there is not an ideal formulae in the time organization in the schools which favor the full time schedule, and that, in fact, a great discussion is needed to consider how it should be managed, favoring the participation of all those involved in this interaction.

Keywords: School Time; Full Time; Full Time Education; CIEPs

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - TEMPO NAS ESCOLAS: Porque precisamos pensar sobre isto?	8
Como prosseguir com o estudo do tempo nas escolas?	13
I - Em torno das relações entre Tempo e Educação	
1.1 - Tempo – uma construção social e cultural.....	18
1.2 - Tempo integral como mudança de concepção escolar: sua relação com a Educação integral.....	30
II - Tempo na história escolar do Rio de Janeiro: Revisitando os CIEPs	
2.1 - Quando a história da educação se confunde com a história do país.....	34
2.2 - O Programa Especial de Educação e os CIEPs	38
2.3 - Os CIEPs no Município do Rio de Janeiro: uma nova visão do Projeto.....	47
III - Jornada ampliada na escola: mais um desafio para a gestão.	
3.1 - A História do tempo integral nos CIEPs da 8ª CRE...	58
IV - A respeito da organização do tempo nos CIEPS da 8ª CRE	107
4.1 – Considerações finais?	121
V – Referências	131
VI – Anexos	135

INTRODUÇÃO: TEMPO NAS ESCOLAS - Porque precisamos pensar sobre isto?

Este estudo foi elaborado e pensado ao longo de 29 anos de magistério, onde, passamos por experiências que pertencem às mais diversas concepções educacionais.

Como o processo de educar, na maioria das vezes, não é o que se aprende na formação de professores, mais especificamente no chamado Curso Normal, a primeira investida na sala de aula, como professora¹, transformou-se em algo desastroso, uma vez que não sabíamos como conciliar disciplina com liberdade, nem como trabalhar com os alunos de modo a tornar significativa (s) a(s) sua(s) aprendizagem (ns).

Já nessa primeira experiência, o trabalho educativo se dava em tempo integral; no entanto, com uma organização temporal em que não existiam planejamentos especiais: os alunos tinham aulas no 1º turno – quando eram transmitidos todos os conhecimentos curriculares tradicionais, considerados como fundamentais à formação –, e no 2º turno, eles faziam as "tarefas de casa", viam televisão, utilizavam jogos diversos, de acordo com seu tempo e disposição. Neste horário, havia alunos de todas as idades e séries as quais a escola atendia.

Com o tempo e a formação em serviço, a habilidade de organizar as atividades de forma a atender a filosofia da escola, baseada em conceitos da metodologia criada por Maria Montessori foi sendo entendida, tanto na teoria, quanto (especialmente) na prática.

Em outras palavras, convivemos e nos habituamos a ver a Educação por esta ótica - "liberdade com responsabilidade", atividades livres, alunos autônomos, com um planejamento bem elaborado. Havia salas de aula com materiais para desenvolver, desde as habilidades de coordenação motora, linguagem oral, escrita e

¹ Em 1980 fui convidada a trabalhar como professora auxiliar de uma turma de classe de alfabetização em uma escola privada que seguia a filosofia pedagógica de Maria Montessori. No mesmo ano, passei a trabalhar com uma turma de alunos que foram matriculados para estar na escola em horário integral; a turma era mista, com alunos de diversas faixas etárias.

matemática, de acordo com o desenvolvimento biológico e cronológico dos alunos. Cada qual a seu tempo e ritmo, preocupados sempre com a atenção ao corpo e ao ambiente, sem descuidar das tarefas que deveriam realizar durante o período planejado.

Em 1985, decidimos prestar concurso para ingressar no quadro de professores do município do Rio de Janeiro, e, nessa atividade profissional, novamente o primeiro problema foi conciliar disciplina e liberdade.

Naquele momento, a dificuldade foi maior para os alunos do que para a professora, já que a educação tradicional, sem opções para escolha de atividades, era a diretriz daquela escola e, acreditamos, da imensa maioria das unidades escolares municipais daquela época. Estávamos aprendendo a caminhar sem o medo de falar e expressar nossos sentimentos; buscávamos novos caminhos na relação ensino-aprendizagem, na relação com a organização do tempo da escola...

Concomitante a essa formação prática na educação pública, iniciamos graduação em Psicologia, e posteriormente especialização em Psicopedagogia. Com as leituras recomendadas e com o retorno das idéias que surgiam para aplicabilidade em sala de aula, constatamos que o vínculo emocional que existe entre o educando e o educador, e destes com a instituição escolar, influencia de maneira imperativa o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Mais alguns anos de trabalho, mais precisamente em 1989, e fomos convidadas a fazer parte da equipe administrativa da escola em que atuávamos².

Em 1992, algumas unidades escolares novas, que pertenciam ao Programa Especial de Educação do estado do Rio de Janeiro³, foram incorporadas ao município, e precisavam entrar em funcionamento. Nossa equipe, ao visualizar uma possibilidade de mudança educacional e o surgimento de um novo desafio, colocou-se à disposição da Secretaria de Educação para compor a equipe de direção de um dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEP – que estava sendo finalizado .

Neste momento, iniciamos nosso contato com essas idéias de Educação lançadas, acreditávamos, por Darcy Ribeiro, e colocadas em prática durante aquela

² Uma Escola Municipal somente de Educação Infantil. Havia turmas com alunos de 5 anos, 4 ou 3 anos, e situava-se na Vila Militar de Deodoro, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Fui convidada pela Diretora a exercer a função de encarregada da Secretaria.

³ Programa Especial de Educação (PEE), programa elaborado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, baseado em propostas discutidas com os docentes no Encontro de Mendes, sobre o qual estaremos falando no Capítulo II.

gestão política que, fundamentalmente, elaborou projeto e construiu prédios escolares. Começamos a organizar as atividades da escola, conforme o denominado “Livro Preto dos Cieps”, obra que continha a proposta daquele Programa e que servia de base para sua implantação.

Mudanças no cenário político⁴ trouxeram novos “olhares” para o projeto, direcionando-o para uma reorganização das escolas, de modo a “democratizar” seu atendimento. Em outras palavras, sob o argumento de que a população tinha o direito de escolher o tempo que desejava que suas crianças permanecessem na escola, e de que todas as instituições da rede deveriam ter o mesmo atendimento, o funcionamento dos Cieps foi sendo alterado.

Embora na gestão estadual permanecesse a mesma diretriz, na esfera municipal a orientação não continuou a mesma, ou seja, não havia mais um Programa Especial de Educação, uniformizando concepções e ações. Muitos profissionais que atuavam nas atividades ditas extraclasse foram retirados, e os que eram os regentes das turmas passaram a ter a responsabilidade de serem os únicos a implementar atividades ao longo do tempo integral. Além disso, estas instituições começaram a oferecer dois tipos de atendimento: turmas em horário parcial, no 1º ou 2º turno, com cada série à disposição nos dois turnos, e turmas em horário integral. No entanto, é importante ressaltar que alguns Cieps não cumpriram com o determinado, e permaneceram sempre com suas turmas em tempo integral, apesar de possuírem uma estrutura de recursos humanos igual a uma escola com turmas de “horário parcial”. Na gestão do prefeito Luis Paulo Conde e da Secretária Carmem Moura, todos os Cieps foram reorganizados e deveriam estar com todas as turmas em tempo integral para receberem uma equipe⁵ de unidades deste tipo. Alguns Cieps não conseguiram juntar suas turmas em tempo integral e perderam sua estrutura administrativa, situação que perdura até hoje, mesmo naqueles que já consolidaram seu funcionamento.

Um resgate da discussão da educação integral e do tempo integral vem ocorrendo, em termos de políticas públicas. Neste sentido, alguns Cieps permanecem com o atendimento em jornada ampliada ou integral sem, contudo,

⁴ Em 1993, após as eleições municipais, assume o governo municipal o Sr. Cesar Maia (PFL) e a Secretaria Municipal de Educação, a Profª Regina de Assis.

⁵ Os Cieps possuíam um Diretor Geral, uma Adjunta Pedagógica, uma Adjunta Comunitária, um Chefe de Apoio Administrativo e um Chefe de Serviços Gerais. Nesta época, passaram a se constituir por um Diretor, duas Adjuntas, um Coordenador Pedagógico e dois Chefes com funções gratificadas.

poder garantir aos seus alunos e famílias que este tempo será significativo e relevante no cotidiano escolar. Como bem afirma Cavaliere (2002), "... a simples manutenção do tempo integral traz desafios para o cotidiano escolar que criam a tensão permanente da busca de soluções, e a expectativa por novas alternativas à vida escolar". (2002 a. p.94)

Pelo exposto, fruto de experiências e de reflexões que vimos acumulando ao longo de nossa prática profissional, propomos como **tema** deste estudo as concepções e práticas de tempo integral, e como **objeto** de investigação o tempo integral e sua organização em instituições escolares. O **problema** a ser trabalhado reside, então, na análise da organização do tempo nos Cieps da 8ª. Coordenadoria Regional de Educação, situada no município do Rio de Janeiro, e que trabalham com atendimento de oito horas diárias.

Algumas **questões** se apresentam como inquietações, diante do problema estabelecido, a saber: Que orientação embasava a organização do tempo no projeto original dos CIEPs? Qual, ou quais práticas estão sendo realizadas nessas instituições escolares, que mantêm educação em tempo integral, especificamente na 8a. CRE?

Visando responder a essas perguntas, este estudo tem como **objetivos**: (1) apresentar a política de implantação do tempo integral do I PEE e a sua continuação, após a municipalização de algumas unidades (CIEPs) ; (2) descrever essa trajetória nos CIEPs pertencentes à 8ª CRE, e (3) observar a política de tempo integral que vem sendo implementada nessas escolas.

Conforme já dissemos anteriormente, a pesquisa **justifica-se** pela necessidade de serem observadas as diretrizes teórico-metodológicas que perpassam o trabalho dos educadores / gestores que atendem aos alunos nos Cieps, em unidades que foram projetadas com a finalidade de funcionarem em tempo integral.

Sua **relevância** alicerça-se na possibilidade de contribuir (1) para o (re) direcionamento das ações voltadas para a educação integral e o tempo integral nas unidades escolares que atuam desta forma na 8ª CRE, e (2) na orientação de políticas públicas voltadas para a temática em estudo a qual, nos últimos tempos,

encontra-se na pauta das políticas do Governo Federal, como explicitarei anteriormente.

Cavaliere (2006) afirma que o Rio de Janeiro, segundo dados de 2006 da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro, é o estado que “possui maior número de matrículas em turnos de duração de mais de cinco horas, correspondendo a 14,56% do total de matrículas”(p.92). Na capital, são aproximadamente 71 CIEPs com horário integral e 203 creches que também funciona o dia inteiro, pertencendo à rede municipal.

Desde 1994, as escolas municipais foram agrupadas em 10 CREs (Coordenadorias Regionais de Educação), na Secretaria Municipal de Educação, que funcionam como mini-secretarias para atender a administração das unidades escolares sob sua abrangência.

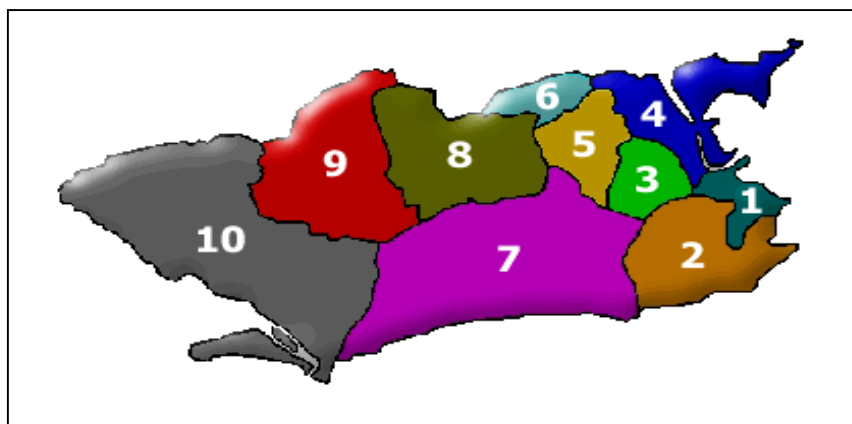


Figura 01 – Divisão do Município do Rio de Janeiro pelas CREs. Fonte SME/RJ

O Município do Rio de Janeiro é, também, o que possui o maior quantitativo de escolas municipais no país e é considerada a maior da América Latina. A divisão em Coordenadorias Regionais veio facilitar a administração destas unidades, passando a proporcionar uma maior proximidade com as comunidades atendidas.

A 8ª CRE está situada na zona oeste do Rio de Janeiro, atendendo às escolas municipais dos bairros circunscritos à região que vai de Deodoro a Santíssimo, totalizando a assistência educacional a 168 escolas e creches e, entre elas, 16 Cieps e uma escola regular em tempo integral.

É interessante destacar que esta CRE é a que possui o maior número de CIEPs municipalizados. Algumas dessas escolas foram instituídas no 1º PEE, e passaram por todo o projeto original. Outras foram implantadas sem participar desta

orientação, e tiveram uma trajetória mais conturbada, que será explicitada durante o estudo.

Levando em consideração as informações apresentadas acerca da realidade educacional do município do Rio de Janeiro, e visando **delimitar** o objeto de estudo, optamos por realizar a investigação proposta em Cieps localizados na área de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

Outra motivação para o recorte se deve à nossa experiência profissional, como diretora de um destes Cieps já citados, por 15 anos, o que facilita a compreensão mais pormenorizada do objeto de estudo, mas que também proporciona algum desconforto no que tange aos problemas existentes na gestão administrativa e que no decorrer do estudo foi sendo observado nos demais CIEPs.

Como prosseguir com o estudo do tempo nas escolas?

Em termos de **metodologia** para atingir os objetivos propostos nesta investigação, optamos inicialmente pela *pesquisa bibliográfica*, a fim de analisar teoricamente concepções e práticas de tempo integral; a concepção de educação do I PEE e das propostas de regulamentação municipal, no tocante à organização do tempo.

Nesta fase mais exploratória do referencial teórico coletamos, na história da educação brasileira, propostas que se preocuparam com a organização do tempo na escola, tempo este que possui uma relação social com a vida das pessoas e determina a importância que a sociedade dá a essa instituição. Nessa pesquisa, verificamos que um dos marcos, no Brasil, é a proposta de tempo integral de Anísio Teixeira.

Também pudemos constatar, por meio de pesquisa efetuada por Cunha (2001), a evolução da instituição escola, após a ditadura militar, como proposta redentora da sociedade, o que influenciou bastante os dois Programas Especiais de Educação estruturadores das escolas de tempo integral – CIEPs - criadas no estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 80-90.

A pesquisa bibliográfica serviu, então, para dar suporte teórico ao problema que investigamos, além de definir suas dimensões ao longo de um período da história (TRIVINOS,1990). Este apoio foi importante para orientar a direção do olhar

do pesquisador sobre o objeto da investigação e levou em conta nossos propósitos em relação ao primeiro objetivo que apresentamos neste estudo. Afinal, para analisar a política de implantação do tempo integral do I PEE e de como foi orientado o funcionamento dos Cieps que passaram para a esfera administrativa do município do Rio de Janeiro, foi preciso proceder a leituras que nos fizessem melhor entender, teoricamente, categorias de análise como *tempo*, *tempo na escola*, bem como as experiências em tempo integral.

Visando a discussão do segundo objetivo proposto neste estudo, decidimos observar os Cieps existentes na 8ª Coordenadoria Regional de Educação, onde a pesquisadora é gestora de uma destas unidades, o que faz com que a experiência diante do objeto traga outro olhar para o suporte teórico que determinou as categorias de estudo e observação.

Nesta fase em que o olhar investigativo se voltou para o campo de análise buscamos, como caminhos metodológicos, a *pesquisa documental* e a *técnica da entrevista estruturada*.

A *pesquisa documental* foi utilizada com o intuito de analisar documentos oficiais de regulamentação dos Cieps e os que criaram aqueles da 8ª CRE, o que, consideramos, complementou o dado obtido nas entrevistas.

Acreditamos na eficácia da pesquisa documental para dar conta do segundo objetivo, uma vez que possibilita conhecer uma dada realidade mais detalhadamente, por meio da investigação em fontes impressas. Nesse caso, como afirmamos anteriormente, nossa meta foi construir o histórico daquelas unidades administrativas, desde sua implantação. Como afirmam Ludke e André (1986), “os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador” (p.39)

Além de complementar dados obtidos pela análise documental, as entrevistas serviram também para sinalizar as atitudes, valores e opiniões dos gestores com relação à organização do tempo, de modo a contemplar a educação integral proposta para os CIEPs.

Nesse estágio da pesquisa, organizamos uma entrevista estruturada, com perguntas fechadas e abertas, visando proporcionar ao entrevistado colocar-se diante do tema, de forma a permitir à pesquisadora obter dados mais objetivos de como as orientações iniciais do programa ainda persistem – ou não - no

funcionamento destas escolas. Nesse sentido, concordamos com Minayo, quando afirma que

(...) O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 1993:109)

Para que a função da entrevista se efetive, o entrevistador deve estar atento a alguns detalhes: manter uma escuta ativa e uma atitude que deixe o entrevistado à vontade para exprimir-se sem constrangimentos; atentar para a comunicação não-verbal e atitudinal, sem, contudo julgar ou qualificar os atos do informante.

Apesar das preocupações apontadas no parágrafo anterior, a entrevista proporciona um contato imediato com questões relevantes, que podem aprofundar os significados do objeto estudado (CHIZZOTTI, 2003).

No sentido de melhor precisar os dados a serem obtidos nas entrevistas, foi elaborado questionário dirigido à Direção dos CIEPs (Anexo 01), para chegarmos a generalizações a respeito de como operam as escolas de tempo integral na 8ª CRE, e o que as faz permanecer neste padrão de organização do tempo escolar no município do Rio de Janeiro.

Como pesquisadora e também gestora de uma das unidades que funciona em tempo integral na 8ª CRE, nossa função deve preservar certo distanciamento do problema, uma vez que a observação não deve julgar e sim descrever as atividades que funcionam espontaneamente, ou não, nesse espaço destinado a atividades em turno que dura oito horas diárias – o tempo integral.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado com um total de 12 questões, que evidenciaram a evolução da organização das atividades e a avaliação da participação de alunos, professores e comunidade nesta dinâmica, e que está melhor descrito no capítulo III, quando se descreve o histórico e a organização do tempo dos CIEPs da 8ª. CRE.

Neste ponto da pesquisa, para conseguirmos os dados, foi necessária uma conversa informal, onde as perguntas foram sendo feitas diretamente à Diretora da escola.

Algumas precisaram ser representadas por outros elementos da equipe, nos momentos em que a gestora não possuía conhecimentos suficientes sobre o Programa original dos CIEPs, ou também, quando se apresentava ocupada por outras tarefas inerentes à função de direção.

Esta fase foi bastante interessante para nós, pois proporcionou um contato direto com as demais Unidades deste porte, em locais bastante diversos, e onde precisamos realizar um esforço para apenas obter as informações necessárias ao estudo sem o natural envolvimento com os entraves à gestão do tempo integral.

Para analisar os dados obtidos nos questionários, utilizamos a análise de conteúdo dos documentos pesquisados e das falas das entrevistas, visando obter significados explícitos e/ou ocultos nestas comunicações.

Alguns procedimentos foram utilizados para essa análise, dependendo do material decodificado, ou seja, um documento pode ser decomposto em unidades lexicais ou classificado segundo categorias selecionadas para o estudo. A comunicação também pode ser analisada pelo sentido atribuído no momento do discurso, ou pelo significado dos conceitos.

Neste caso, consideramos a análise de conteúdo como método adequado porque “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. [...] Qualquer comunicação, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deve poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.” (BARDIN, 1977:31-32)

Esta possibilidade metodológica serve para reduzir o volume das informações obtidas e auxiliar, então, na construção histórica da gestão do tempo integral nestas unidades até a atualidade, buscando desvendar o que pensam, hoje, os atores destes CIEPs a respeito da organização deste tempo.

A fase mais formal da análise aconteceu ao final do estudo, quando se categorizaram as respostas obtidas, com base no referencial teórico anteriormente apresentado. Este foi o momento mais complexo da análise, quando precisamos nos reportar às idéias iniciais, reavaliá-las e formar novas idéias que poderão surgir e conduzir o estudo para uma possível continuidade.

Sumarizando a pesquisa realizada, no Capítulo I apresentamos os aspectos teóricos relacionados à organização do tempo na escola. Para isto, trabalhamos a concepção de tempo, sua estreita vinculação com uma concepção ampliada de educação e suas aproximações com as concepções de educação integral, privilegiando as experiências ocorridas na educação brasileira.

No Capítulo II, procuramos articular a história e memória da experiência dos CIEPs, por meio de uma reflexão sucinta acerca do contexto que gerou a criação do I Programa Especial de Educação e, conseqüentemente, a construção dessas instituições escolares.

No Capítulo III, descrevemos a história das escolas de horário integral da 8ª Coordenadoria de Educação, em relação à organização do seu tempo, partindo de seus documentos e dos relatos que mostraram como funcionaram e funcionam os Cieps, após sua implantação.

Finalmente, ressaltamos a relevância deste estudo, levando o leitor a refletir a respeito das antigas proposições e da política para ampliação do tempo integral nos CIEPs da 8ª. CRE, como forma de democratização da educação, no atual contexto sócio-educativo. Em outras palavras, este tempo ampliado de experiências educativas que as classes economicamente mais privilegiadas conseguem preencher muito facilmente.

Tentamos ainda realizar uma síntese da gestão do tempo nas escolas que foram criadas para funcionar em um turno único, atendendo a uma necessidade de uma população até então carente de experiências específicas para a melhoria da qualidade da educação. Uma pergunta estará sempre presente, neste momento do estudo: A importância da escola e o tempo que se permanece nela são diferenciais na educação?

Iniciando, agora, nossas reflexões, nos perguntamos: Tempo, na escola, é questão a ser discutida?

1. Em torno das relações entre Tempo e Educação

1.1. Tempo e Tempo escolar – uma construção social e cultural?

Somos sujeitos sócios - históricos. Já ao nascer, fazemos parte de uma sociedade, pertencemos a uma cultura, referenciamos-nos em um tempo e espaço determinados. Os momentos importantes que identificam nossas vidas são marcadores, pessoais e/ou coletivos, registrados em uma linha de tempo que pode apresentar continuidades ou descontinuidades e que se estabelecem de uma forma bastante semelhante, em muitas sociedades. Nesse sentido, podemos dizer que os anos, dias, minutos e segundos são elementos indispensáveis para suprir a necessidade humana de entender, organizar, *controlar* o tempo, em diferentes contextos, espaços e culturas.

Pensando nessa direção, e nos reportando a uma possível *história do tempo*, podemos dizer que algumas sociedades antigas mediam-no a partir da observação do movimento dos astros, ou ainda de outras formas que incluíam a natureza como constituinte dessa medição. Em 1500 a.C., no entanto, os egípcios criaram o primeiro relógio de que se tem notícia, e até hoje, com o avanço da tecnologia, este objeto imprescindível para a contagem do tempo também mede pressão atmosférica, batimentos cardíacos, funciona como rádio, TV, telefone, e outras funções que servem para garantir ao homem maior controle sobre as variáveis que podem influenciar sua vida.

Em termos teóricos, investigações em vários campos do conhecimento se encarregam de corrigir e refutar idéias a respeito do tempo como elemento único e uniforme. Nesse sentido, podemos dizer, com Elias (1998), que

O conceito de tempo, no uso que fazemos dele, situa-se num alto nível de generalização e de síntese, que pressupõe um riquíssimo patrimônio social de saber no que concerne aos métodos de mensuração das seqüências temporais e às regularidades que elas apresentam. (ELIAS, p. 35)

No entanto, apesar da tentativa de apreender o tempo de modo universalizante, ele possui significados e valores individuais e culturais; é entendido, interpretado e, principalmente, vivido internamente por cada indivíduo, levando em conta suas necessidades, sentimentos e percepções do mundo.

Assim, podemos afirmar que o tempo, para além de ser compreendido objetivamente como medida, possui ainda uma *duração subjetiva* ou, como afirma Schreiber (1991) “vivemos num ritmo de três tempos: o tempo da natureza, o tempo da sociedade e o tempo vivido – o nosso.” (p. 52)

Tentando explicar essa tríade constituída por Schreiber, podemos dizer que o tempo da natureza é aquele que estabelece a passagem dos dias e das noites, o frio e o calor - é o que podemos denominar como “tempo cósmico”. Nessa perspectiva, não importa se existem seres humanos no planeta: o tempo *acontece*, a despeito de nossa vontade. Já o tempo da sociedade está fora de nós, mas nos persegue a todo instante. É feito de códigos e práticas pré-determinadas e é preciso termos consciência de suas regras e técnicas para manter relações interpessoais. Ele pode ser entendido, assim, como uma convenção. Em decorrência desse tempo da sociedade emerge o tempo vivido, que é, talvez, o mais real dos três.

O domínio do tempo nesta relação de aprendiz tem dois objetivos indissociáveis: um que nos direciona a fazer um uso do tempo que nos seja significativo, e o outro, mais difícil de ser percebido, que nos faz reviver instantes com a mesma intensidade anterior. Podemos acrescentar, ainda, um terceiro objetivo – o que nos leva a compreender o tempo social, relacionado às convenções de que se nutre uma sociedade:

Os tempos e lugares sociais não são neutros, representam símbolos, sinais, marcos das relações sociais das pessoas que nelas habitam ou neles ocupam [...] Um espaço ou um tempo determinados mostram a quem sabe ler o uso que os seres humanos fazem deles. Um uso que varia em cada cultura e em cada sociedade, que deixa as marcas das relações interpessoais e grupais, estruturas de poder, hierarquias, mas sobretudo que deixa as marcas das relações sociais nos rituais, na configuração arquitetônica, nos horários, na distribuição das pessoas e dos objetos”(CORREIA,1996:8)

Sintetizando o que Elias (1998) e Correia (1996) nos apresentam, constatamos que a noção de tempo é aprendida / apreendida pelos rituais e fatos que estão culturalmente fixados às sociedades. Há fatos que *acontecem* independentemente de nossa vontade, mas que, por força sócio-cultural, acabamos por cronometrar, *medir*, organizar por meio dos relógios, dos calendários, até para que possamos sobreviver melhor ao desencadear descontínuo dos acontecimentos.

Deste modo, podemos afirmar que, para a sociedade contemporânea, um dos maiores desafios é *administrar* o tempo. Na era da(s) emergência(s)⁶ a constante sensação de falta de tempo define a necessidade de todo ser humano determinar o que é mais urgente e prioritário em sua vida, para que a gestão do tempo seja direcionada a coisas verdadeiramente importantes e significativas para si.

Necessitamos de marcações para estes tempos modernos ou, como querem alguns, pós-modernos⁷. Nesse sentido, o que dizer de marcadores como os relógios, hoje em dia presentes em quase todos os espaços pelos quais circulamos? São relógios com ponteiros e, mais recentemente, digitais, instrumentos que marcam a temperatura ambiente; antes disso, os sinos das igrejas, com suas badaladas pontuando as horas, que continuam fazendo parte da vida das pessoas em algumas culturas muito próximas a nós. Afinal, marcar o tempo também pode ser relacionado à marcação do espaço:

A percepção e a determinação de posições espaciais e temporais só se tornam possíveis como tais, portanto, num estágio da evolução social em que os homens tenham aprendido a tratar os acontecimentos e a refletir sobre eles com a ajuda de instrumentos de orientação de nível relativamente elevado de generalização e síntese. (ÉLIAS, 1998:80)

Elias (1998) reforça ainda que o desenvolvimento de um calendário – outro desses marcadores imperiosos – serve para nos lembrar que aquilo que chamamos de “tempo” constitui uma rede de relações, de atividades integradas. (p. 47). Já Correia (1996) afirma que ele “exprime o ritmo da atividade coletiva, ao mesmo tempo em que tem por função assegurar a sua regularidade. [...] é o tempo social institucionalizado...” (p.70).

E o que dizer do *calendário escolar*? Segundo a mesma autora, (1996), “o calendário escolar é o tempo pedagógico, ou da educação formal, instituído, gradeado em conteúdos curriculares “(p. 70). É sobre as relações desse tempo em instituições formais de ensino e a(s) sociedade(s) que passaremos a refletir.

Araujo, em sua dissertação de mestrado (2008), identifica os vínculos que existem entre a construção da escola moderna e a construção sócio-cultural do

⁶ Por “era das emergências”, estamos nos referindo ao conceito utilizado por Schreiber (1991), que nos diz que nosso horizonte temporal do futuro está muito próximo do presente. O presente é, na verdade, um momento simbólico. Não conseguimos mais fazer projetos para um tempo muito longo.

⁷ Pós-modernidade é a condição sócio-cultural e estética do capitalismo contemporâneo, também denominado pós-industrial ou financeiro. O uso do termo se tornou corrente, embora haja controvérsias quanto ao seu significado e pertinência. (Wikipédia)

tempo para aprofundar reflexões a respeito do tempo de escola/na escola. Segundo seu estudo, a escola surge e se fortalece juntamente com o desenvolvimento da sociedade industrial e capitalista, que precisa organizar-se a fim de *não perder tempo*.

É desta forma que a escola necessita da rigidez de controle do tempo, que existe para se manter no patamar de reprodução social que ela ocupa dentro de um grupo de instituições necessárias à sociedade que quer ser controladora: para isto, é preciso organização e planejamento. Esta forma de controle social se intensifica no modelo liberal e capitalista, que constitui um modelo de sociedade hegemônica em que todos os “tempos” devem ser controlados, inclusive o do lazer e o do estudo.

A par dessa constatação, de cunho mais amplo e político, é Correia (1996) quem também nos afirma que a escola, enquanto instituição inserida na sociedade, passa a ocupar um “tempo vazio”: o tempo da infância, que começa a ganhar visibilidade social - uma individualidade peculiar que necessita de ocupação. (CORREIA, 1996:276).

A infância é também demarcada pela cronologia do tempo, que separa as pessoas pelas idades, segundo estágios de crescimento, e que habilitam os indivíduos a executar determinadas tarefas. A partir do momento em que se classificam os indivíduos segundo as diferentes idades, transformamos as pessoas em “capazes de”, e a escola servirá para *ajudar* as crianças a se integrarem nessa cronologia idade-função social.

Nesta perspectiva, que envolve olhares propriamente mais históricos sobre as relações existentes entre escola e tempo, VIDAL e FARIA FILHO (2005) nos apresentam outra abordagem para demarcar o movimento dessa instituição, a partir do olhar físico-arquitetônico, que também influencia a organização do tempo escolar.

Nem sempre a escola foi importante para as famílias e para a sociedade em geral, como o é hoje. Nos séculos XVIII e XIX, os espaços para a escolarização eram improvisados para atender a poucos, por um tempo bastante reduzido. Seu objetivo não era educar, mas sim dar instrução escolar a alguns filhos de cidadãos mais abastados, que não podiam estudar no exterior. Estudavam nas próprias fazendas, ou em igrejas, lugares *improvisados*, que também serviam para os filhos

dos trabalhadores destes senhores, daí a denominação dada pelos autores: eram, realmente, *escolas de improviso*.

Já durante parte do século XIX, com o crescente incremento da educação escolar, houve a necessidade de espaços específicos para que esta ocorresse de forma eficiente e saudável, o que originou a criação de prédios escolares simetricamente elaborados para a organização e separação dos alunos, segundo gênero e idade.

Deste modo, as *escolas monumentos* distribuíam suas dependências ao redor de um pátio, onde se podia controlar a movimentação dos alunos. É com elas que se inicia a distribuição por séries e a organização do tempo em blocos de disciplinas intercaladas com atividades físicas e musicais, entre outras. Neste período, já se demonstra a necessidade de ampliação da jornada escolar, da noção de educação e a organização em turnos. Essa é também a “era dos grupos escolares”, no Brasil.

Com a construção desses novos prédios, novas concepções de tempo e ritmos foram constituídas. A separação dos alunos se dava pela idade e estes eram entregues a uma professora, que tinha a tarefa de proporcionar atividades coletivas - eles formavam “grupo” – turmas.

Levando em consideração essa marcação temporal mais precisa os relógios, sinetas e campainhas passaram a fazer parte do material destas instituições formais de ensino, agora, como *medição pedagógica*, se assim podemos denominá-la.

Em termos de jornada escolar efetiva, a princípio o ensino se fazia em um único turno, no período das 10h às 14h ou 15h, no inverno, e de 9h às 14h, no verão. Porém, a crescente demanda por abertura de novas vagas escolares, obrigou a criação de dois turnos: de 7h às 11h e de 12h às 16h.

Com o movimento da Escola Nova, surgiram as *escolas funcionais*. Os espaços deixaram de ser para simples visitação, onde os alunos somente estavam para receber as informaçoes e onde o ator principal era o mestre, que freqüentemente estava em um patamar mais elevado, passando a servir   experimenta o, com a experiência científica motivando o ato de aprender.

Nas *escolas funcionais*, o espaço era organizado de forma diferente: os alunos tinham maior possibilidade de circula o e o contato com o professor passava a ser mais próximo. O tempo deixava de ter a rígida reparti o de horários para atender ao desenvolvimento biológico, transformando-se no tempo psicológico. Pressupomos que tenha sido neste momento que se pensou em amplia o do

tempo escolar não como uma forma de controle social, mas com forma de melhorar a qualidade do ensino.

Essa forma diferenciada de se entender o espaço escolar e as atividades nele empreendidas levou a uma re-significação do tempo escolar. Em outras palavras, a rígida repartição dos tempos reservados para os conteúdos já não era adequada, como reforça Azevedo, *apud* Faria Filho & Vidal (2005):

Não é a hora fixa irremediavelmente o limite da lição, é a necessidade psicológica, do interesse despertado que o mestre deve aproveitar, tratando, sem limite de tempo, a matéria ou desenvolvendo o trabalho, por que a classe se interessou e que ela mesma, por isto, não desejaria abandonar. (p.29)

Com Anísio Teixeira, importante educador do início do Século XX e contemporâneo desta fase descrita pelos autores propôs-se, então, no Brasil, a construção de prédios mais econômicos e simples. “Era a arquitetura funcional, racional, com uso de materiais da região e atendendo às condições de clima, usos e costumes, e não a uma arquitetura de fachadas.” (TEIXEIRA, A. *Novos Prédios*. Apud FARIA FILHO e VIDAL, 2005 :30)

No entanto, é preciso lembrar que, em meados desse mesmo século XX, o próprio Anísio Teixeira criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (Bahia), estrutura escolar composta por quatro escolas-classe e uma escola-parque. Nesse complexo formal de ensino, os alunos recebiam, em um turno, aulas com disciplinas destinadas à formação geral, dentro das escolas-classe e, no outro turno, realizavam atividades artísticas, físicas e de iniciação ao trabalho, oficinas que aconteciam em espaços específicos, dentro da escola-parque. Estas atividades eram escolhidas pelos alunos, de acordo com seu interesse e motivação, mas não há referência quanto à determinação do tempo e frequência com que ocorriam.

Essas novas construções escolares, idealizadas por Anísio Teixeira, constituíam uma educação integral em tempo integral, oferecendo oportunidades para que os alunos tivessem uma formação mais completa, com uma jornada escolar ampliada. Nas palavras do próprio educador (1968)

... Sobre a organização do que estamos a chamar de Centro de Educação Popular, fixamos assim: a população escolar a ser atendida em cada centro, ficará localizada em quatro pavilhões, para os quais chamamos de escolas-classe, isto é, escolas de ensino de

letras e ciências, e um conjunto de edifícios centrais que designamos de escola-parque, onde se distribuiriam as outras funções do centro, isto é, as atividades sociais e artísticas, as atividades de trabalho e as atividades de educação física. [...] A criança fará um turno na escola-classe e um segundo turno na escola-parque.(p.144)

Conforme vimos expondo, constatamos que a escola mantém uma relação bastante estreita com o tempo. Ele pode se apresentar como uma configuração sócio-histórica – e, nesse sentido, tanto a relação existente entre a instituição escolar e a sociedade capitalista é motivo de reflexão, quanto a arquitetura dos prédios escolares, que evidencia modificações em sua função social.

No entanto, pode também se configurar como um tempo mais concreto, materializado em práticas que tanto podem transformar quanto controlar, dentro do próprio espaço escolar, como afirma Cavaliere (2004),

Poucas instituições sociais lidam com o tempo de maneira concomitantemente tão arbitrária e minuciosa quanto a escola. Tudo nela se refere à regulação do tempo. Tudo nela controla e é controlado pelo tempo. Horários, períodos, calendários, planejamentos, prazos, grupos etários, enfim, a administração do tempo compõe o cerne da vida escolar tal como ela se expandiu e triunfou. O bom cumprimento das prescrições relativas ao tempo constitui em si mesmo grande parte do sucesso escolar do aluno.(p. 98)

Dessa forma, continuando no caminho das relações possíveis, e entrando pela porta principal da instituição escolar, como ela encarna, hoje, a organização do tempo: a partir das demandas da sociedade/comunidade, ou pelas expectativas de seus atores internos?

Inicialmente, devemos dizer que o que denominamos como “demanda da sociedade” se refere à necessidade que os grupos sociais têm de escolarização das crianças, visando propósitos seus, e, também, o tempo cotidiano dedicado a este fim.

Dentro desta visão, podemos destacar, conforme estudos que levam à análise baseada na Sociologia dos Estabelecimentos Escolares, a existência de uma *cultura na escola*, no momento em que a sociedade é quem determina a importância da escolarização na vida das pessoas.

Sobre esse aspecto, Cavaliere (2004) afirma que “o bom cumprimento das prescrições relativas ao tempo constitui em si mesmo grande parte do sucesso escolar do aluno” (p. 98), e compara a escola à indústria - ambas produções do mundo moderno - onde a organização do tempo é fator preponderante para a produtividade de ambos. Porém, continua a autora, diferentemente da indústria, a escola produz resultados localizados “no reino do simbólico, das interpretações, dos julgamentos” (p.98)

Ainda segundo Cavaliere, por esse motivo que

É nas sociedades tardiamente escolarizadas, que o sentido democratizante da ampliação do tempo se estabelece com mais clareza. Isto porque a escolarização tardia, em geral promovida pelo Estado, sem apoio em iniciativas comunitárias já em curso, tende a ser uma escolarização minimalista, implantada com recursos parcos e modelos padronizados barateadores. (CAVALIERE, 2006:94).

Nesse sentido, nos perguntamos até que ponto a ampliação do tempo nas escolas públicas constitui-se como uma demanda da sociedade e, em caso afirmativo, a qual (quais) demanda(s) ela corresponde.

Voltando aos estudos de Araújo (2008), a relação entre quantidade e qualidade do tempo escolar, com o rígido “controle” dos tempos existentes em seu interior, pode transformar a vida escolar em fator negativo ou pode traduzir-se em aprendizagens diversas. “Esta discussão, principalmente em relação ao tempo na sociedade capitalista, que é quantitativo, e o tempo qualitativo, buscado pelas tendências emancipadoras da educação é importante, pois possibilita perceber os ideários que uma sociedade vislumbra”. (p. 44)

No outro lado da diáde que apresentamos no início desta seção, ou seja, dentro da instituição, as expectativas de organização do tempo já estão, de alguma forma, enraizadas em seus atores, o que, em geral, impede que haja mudanças nesse sentido. É ainda Cavaliere (2004) quem afirma que

Muitas teorias pedagógicas já questionaram essa organização rigidamente seqüencial do tempo escolar, e já tentaram outras racionalidades menos submissas à formalidade cronológica e mais sensível aos ritmos psicológicos, biológicos e culturais dos indivíduos [...], mas seria considerada uma espécie de “pecado” original da instituição escolar e sua alteração levaria a caminhos desconhecidos, a grandes desafios. (p.98).

Partindo novamente da Sociologia dos Estabelecimentos Escolares, percebemos que existe uma *cultura da escola*, que nos permite inferir certas regras em sua organização temporal e em seu funcionamento.

Verificamos essa afirmação quando a centralidade do tempo da escola fica evidenciada pela necessidade da criação de calendários escolares, que são uniformizados segundo as orientações sociais dos grupos que se beneficiam da instituição. Estes calendários são organizados em tempos que exigem rituais de controle, com a utilização de relógios, calendários específicos e campainhas, a fim de que haja uma uniformização de sua utilidade. Para tal, o calendário e por consequência, o tempo escolar, são objetos de constante normatização. Mas toda esta rigidez e controle fogem, na maioria das vezes, àquele tempo a que nos referimos em parágrafo anterior – o do relacionamento com a vida da criança e do adolescente.

Como viemos discutindo ao longo do capítulo e com relação à demanda do tempo de escola, nos perguntamos se a qualidade do tempo que se quer atende realmente às necessidades das crianças e adolescentes que ali se relacionam com a aprendizagem. Sobre esta questão, Cavaliere (2006) constata que

O tempo de escola é social. Em alguns momentos é considerado excessivo, outras vezes insuficiente, e nesta discussão sobre esse tempo estão os que defendem a jornada integral, objeto de debate não apenas no Brasil, mas também na Itália, nos anos 70, e na Espanha, um pouco depois na década de 90. (p. 92)

Como afirma a autora, podemos inferir que a questão do tempo, sendo social, interfere na instituição escolar – um espaço igualmente social. A discussão sobre sua importância, então, apresenta um viés calcado nos pontos que apresentamos acima, e que podemos identificar como *cerceamento*, *controle*.

No entanto, a ampliação do tempo diário de escola – temática que vem sendo objeto de debate em outros países – vem se constituindo, aos poucos, como temática também no Brasil, e pode ser entendida de várias formas, das quais destacamos três, que consideramos mais significativas: (1) como modo de alcançar melhores resultados no desempenho dos alunos; (2) como adequação desta instituição às novas condições de vida urbana ou, ainda, (3) como uma mudança na concepção de educação escolar.

Em relação ao primeiro ponto – como forma de alcançar melhores resultados no desempenho dos alunos – podemos dizer que não existe receita favorável, ou não: o maior ou menor tempo de envolvimento letivo do aluno não é o principal fator no alcance do rendimento, conforme constata Gomes (2005). A forma de organização do ensino e as formas que o docente utiliza para suscitar relacionamentos, generalizações e debates sobre os novos conhecimentos apresentados é que vai gerar o interesse do aluno, acreditamos. Poderíamos aumentar infinitamente o tempo de ensino, sem afetar o desempenho dos alunos, afirma Crahay, *apud* GOMES (2005).

Por outro lado, existem estudos que mostram o contrário desse estudo de Gomes. Soares e Sátyro (2008), em artigo publicado para a divulgação de resultados de estudos desenvolvidos pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), instituição vinculada ao Governo Federal, e baseando-se em dados do Censo Escolar de 1998 até 2005, demonstram que o efeito de insumos escolares sobre o desempenho escolar tem importância relevante, principalmente no caso de escolas com maior precariedade nas condições infra-estruturais. Como insumos escolares, os autores consideraram a infra-estrutura de número médio de alunos por turma; número de horas-aula; de docentes com formação superior; a melhoria das dependências da escola, enfim, “tudo aquilo que o dinheiro pode comprar” (p.9)

Na continuidade da pesquisa, foi medido o desempenho dos alunos naquele período destacado pela análise dos Censos Escolares, levantando-se a defasagem idade série, ou seja, a quantidade de crianças que estão acima da idade ideal para uma determinada série, entre outros fatores. Detendo-nos especificamente à relação horas-aula, o estudo verificou que esta variável é pouco comum na literatura internacional, mas que no Brasil ela provoca efeitos fortes e significativos, supondo que, no nosso país, o número de horas-aula é excepcionalmente baixo. Ao realizarem comparação entre o aumento de horas-aula com o número de alunos em turma, os pesquisadores do IPEA verificaram que o impacto do primeiro, na redução da defasagem idade-série, é maior e tem um custo menor do que se for reduzido o número de alunos em sala.

Segundo Soares e Satyro (2008), podemos concluir que, apesar da literatura internacional sobre o tema dizer praticamente o contrário, os insumos escolares, no Brasil, são muito relevantes na definição dos resultados educacionais, principalmente nas escolas que estão em pior situação, ou seja, com relação ao

nosso tema específico, por exemplo, “é mais importante ir de três para quatro horas de aula por dia, do que ir de quatro para cinco”. (p. 21). Assim, as relações estatísticas da pesquisa evidenciam que um aumento de quatro para cinco horas de aula por dia reduziria a defasagem de forma substancialmente, o que nos revela a relevância de estudarmos essa questão – a do tempo escolar e da ampliação dessa jornada.

Entrando na discussão do segundo ponto - adequação da escola às novas condições de vida urbana -, é possível dizer que o tempo escolar é definido de acordo com sua demanda, ou seja, ele pode ser determinado, por exemplo, pelo bem estar das crianças; por necessidades oriundas do papel do Estado e da sociedade, ou ainda pelas demandas dos adultos, quer sejam eles pais ou professores. Estas possibilidades emprestam ao tempo uma dimensão cultural (CAVALIERE, 2007) e também político-social.

A título de exemplo, lembramos que em alguns CIEPs construídos em municípios do interior, a matrícula era baixa, pois os pais queriam – e podiam – ficar mais tempo com os filhos, em casa. Já em municípios que abarcam a região metropolitana do Grande Rio, baseada em nossa experiência profissional, a realidade era outra: a matrícula sempre excedia o número de vagas, pela necessidade das famílias se ausentarem para trabalhar, pelo aumento da violência urbana e finalmente, por esta escola suprir algumas necessidades básicas das crianças e adolescentes, tais como alimentação higiene, atendimento médico e odontológico e material necessário ao desempenho de suas atividades escolares.

Com relação ao tempo e à sua organização, Cavaliere (2002a) analisa-os a partir de três dimensões. Uma denominada de *macroestrutural*, caracterizada pela duração dos ciclos/anos de escolarização, dimensão esta que sempre é normatizada por Leis nacionais ou regionais, que determinam a obrigatoriedade escolar, e que atualmente, no Brasil, vai dos 6 aos 14 anos, além da forma como é organizado esse espaço de tempo, se seriado ou em ciclos periódicos, o que envolve também a relação aprovação e reprovação, definindo o tempo em que o aluno permanecerá no sistema para concluí-lo.

A segunda dimensão, chamada de *intermediária*, é constituída pela duração e organização da jornada da semana e do período letivo. Neste âmbito, o tempo é parcialmente regulado em forma de Leis e Resoluções, quando se refere à duração do período letivo, que no Brasil já foi ampliado de 180 para 200 dias letivos, e na

ampliação da jornada escolar. A dimensão intermediária também pode ser diferenciada a partir de regulamentação regional, de acordo com as condições locais para definição de férias escolares, recessos, feriados e também podem ser estabelecidos períodos específicos, em cada instituição, de acordo com os projetos político-pedagógicos de cada unidade.

Por fim, a autora cita a dimensão *microestrutural*, que se refere ao trabalho realizado em sala de aula. Esta é a que possibilita a cada instituição possuir certa autonomia para circular e organizar seus projetos educacionais, a fim de atender aos diversos tempos existentes. É nesta dimensão que se estabelece a cultura da escola, que, com uma gestão participativa, pode fomentar a identidade de cada instituição.

A distribuição do tempo escolar em aulas, séries e cursos indicam uma idéia do ensino parcelada, segmentada, onde os conhecimentos se sucedem sem se relacionarem entre si. Da mesma forma que o tempo diário está organizado em espaços mais ou menos definidos pelos ponteiros do relógio, sinetas, cadernos, o que se faz neste período é objeto em disputa.

É preciso preparar a escola para o tempo do lazer, por exemplo, e isso depende de uma reformulação completa de toda sua organização, de todo seu tempo; redefinir e redistribuir os diversos tempos que existem em seu interior: tempo do professor, tempo dos alunos, tempo das famílias, tempo da burocracia latente a uma instituição educacional, o tempo de brincar, o tempo de aprender e o tempo de avaliar. Tudo isto deve interagir com o tempo escolar – o ano letivo – período único e particular, para que possamos lidar com essa organização, a fim de contribuir que o tempo das vidas dos alunos valha a pena.

É importante ressaltar, também, que independente do tempo destinado ao aluno na escola, este deve estar organizado de forma a proporcionar uma educação de qualidade. Portanto, esta pode ser a identidade desta escola que pode se fortalecer com a educação integral em tempo integral. Uma educação ampliada em seu tempo de permanência, mas também em seu atendimento às necessidades de seus discentes. Mais tempo refletindo-se em mais qualidade, transformando a concepção de escola nesta sociedade e levando-a a uma mudança na cultura escolar. Consideramos este o terceiro ponto a que nos referimos no início deste subitem – ampliação do tempo como uma mudança na concepção escolar.

Se então o tempo integral pode ser entendido como diretamente relacionado à educação integral, visando uma qualidade presumida, que concepção (ções) deve(m) estar incluída(s) num projeto de escolas de tempo integral?

1.2 - Tempo integral como mudança de concepção escolar: uma Educação integral?

Continuando com a reflexão a respeito do tempo de escola, foco do nosso estudo, para que ele se transforme em qualidade, para que reverta em melhores resultados institucionais para os alunos, não basta que ele seja simplesmente ampliado: é necessário que se pense em uma concepção de educação que o fundamente e qualifique.

Falando em desempenho, segundo Hingel (2002), existem alguns “meios” na educação brasileira que limitam os avanços no sentido de melhor qualidade na escola:

Acreditamos que essa questão é fundamental para a compreensão do que tem ocorrido no sistema educacional brasileiro. É um erro falar-se em “fracasso escolar” ou, pior, “fracasso do escolar”, expressões fossilizadas que empregam, com primário simplismo, os que não tem imaginação para procurar algo além das aparências, sempre que se abordam problemas como o da repetência e evasão. (p.67).

O autor considera o meio mais dramático. Diz ele que existe uma tendência nacional em se fazer generalizações a respeito da educação brasileira e sua qualidade. Acredita que se falar da “falência da escola pública” é tentar afirmar uma idéia interessante a alguns segmentos da sociedade e fazer com que qualquer iniciativa em direção à qualidade do ensino seja esvaziada por esta forma de pensamento. Realmente, percebemos que um ingrediente da *cultura escolar* que permanece enraizado está relacionado ao confronto entre o público e o privado, onde a qualidade está diretamente relacionada ao capital material das instituições.

Coelho (1995), em artigo intitulado *Escola Pública de Horário Integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental*, afirma que podemos entender as escolas públicas onde há uma extensão de horário como escolas onde o tempo precisa construir uma relação entre extensão (quantidade) e intensidade (qualidade)

das atividades, que são trabalhadas para levar a uma educação integral, ou seja, tempo integral deve estar relacionado a um...

Tempo curricular igualmente ampliado que envolve, entre outras, questões como relação educador – aluno – comunidade, formação docente, construção e socialização do conhecimento por aqueles que freqüentam a escola pública de horário integral e a utilização de outras linguagens.(p.5)

Nesse sentido, acreditamos que concretizar essas relações, fazer com que o tempo integral seja dinâmico através de um projeto político pedagógico que não se baseie somente em conteúdos escolarizados, seria estabelecer bases concretas para que este tempo se vincule ao que denominamos de uma educação integral com qualidade emancipadora.

Portanto, a qualidade do tempo integral não pode ser uma qualidade ditada como única para todas as escolas que atuam desta forma: ela deve ser construída no coletivo. Porém, se essa extensão “não aderir ao conceito de intensidade, capaz de se traduzir em uma conjunção qualitativa de trabalhos educativos, de que adiantará uma escola pública de horário integral que não se consolidou em um tempo intensamente construído?” (COELHO, 1995, p: 7).

Considerando que a qualidade da extensão do tempo da escola está relacionada a uma educação integral, devemos considerar também que existem diversos entendimentos e usos em torno do conceito de educação integral. Se nos basearmos em uma perspectiva político-filosófica, ela apresenta concepções e práticas diferentes, que podem ser conservadoras, liberais ou progressistas (COELHO,2004)⁸.

Dentro destas perspectivas político – filosóficas de educação integral, nem sempre a ampliação do tempo é fator preponderante para que ela se efetive, porque “nem tempo, nem espaços escolares são esquemas formais ou estruturas vazias de educação” (FARIA FILHO e VIDAL, 2005:19). Ao contrário, sempre foram representações sociais relacionadas à utilização dos métodos pedagógicos, à organização de turmas, classes e espaços escolares.

⁸ NO TEXTO, como concepção conservadora, Coelho (s/d) cita o Integralismo. Para a concepção liberal, o Movimento da Escola Nova, através das idéias de Anísio Teixeira e como concepção progressista, a autora apresenta os ideais libertários, preconizados por Bakunin, Proudhon, que deram origem ao Movimento Anarquista, no Sec. XIX.

Passando para uma outra abordagem, que leve em conta não os aspectos político-filosóficos, mas, de certo modo, os sócio-históricos, a educação integral pode ser vista como (1) proteção ou como emancipação; (2) possibilitadora de atividades integradoras e, ainda, como (3) aliada do tempo escolar ampliado.

Já segundo Gonçalves e Petris (2006), em pesquisa realizada pelo Centro de estudos em Educação, Cultura e ação Comunitária – CENPEC, em 2005, foram identificados quatro entendimentos do conceito de educação integral: (1) a educação como formação integral; (2) como articulação de conhecimentos e disciplinas; (3) como articulação de aprendizagem a partir de projetos temáticos; (4) educação integral na perspectiva de tempo integral.

Os dados levantados evidenciam que a educação integral é a concepção mais encontrada e empregada, quando o sujeito é compreendido como um ser integrado e “multidimensional”⁹, mas ressaltam que os diferentes entendimentos do termo educação integral não são excludentes e podem coexistir em propostas de educação e que para uma escola de tempo integral não basta uma simples ampliação da jornada, é preciso dar um sentido educacional.

Para que este aumento se reflita em “intensidade”¹⁰, Gonçalves e Petris (2006) sugerem um redimensionamento do sentido educacional da proposta pedagógica, o que implica na revisão das práticas desenvolvidas no interior desta escola, “não apenas a gestão de um segundo turno (complementar), mas a tarefa de organizar uma proposta curricular integrada (proposta pedagógica), articulada em um projeto político pedagógico mais amplo”.(p.10)

Cada escola deve singularizar-se em sua proposta, seguindo as diretrizes formuladas para o conjunto das escolas envolvidas, mas “as diretrizes, por si só, não respondem ao modo como cada escola irá se configurar em uma Escola de Tempo Integral” (idem, p.10).

Um projeto político pedagógico, construído coletivamente, possibilitará esta individualidade. O PPP reflete a *cultura da escola* com relação ao tempo integral, mas que ele não seja impregnado pela *cultura escolar*, que rege o pensamento educacional quando se refere à qualidade da escola.

⁹ Como condição multidimensional o autor explica que significa entender o sujeito não só em sua dimensão cognitiva, mas também como sujeito corpóreo, com afetos e inserido num contexto de relações.

¹⁰ Termo usado por Coelho em seu artigo Escola Pública de Horário Integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental, para definir a qualidade do tempo integral.

Seguindo a trajetória das mudanças sugeridas para uma qualidade educacional, a proposta de ampliação do tempo se apresenta, a cada dia, como uma possibilidade de transformação na cultura escolar. Nesse sentido, como o Rio de Janeiro vem organizando seu tempo de escola? Qual proposta de tempo integral surgiu com os Centros Integrados de Educação Pública, nos anos 80?

2. Tempo na história escolar do Rio de Janeiro: Revisitando os CIEPs

2.1. Quando a história da educação se confunde com a história do país...

Para entendermos a razão da existência dos CIEPs, escolas que abrigaram uma educação em tempo integral no estado do Rio de Janeiro, é preciso compor parte da história da educação brasileira, mais especificamente a história da educação fluminense e o contexto político que chegou até os anos de 1980, década em que essas escolas foram implantadas.

Mello (2004) afirma que, desde meados do Séc. XX, mudanças significativas vinham ocorrendo na educação nacional: Uma escola que era programada para a minoria, passa a conviver com uma demanda que pressionava pelo aumento da oferta:

Foi um crescimento lento, mas inexorável. Ocorreu, no entanto, sem que fosse revista a organização do sistema de ensino como um todo e sem uma revisão do modelo da escola de minoria. (p. 21)

Cunha (2001), discorrendo sobre a democracia no país, diz que

Tratar de democracia no Brasil é uma atividade que remete mais ao plano das esperanças do que ao das realizações. Com efeito, quando é que podemos dizer que houve um regime verdadeiramente democrático no Brasil? (p. 19)

Se atentarmos para a fala dos dois pesquisadores, podemos notar que ambos nos mostram dois aspectos que permanecem em nossa história, e também na história de sua educação. Em outras palavras, após o primeiro período do regime republicano, com o poder político dividido no interior das oligarquias, e na realidade, desde muito antes, o Brasil tem se constituído enquanto (1) um país de fraco movimento democrático, cuja debilidade se concretiza, entre outras possibilidades, (2) na ausência de uma educação de qualidade para todos.

Embora a experiência republicana não tenha sido de grande abertura política, após a deposição do presidente Vargas, em 1945, o país experimenta, pela primeira

vez, um processo de lenta busca pela democracia, no período que compreende os anos de 1946 até 1964. É nesse período também que a educação brasileira inicia o seu processo mais radical de mudanças.

Saviani (1998) afirma que, a partir da década de 40, o projeto de constituição de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação foi encaminhado para a Câmara, mais precisamente em 1948, mas só em 1957 iniciaram-se as discussões a seu respeito. Em 1961, então, é promulgada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases, a 4024/61.

Em 1964, o Golpe Militar iniciou outro longo período de ditadura, o que constituiu uma verdadeira reviravolta na prática de nossa já frágil democracia. Em relação à educação, o governo militar não considerou necessário reeditar por completo a Lei já existente. Acreditava que bastava ajustar a organização do ensino ao novo quadro político, e dois anos depois, uma nova reforma voltada para o ensino primário e médio foi iniciada, o que deu origem, mais tarde, à Lei nº 5692/71.

O cenário político permaneceu dividido entre os militares, a elite que os apoiava e seus opositores, geralmente intelectuais da sociedade. Contra as forças militares, dois grupos de oposição apareceram e, com disposições divergentes a respeito da organização das massas, fizeram com que o caminho para a democratização fosse cada vez mais conturbado. Alguns políticos de oposição foram expulsos do país, mas, em 1979, retornaram do exílio, por intermédio de Ato Constitucional que favoreceu parte das reivindicações da oposição.

No entanto, como a experiência de ditadura foi mais intensa do que a democrática, o sistema partidário não se consolidou de imediato. Mais presentes foram as associações, os grupos corporativos e os sindicatos, o que não significava que a sociedade era participativa: “Governar passava a ser, cada vez mais, intermediar os interesses que toda essa rede de entidades representava”.(CUNHA, 2001:21).

Nesta época, haviam apenas dois partidos, um de oposição (MDB) e outro que apoiava a continuidade do Estado controlador e cerceador dos direitos das classes menos favorecidas (ARENA).

A ARENA criou o PDS (Partido Democrático Social) e, na oposição, o setor mais conservador criou o PP (Partido Popular), que era tido como uma “oposição confiável”; o trabalhismo, que defendia o confronto com o governo, embora sem o apelo do armamento, criou o PT (Partido dos Trabalhadores); outros atores, mais antigos e adeptos da social-democracia, constituíram o PDT (Partido Democrático

Trabalhista), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o MDB, que acrescentou a palavra “partido” ao seu nome original e manteve o caráter oposicionista com o nome de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A partir desta organização partidária, o primeiro passo para a democratização do País foram as eleições para os governos estaduais, em 1982, quando a oposição, através do PMDB, elegeu nove governadores e o PDT elegeu o governador do Rio de Janeiro. Em seguida, nesse processo de redemocratização, vieram as eleições de Tancredo Neves para Presidente, em 1985; a instalação da Assembléia Constituinte, em 1987, e as eleições diretas para presidente, em 1989. E como a Educação foi sendo recortada, nesse período?

Na verdade, como afirma Mello (2004), na década de 80 o país passou por profundas modificações com a abertura política e os debates a respeito da redemocratização, o que fez com que as questões educacionais se tornassem prioritárias para a reformulação do cenário social, assim como aquelas que se referiam ao quadro político e que eram necessárias à reforma do Estado brasileiro.

Durante um longo período, que talvez dure até hoje, a educação ficou dividida em dois pólos. Um que se destinava à formação das elites que passavam por uma vida escolar de qualidade e eficiência, e outro, que se destinava à formação de mão de obra qualificada para aqueles desprovidos de toda a sorte de prioridades. Apesar desta divisão, a maior parte da população não tinha acesso a qualquer tipo de educação formal, como reforça Cunha (2001):

A escola não contribuiu para a alteração de nenhum destes vetores, fosse para corrigi-los, fosse para evitar o seu aparecimento, o que só aconteceu por efeito da educação informal, da ação dos meios de comunicação de massa e da atuação dos sindicatos e partidos políticos. (p.32).

Esta conformidade educacional demonstra que, em termos educacionais, o país não passara por mudanças tão estruturais quanto na política partidária, até então, ou seja, no âmbito dos principais partidos políticos que surgiram após a abertura política, a educação passou a ter papel preponderante.

Dentre os partidos dissidentes do MDB (PT, PDT e PTB), o PTB foi o único que não se pronunciou a respeito da relação público-privado na educação. Já o PDT propõe uma reforma educacional em que se reorganize a rede escolar pública e se

garanta a formação do estudante, até o fim do ensino médio, com a concessão de bolsas. O PT é o que mais claramente se posiciona em relação à diferença entre o ensino público e o privado. (CUNHA, 2001:42).

O PDT, cuja proposta é a que mais nos interessa, na medida em que foi o partido que criou o Programa dos CIEPs, apesar dessa proposta de revolução educacional lançada no Rio de Janeiro como política pública de Estado, possuía uma direção bastante centralizada, o que impedia a abertura a outros grupos de educadores que poderiam diversificar as idéias propostas pelo partido. É Cunha (2001) quem afirma que...

No PDT a polarização das propostas educacionais a partir da direção partidária nacional não propiciava a incorporação de grupos de educadores com propostas que vinham sendo desenvolvidas por um amplo e diversificado movimento. (CUNHA, 2001:44).

Como veremos a seguir, apesar de o Programa Educacional no Rio de Janeiro ter sido planejado e idealizado por um grande educador, o então vice governador Darcy Ribeiro, e promover um amplo debate entre os professores, sua unilateralidade foi, talvez, a maior causa para tantas críticas.

Após a primeira eleição direta para governador no país, no ano de 1984, quando Leonel Brizola assume o governo do estado do Rio de Janeiro, a educação se torna prioridade, fazendo parte de um plano de desenvolvimento econômico e social. Dentre as medidas propostas nesse plano, em relação à educação, estavam a extinção do terceiro turno diurno nas escolas públicas e a jornada mínima de 5 horas, além da determinação de atenção direta dos professores às classes de alfabetização e à 5ª série, e a criação de mais salas de aula.

A proposta também se referia ao treinamento de professores, à produção de material didático que deveria ser distribuído aos alunos carentes, além do material de consumo necessário ao seu desenvolvimento educacional. Mas, em termos concretos, o que foi o Programa Especial de Educação? O que foram/são os CIEPs?

2.2. O Programa Especial de Educação e os CIEPs

Para falarmos sobre o Programa Especial de Educação (PEE), buscamos o programa de governo do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que nos mostra que sua pretensão, à época, era fazer “uma revolução na Educação”:

O projeto dos governos do PDT para o país tem conceituado a Educação a como reforma de base mais importante para a criação de sólidos alicerces do desenvolvimento desta nova sociedade. É preciso garantir o acesso de todas as crianças à educação básica, do pré-escolar ao segundo grau, em um curto prazo. De imediato, é necessário assegurar uma escolaridade mínima de cinco anos nas primeiras séries do primeiro grau a todas as crianças. Assim, nenhuma criança permanecerá menos de cinco anos na escola, eliminando-se a repetência, que é o principal fator de estigmatização e de marginalização das crianças das classes populares. (Projeto Brasil, Programa de Governo do PDT, s/d)

O trecho destacado nos confirma que, na própria base teórica do Partido, a Educação desempenhava um papel estratégico, principalmente em relação à educação fundamental – “nenhuma criança permanecerá menos de cinco anos na escola, eliminando-se a repetência”.

Segundo Cunha (2001), após a eleição de Leonel Brizola foi aprovado na Assembléia Legislativa, em 1983, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, que fazia um diagnóstico da situação educacional e apontava a existência de graves pontos de estrangulamento no ensino, refletido nos altos índices de repetência e evasão (p. 131). Este Plano baseou-se efetivamente na elaboração de Teses para a melhoria da Educação, discutidas com uma grande representação dos professores, e publicadas, em 1986, no Livro “Preto” dos CIEPs, o qual representou o PEE, presidido pelo Vice-Governador, Darcy Ribeiro e pela Secretária Estadual de Educação, Maria Yedda Leite Linhares.

Uma nova concepção de escola se materializou na construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que se destinavam a alunos oriundos das classes populares, matriculados naquelas instituições criadas para abrigar uma educação integral em regime de tempo integral, nos moldes das Escolas-classe / escolas-parque concebidas por Anísio Teixeira, nos anos 50.

Se partirmos do Livro “Preto” dos Cieps, publicação oficial do governo, inferimos que as metas básicas da programação educacional do governo abarcavam

alguns dos “nós” da educação brasileira. Para a fase pré-escolar, considerada indispensável para o ingresso no 1º grau das crianças pobres, em igualdade de condições, o governo propunha a criação de Casas da Criança, onde se trabalhariam a educação, a saúde e a nutrição das crianças de 5 a 6 anos, *em tempo integral*.

Para a recuperação de jovens de até 19 anos, analfabetos absolutos ou funcionais, o planejamento do governo previa a implantação de um currículo especial para a Educação Juvenil, que contemplasse o domínio da leitura da escrita e do cálculo, além de atividades culturais, de recreação e de lazer. Além da construção dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs –, o governo pretendia aperfeiçoar a distribuição da merenda escolar, fornecer material didático e uniforme para todos os alunos da rede pública estadual e promover assistência médica e odontológica, a fim de criar condições favoráveis ao aprendizado da escrita, leitura e das operações básicas de matemática.

Finalmente, como necessidade para o êxito do PEE, parte principal do Programa de Governo do Estado, a capacitação e aperfeiçoamento do magistério se faziam necessárias, com a revitalização dos cursos de formação de professores (Curso Normal) e a criação de centros de experimentação pedagógica, que funcionariam como escolas de demonstração, e passariam a ocupar lugar preponderante nas políticas propostas para a área.

Embora o planejamento do governo para a área educacional abrangesse todos os níveis de ensino, a atenção voltou-se, no período do primeiro mandato de Leonel Brizola, para as então denominadas séries iniciais do 1º segmento e do 2º segmento do 1º grau, mais especificamente a 1ª série e a 5ª séries, por serem estas consideradas os maiores problemas em relação ao desempenho dos alunos:

Nossa escola pública é antipopular porque está organizada de modo a beneficiar a minoria de alunos provenientes dos setores mais afortunados. Ela é uma escola injusta porque prejudica os alunos que mais precisam dela, aqueles oriundos das camadas populares (CUNHA, 2001:134).

Para que tal Plano Educacional, o PEE, pudesse ser executado, o governo estadual convocou os professores para um grande encontro. Segundo o vice-governador, Prof. Darcy Ribeiro, esses profissionais participariam da construção do programa de educação do Estado. Nesse momento, segundo Mignot(s/d), alguns

professores avaliaram esta medida como uma possibilidade real de participação, mas outros acreditavam ser, este, mais um momento para ratificar algo que já estaria pronto:

Nos relatórios elaborados nos encontros com os professores, por pólos regionais, existia um ponto em comum: a compreensão de que a escola selecionava, marginalizava e expulsava os alunos que dela necessitavam. Uma discordância já se fazia notar: enquanto alguns acreditam na possibilidade de transformá-la, outros, contaminados por um desencanto pedagógico, ao ver a escola reprodutora de desigualdades sociais, descartavam a possibilidade de uma ação no seu interior.[...] De um lado, estavam aqueles que partilhavam da crença de que seria necessário recomeçar tudo, com um projeto diferente, inovador, revolucionário. De outro, os que admitiam atuar no existente, a partir das condições concretas. (MIGNOT, s/d;86)

Mesmo com esses conflitos, a consequência do Encontro foi a representatividade de variados grupos, para que, em outro momento¹¹, 110 delegados eleitos se encontrassem com o Vice Governador e os Secretários de Educação do Estado e dos Municípios, na cidade de Mendes, visando a elaboração de relatório com as conclusões dos diversos debates que ocorreram ao longo desse evento. Nas palavras do governo,

Sob o lema “vamos passar a escola a limpo”, a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura lançou o movimento ESCOLA VIVA – VIVA A ESCOLA, convocando o professor atuante no 1º grau para uma vasta consulta de base objetivando trazer à luz as causas reais dos problemas mais agudos da sistemática tradicional de ensino. [...] A participação inicial dos professores devia centrar-se na avaliação de um corpo de teses elaboradas pelo Professor Darcy Ribeiro, estimulantes e provocativas, que foram colocadas previamente nas mãos dos interessados. (RIBEIRO, 1986:31-32).

Cunha (2001), no entanto, afirma que houve grande confronto entre a administração central e os professores, o que ocorreu principalmente por este grupo acreditar que as teses baixadas pelo Plano tinham sido definidas de modo autoritário. Esses profissionais acreditavam, ainda, que se fazia uma análise superficial acerca dos problemas da escola pública.

¹¹Estamos nos referindo ao encontro que aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro daquele mesmo ano, com o nome de movimento Escola Viva- Viva a Escola, também conhecido por encontro de Mendes.

Com relação à ampliação da jornada escolar e à construção de novas escolas, como os CIEPs, em nenhum pólo de professores houve apoio à proposta. Os professores classificaram a idéia como idealista e utópica, e sugeriram a valorização das instituições já existentes, com o aproveitamento do espaço ocioso de algumas para a profissionalização dos alunos.

Cunha (2001) nos apresenta informações de que os professores, por meio de suas representações nos pólos regionais, foram unânimes em defender a participação do CEP/RJ (Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro) como seu interlocutor diante das autoridades educacionais (p. 140), mas Ribeiro (1986) reforça a idéia de que ...

...a execução das metas do Programa Especial de Educação depende essencialmente, da participação interessada dos professores, sem imposições de cima para baixo, dentro de uma estratégia de atuação que busca devolver à escola seu papel mais legítimo, que é o de socializadora do conhecimento organizado. (RIBEIRO, 1986:38)

Como ambos os grupos (governo e professores) não conseguiram atingir um consenso, o encontro de Mendes terminou e, em 1984, a efetivação do Programa Educacional concentrou a política do governo estadual na construção dos CIEPs. O impasse gerado nesta fase durou até o final do primeiro governo Brizola.

Mignot, em artigo intitulado *Entre aplausos e críticas: a escola pública de tempo integral* (s/d) nos diz que, um ano depois do I Encontro de Professores da Rede Pública, quando o governo explicitou sua prioridade, algumas lideranças do magistério aceitaram encampar o projeto, mas o CEP, como já havia evidenciado anteriormente, manifestou seu descontentamento:

Reportando-nos ao encontro de Mendes, quando a voz do Magistério, mesmo dita de forma entusiástica e esperançosa, não se fez ouvir, fica uma questão crucial: a Política Educacional, traduzida nas metas para o quadriênio 84/87 não era diretamente dirigida àqueles profissionais ali reunidos. A eles caberia permanecer convivendo com o caótico quadro educacional da época. Ao governo caberia estruturar uma outra escola para outro aluno, para um outro professor.(CEP/RJ, *Escola Viva – Viva qual Escola?*,1985. Apud MIGNOT, s/d, p.87)

Após esse encontro, além do lançamento do I PEE, grandes mudanças aconteceram nas metas governamentais para a educação. Em primeiro lugar,

deixou-se de lado a política de participação dos docentes na solução dos problemas da escola pública, em nome do diagnóstico feito sobre o “elitismo dos professores”, que seria o motivo da resistência às mudanças.

Em segundo lugar, abandonou-se o projeto de reformas das escolas e aquelas consideradas “irrecuperáveis” foram deixadas como estavam. Todas as propostas de ampliação do tempo, a idéia das Escolas-parque e a extinção do terceiro turno diurno na rede escolar regular permaneceram no papel das metas traçadas anteriormente. A prioridade para o pré-escolar também foi esvaziada, assim com as escolas de demonstração para a formação de professores.

Em terceiro lugar, perdendo o apoio das lideranças do magistério, o governo buscou apoio internacional. Com a divulgação do projeto arquitetônico para as escolas, que seriam criadas por Oscar Niemeyer, grande arquiteto brasileiro com nome de circulação internacional, a propaganda governamental centrou-se na idéia de que “iria dar aos pobres uma escola de ricos”.

As teses apresentavam os Centros Integrados de Educação Pública como tendo capacidade para 500 alunos, podendo essa capacidade ser estendida para até 600 estudantes. A propaganda ampliava-a para 1000 estudantes, quando se somavam os alunos do turno noturno. Foi anunciada a construção de 500 CIEPs, até março de 1987. Essas instituições seriam construídas por concorrência pública entre empresas privadas, em material resistente - concreto em módulos pré-fabricados. A capacidade máxima de cada unidade seria para 600 alunos em turno único integral, com funcionamento das 8 às 17 horas, contando com sete horas de aula, quatro refeições, atividades desportivas, banho, estudo dirigido, além de assistência médica e odontológica, totalizando a permanência do aluno em 9 horas diárias. No turno noturno, os CIEPs atenderiam a jovens de 15 a 20 anos, analfabetos. Além disso, cada unidade comportaria apartamentos nos quais moraria um casal, que cuidaria de 24 meninos ou meninas, abandonados ou órfãos, que estudavam durante o dia com os demais alunos. (RIBEIRO, 1986:41-45)

Segundo alguns autores, entre eles Cunha (2001), a proposta pedagógica dos CIEPs não derivava de uma concepção única. Resultou da junção de várias inspirações. Cunha (2001) considera que esta seria uma justaposição dificilmente articulável, pois...

O populismo de Paulo Freire, o ativismo de Jean Piaget, o psicologismo de Carl Rogers e a diretividade de Antonio Gramsci, não poderiam conviver em um mesmo ambiente, ou serem propostos sem serem agredidos na sua essência. (p. 142)

No entanto, a despeito do que se pode pensar, e tentando caminhar em outra direção, acreditamos que talvez o que se pretendia era combinar várias teorias que voltassem sua atenção, tanto às individualidades, quanto às práticas mais participativas em educação, e ainda, que se desse maior importância à realidade daquela criança ou adolescente que chegava à escola destinada ao fracasso.

Nesse sentido, dar atenção às individualidades não significaria excluí-las do conhecimento científico necessário ao domínio de seu lugar na sociedade, embora o pensamento dominante na época privilegiasse o contrário, (como confirma Ribeiro 1986):

A pedagogia fala muito da “capacidade de transferir ou generalizar conhecimentos”. Na verdade, trata-se de permitir que o aluno descubra aquelas relações que são como uma espécie de chave produtora de conhecimentos. Ao contrário do se costuma pensar, não é pela repetição e pela fixação que o aluno ganha autonomia de conhecimento. [...] A formação do professor deve incluir um conhecimento detalhado sobre o desenvolvimento biológico e mental dos alunos e sobre sua integração progressiva na vida social, através da aprendizagem que, nas sociedades complexas, se faz pela educação escolar. (RIBEIRO, 1986: 57-59).

Segundo Maurício, em artigo intitulado *Escola Pública De Horário Integral: O Que Se Lê, O Que Se Vê (s/d)*, essa proposta de escola baseou-se no diagnóstico feito por Darcy Ribeiro (1986), de que a incapacidade brasileira para educar sua população ou alimentá-la devia-se ao caráter de nossa sociedade, enferma de desigualdade e de descaso por essa parcela da sociedade. Como solução, propôs esta escola de horário integral, como é oferecida nos países desenvolvidos, a fim de que pudesse evitar que a criança proveniente de famílias de baixa renda fosse condenada ao abandono das ruas ou à falta de assistência em lares em que são chamadas a assumir funções de adulto para que os pais possam trabalhar, tendo sua infância suprimida.

Cunha (2001) também afirma que não havia uma definição precisa para o termo “integrado” que compõe a denominação destes Centros. (CUNHA, 2001:142)

Atividades Culturais					1	1	1	1
TOTAIS SEMANAIS	35	35	35	35	40	40	40	40

* Presente no Plano de Grades

** Oferecida pelo CIEP, segundo sua realidade.

Quadro 01 - Fonte : Regimento Escolar: proposta para discussão.

Como toda proposta governamental que se materializa em uma ação concreta, o projeto dos CIEPs recebeu adeptos, entusiastas, mas também críticas ferrenhas. Cunha (2001) volta a fazer uma crítica à proposta pedagógica dessas instituições escolares que, segundo ele, se dedicam a considerar o processo ensino-aprendizagem como privilegiador dos aspectos sociais e afetivos dos alunos, em detrimento do desenvolvimento intelectual. As críticas encontraram um campo bastante fértil no meio acadêmico, o que ratificou o combate ao Programa Especial de Educação.

Mignot (s/d) cita alguns estudiosos que criticaram o projeto em vários de seus aspectos. Vanilda Paiva, por exemplo, direcionava-as aos aspectos eleitoreiros que fragmentavam a rede de ensino; Maria Helena Silveira discutia, com Cunha, a fundamentação pedagógica dos idealizadores e a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, considerada inferior às de alguns países.(p. 87-89).

Todas as críticas foram combatidas diretamente pelo vice governador Darcy Ribeiro, e pela então Secretária Municipal de Educação, Maria Yedda Linhares. Segundo Mignot (s/d), ambos afirmavam que “as escolas de tempo integral significavam a grande possibilidade de criar uma escola brasileira, gerada para atender às especificidades do nosso desenvolvimento e do mundo de miséria que desejamos todos transformar.”(Jornal do Brasil, 21.08.85, p.10, in MIGNOT, s/;d, p.89)

Um ponto considerado por Cunha (2001) como inédito neste programa era a presença da Animação Cultural, que funcionava como articuladora entre a cultura popular da comunidade e a da escola, contando ainda com a presença de pessoas com experiência nos esportes e nas artes, que deveriam promover eventos com a participação de toda comunidade, inclusive nos fins de semana, consolidando assim a proposta de tempo integral nestas escolas.

Em síntese, os debates sobre esta nova escola podem ser divididos em duas fases, segundo aponta Maurício:

A produção escrita sobre esta escola podia ser vista como dois ciclos, delimitados no tempo. As críticas, concentradas essencialmente no período de 1987 a 1989, trabalharam com dados do I Programa Especial de Educação (PEE). As apreciações favoráveis que começaram a surgir em 1990 e tiveram continuidade com dados do II PEE. (p.1)

Em nossos estudos e prática enquanto diretora de um CIEP, acreditamos que a dificuldade em encontrar, à época da implantação, posições favoráveis aos Centros Integrados de Educação Pública talvez se desse por conta da dimensão político-partidária envolvida no projeto, que de certa forma sufocou os reais objetivos educacionais da proposta.

Também acreditamos que uma objeção ao projeto foi a propaganda governamental, interferindo no principal objetivo da escola. O acréscimo do apelido “Brizolão”, agora definitivamente incorporado ao nome, era significativo motivo desta queixa. Além disso, a administração não admitia que a idéia tinha influência de outros projetos implantados em outras épocas. O próprio nome (CIEP), cogitava-se, era inspirado nos CEPs da Guiné – Bissau.¹²

A estrutura administrativa também se diferenciava das demais. Cada escola regular possuía um diretor, um diretor adjunto, uma secretária, supervisora educacional e orientadora educacional, estes últimos de acordo com a disponibilidade no quadro de pessoal.¹³ Já os CIEPs tinham, como estrutura administrativa, um diretor, dois diretores adjuntos determinados para a função pedagógica e comunitária respectivamente, um chefe de apoio administrativo e outro chefe de serviços gerais. Todas estas funções recebiam gratificação extra ao vencimento. Esta estrutura permaneceu quando alguns Cieps que pertenciam à esfera da capital do Estado foram municipalizados.

¹² A equipe montada por Darcy Ribeiro incluiu alguns brasileiros que atuaram como “cooperantes” na Guiné-Bissau, onde foram instalados alguns Centros de Educação Popular Integrada – CEPI. Lá o termo integrado tinha significado preciso, que era o da busca da articulação entre o conhecimento científico e os trabalhos produtivos na agricultura. Tudo funcionava em um turno único e também em um único espaço. (CUNHA, 2001:146)

¹³ Nesta época os cargos de supervisor e orientador educacional estavam terminando. Foi criado o cargo de especialista em educação que deveria ser exercido pelos funcionários com habilitação nestas áreas da Pedagogia e que passavam em concursos internos.

2.3 – Os CIEPs no Município do Rio de Janeiro: uma nova visão do projeto?

Segundo Cunha (2001), no município do Rio de Janeiro, apesar de ter sido promessa de campanha, algumas unidades escolares não foram concluídas, basicamente pelas dificuldades burocráticas e econômicas.

No entanto, para melhor compreendermos esta situação, é necessário retroceder à história política do município, a partir da década de 80. Em 1987, com a perda do governo estadual para outra legenda partidária, o governo do PDT, na figura do então governador Leonel Brizola, passou os CIEPs estaduais que se concentravam no município do Rio de Janeiro para o âmbito municipal, por meio de Decretos em que eram criadas as Unidades Administrativas, algumas individualmente, e outras em grupo. Este é o caso dos Decretos 5944, de 08/07/1986 e 4991, de 20/03/1985¹⁴, que criaram sete e vinte e seis escolas respectivamente, o que nos faz observar que desde o início do PEE, estas escolas situadas no município do Rio de Janeiro já eram criadas por Decretos Municipais. Nessa passagem, a proposta sofreu modificações que foram se intensificando. Que mudanças foram essas? Podemos dizer que elas foram significativas e determinantes para pensarmos nessa escola de tempo integral?

Na visão de Mignot (s/d),

O legado político deixado para os governos que sucederam as duas administrações foi pesado. A escola pública de tempo integral se transformara num mito para seus defensores, que impediam toda e qualquer mudança no projeto original, que, no entanto, não resistia a estudos do atendimento à demanda que evidenciavam que muitas famílias se negavam a matricular seus filhos nestas escolas que entendiam serem destinadas exclusivamente às crianças pobres. (p. 95)

Já em relação ao município do Rio de Janeiro, houve uma peculiaridade. A prefeitura desse município estava nas mãos de um correligionário – o prefeito Saturnino Braga pertencia ao PDT. Visando manter a proposta original daquelas

¹⁴ Toda a legislação citada neste estudo encontra-se em anexo, mas, alguns decretos, tais como os de implantação e nomeação dos CIEPs, foram pesquisados no Centro Arquivístico da SME e não obtivemos autorização para realizar cópias.

escolas de tempo integral, o governo estadual repassou quase todos os CIEPs situados no município para o governo municipal. Esta seção se debruça sobre esse processo, com o intuito de descrevê-lo.

Nesse sentido, nossa pesquisa bibliográfica, no âmbito da história dos CIEPs municipalizados do Rio de Janeiro, contou com a leitura e descrição de Resoluções e Decretos coletados no Centro Arquivístico da SME, devido à falta de investigações que relatem e analisem a história destas instituições escolares nessa fase.

Nesta época, as diretrizes para o trabalho nestas escolas eram ditadas pelo Programa Especial de Educação (PEE), já citado anteriormente, e em 1989, a Secretaria Municipal de Educação lança legislação específica para este fim.

A primeira Resolução encontrada, e que se refere à organização do tempo nestas escolas, é a de nº 340 de 30 de março de 1989, que criou grupos de trabalho objetivando reavaliar e resgatar as propostas pedagógicas desenvolvidas no Programa Especial de Educação. (Anexo 02)

A resolução propunha ainda, que os Grupos de Trabalho fizessem um levantamento e análise de dados, dos projetos e atividades desenvolvidas nos CIEPs e Casas da Criança, além de recuperar o Programa de Educação Juvenil, promover e divulgar a Animação Cultural, utilizar intensivamente a técnica de Estudo Dirigido e verificar a importância da contribuição oferecida pelas Salas de Leitura/Vídeo (Art. 4º). Não se sabe ao certo quantos grupos de trabalho foram organizados nem sua composição, mas cada grupo tinha 45 dias de prazo para apresentação de relatório conclusivo.

A Resolução nº 352, de 27 de julho deste mesmo ano, estabelecia normas para a lotação do pessoal necessário ao pleno funcionamento dos Centros Integrados de Educação Pública do município, prevendo a disposição de professores que possuíssem “relevante interesse” em desenvolver as ações adotadas para o alcance das metas fundamentais de educação traçadas por estes órgãos. O professor que fosse aprovado deveria exercer suas atividades por um período, no mínimo, de um ano letivo (Art. 2º), tendo sua renovação para o próximo ano efetivada, de acordo com a necessidade e a aprovação do Diretor da Unidade (Art. 3º). (ANEXO 03)

Ao final deste ano outras duas Resoluções, as de nº 361 e 362, estabelecem normas para a movimentação de pessoal para exercício nestas escolas em 1990 e

dispõe sobre a organização administrativa que estas deveriam possuir, em termos de quantitativo de pessoal. (Anexos 04 e 05)

Estas também estabelecem critérios para permanência ou transferência do pessoal já lotado nos CIEPs(Resol. 361), e determina uma redistribuição de acordo com a capacidade de cada Unidade Educacional que funcione em tempo integral (Resol. 362). Neste momento, ainda permanecem as diretrizes do Programa original, criado quando as instituições pertenciam à gestão estadual. Percebemos que estas Resoluções tentam organizar e regularizar estes órgãos, em nível municipal.

Nesse trabalho bibliográfico e documental verificamos que, em 1991, os CIEPs situados na cidade do Rio de Janeiro passaram definitivamente para a gestão da Prefeitura, exercida à época por Marcelo Alencar, político do PDT, partido que lançou o Programa Especial de Educação idealizado por Darcy Ribeiro.

Um grande esforço foi empreendido, então, para ocupar as unidades já existentes, e as que finalizariam sua conclusão em 1992, último ano do então Prefeito.

A resolução SME/418, de 26 de março de 1991¹⁵, assinada pela Secretária de Educação, Profa. Mariléa da Cruz considerava que havia necessidade e urgência em preencher as funções de apoio para o pleno funcionamento dos CIEPs municipais e resolve delegar competência aos Diretores destas unidades para selecionar pessoal, visando a prestação de serviços nestas escolas, desde que esse pessoal preenchesse os requisitos mínimos estabelecidos naquela Resolução; que a referida Unidade estivesse em local de “excepcional interesse público” e que possuísse quantitativo suficiente para tal seleção. (cf. Resolução SME/418, Art. 2º e Art. 3º) (Anexo 06)

De acordo com a mesma legislação, essa seleção serviria como inscrição para concurso público, a fim de validar os serviços que estes prestariam ao Serviço Público Municipal (cf. considerando Res. SME/91, nº. 418). Visando a consecução destas ações, a Resolução discriminava o prazo, documentos e requisitos necessários à inscrição, além de possuir artigos descrevendo as tarefas a serem desempenhadas por cada função. Uma apostila retificatória foi publicada posteriormente (05/04/1991), incluindo e excluindo algumas unidades, ou retificando o quantitativo das funções de outras.

¹⁵ Todas as resoluções, decretos, e legislações pertinentes a esta pesquisa estão reproduzidas na íntegra em anexo.

Mais tarde, em 1992, um concurso público foi realizado para selecionar professores com carga horária de 40 ou 30 horas de trabalho e os profissionais foram lotados através da regulamentação da Resolução n° 468, de 12 de novembro de 1992. As escolas foram atendidas por ordem de prioridade, estando aquelas que funcionavam em horário integral em primeiro lugar. (Anexo 07)

Essa mesma Resolução também definia a carga horária semanal geral dos professores. Em relação a ela, o artigo 4º acrescenta:

Art 4º - Caberá aos Distritos de Educação e Cultura designar, em caráter provisório, o professor para a Unidade Escolar que apresentar carência do profissional.

§ Único – A designação referida no caput deste artigo terá validade até o final do ano letivo em curso, e deverá priorizar:

- Unidades Escolares de Horário Integral;
- Unidades Escolares que apresentam turmas de 8ª série sem atendimento;
- demais Unidades Escolares que apresentam turmas sem atendimento. (Resol. SME/ 468 de 12/11/92)

O ano de 1993 inicia-se com nova equipe à frente da Prefeitura. César Maia é eleito para um período de gestão que vai durar até 1996, sucede Marcelo Alencar, e com isto a Prefeitura deixa o PDT e vai para o PMDB.

O então Prefeito César Maia e a Secretária Municipal de Educação, Profª Regina de Assis, em março de 1993, promovem um Grupo de Trabalho para apresentar soluções relativas à ocupação dos prédios das escolas; à transferência dos CIEPs do Estado para o Município e ao Programa de Educação Juvenil (PEJ) (Resol. n° 484/93 de 26/03/93, Art. 1º). (Anexo 08)

Ao mesmo tempo, por meio de outra Resolução (SME/487/93 de 26/03/93), o governo resolveu remanejar servidores que fossem considerados excedentes nos CIEPs: (Anexo 09)

Art. 2º - Os professores considerados excedentes deverão ser remanejados de forma a suprir a falta de docentes em sala de aula nas unidades escolares do mesmo E/ DEC.

Art. 3º - Os servidores das demais categorias funcionais, considerados excedentes, serão também remanejados quando houver necessidade de preencher vagas existentes em outras unidades escolares do respectivo E/DEC.(Resol. SME n° 487/93)

Este momento foi considerado bastante conturbado, pois algumas escolas ainda se encontravam na fase inicial de sua implantação e não possuíam turmas para ocupação de sua capacidade total, conforme já foi citado por Mignot (s/d) anteriormente. Nesse sentido, esta resolução, ao invés de organizar o fluxo de docentes e funcionários, excluiu o que já se preparava para uma organização original, uma vez que foram considerados excedentes todos os funcionários que ultrapassassem o número correspondente ao número de turmas da escola.

Pelo mesmo motivo, em 21 de julho de 1993, a resolução SME n° 498 altera, “em caráter experimental”, o regime de funcionamento dos CIEPs situados na abrangência do E- 22° DEC, que posteriormente viria a fazer parte da 8ª CRE, conforme podemos constatar em artigo dessa resolução, transcrito a seguir: (Anexo 10)

Art. 2º - Os CIEPs localizados na área de abrangência deste E/ 22º DEC deverão oferecer dois regimes de matrícula : horário integral e horário parcial, para que os pais possam optar pelo regime que mais lhes convier e, também para dirimir os problemas decorrentes da movimentação desses alunos.(Resol. SME 498/93)

A SME considerava que a demanda da população escolarizável vinha aumentando, e que alguns alunos tinham dificuldade de locomoção para outras unidades mais afastadas que não ofereciam tempo integral. Assim, os CIEPs, por funcionarem em turno único, ofereciam poucas vagas à população.

Não existe nenhuma outra legislação que generalize essa alteração; porém, em nossa experiência como gestora de um CIEP que não estava situado nesta área¹⁶, verificamos que essa orientação foi absorvida, em todo o município, para preencher a ocupação das salas que ainda não possuíam turmas em tempo integral.

A Resolução 515, de 20 de dezembro de 1993, definiu normas para a lotação dos professores que atuavam nos Centros Integrados de Educação Pública, e demais escolas que possuíam funcionamento diferenciado, a fim de igualar a lotação destes profissionais com as outras *escolas regulares*. Até então, os professores eram requisitados pelos diretores dos CIEPs, podendo ser dispensados a qualquer momento pela mesma pessoa que os requisitou. A partir desta Resolução, o professor que optasse por permanecer nessa unidade escolar, somente poderia ser

remanejado por meio de concurso de remoção que ocorre anualmente para movimentação de servidores entre as escolas. (Anexo 13)

Neste mesmo período, em 17 de dezembro de 1993, instituiu-se novo Grupo de Trabalho, desta vez para avaliar e redefinir a natureza e especificidade dos CIEPs e das Escolas de Horário Integral (Resol. 514/93). (Anexo 11) Este grupo, composto por pessoas da Equipe da SME, Sindicato de Professores e Diretores de CIEPs, tinha um prazo até 28 de janeiro de 1994 para concluir os estudos solicitados. Posteriormente, a comissão teve seu prazo dilatado pela Resolução SME 521/94, de 01/02/1994, que modificou também seus componentes. (Anexo 12)

Fazendo um balanço dos aspectos legais relacionados à história dos CIEPs, durante os anos 1992/1993, percebemos que este período é permeado por soluções imediatas, sem planejamento e sem, principalmente, contar com a participação da então chamada comunidade escolar. Comissões foram criadas para avaliar, planejar e analisar a organização dos CIEPs, mas antes de serem definidas soluções e estratégias, decisões foram sendo tomadas, na prática, que influenciaram fortemente o caminho de organização destas escolas.

A comissão consegue concluir seus estudos em maio deste mesmo ano, o que deu origem à Resolução nº 534, de 05/05/1994, que dispõe sobre a nova organização das unidades escolares do Programa Especial de Educação com atendimento ao 1º e/ou 2º segmento, considerando imprescindível a redefinição do quadro de servidores necessários ao atendimento desse Programa. (Anexo 14)

Na redação desta Resolução, percebemos algumas alterações fundamentais no Programa inicial, embora a mesma denominação seja utilizada.

Na equipe docente, os professores são determinados para reger suas turmas de Núcleo Comum e oficinas. Estes seriam substituídos pelos professores de Apoio às Oficinas e os de Educação Física em seu horário complementar¹⁷. Não havia mais tempo estipulado para que as atividades acontecessem. Esta substituição poderia ocorrer de forma diversificada para as várias turmas da escola.

Cada professor de atividades extraclasse tinha um número de turmas específico a atender em sua carga horária, o que impossibilitava a organização

¹⁶ O 22º Distrito de Educação e Cultura, nesta época abrangia as escolas situadas no bairro de Bangu.

¹⁷ O horário complementar é o tempo destinado ao planejamento das atividades e ao estudos promovidos pela equipe pedagógica do Ciep. Este tempo era maior e mais freqüente nos CIEPs devido à possibilidade de substituição do professor sem que sua turma precise sair da escola.

anterior, em que os professores regentes das turmas trabalhavam com os alunos o Núcleo Comum no turno da manhã e participavam de atividades pedagógicas e planejamento no turno da tarde, enquanto os alunos estavam em atividades esportivas, artísticas, estudo dirigido, etc. Além disso, com o fim das matrículas dos professores em 40 horas, outro problema surgiu. Quando a turma era atendida por dois professores, aquele que regia a turma pela manhã acreditava que possuía uma carga de trabalho maior que o outro do 2º turno, porque na grade curricular que funcionava nos CIEPs, cabia ao 1º turno as atividades do Núcleo Comum e ao 2º turno, as oficinas, educação física, visitas à sala de leitura, entre outras.

Um longo período se passou, sem que nenhuma modificação efetiva fosse percebida. A Resolução nº 534 ainda vigorava, mas sua participação nas escolas de horário integral foi sendo alterada em função da constante falta de professores regentes.

Em 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394/96. Essa Lei vem levantar, novamente, a idéia de que o tempo de escola, apesar de ser esperado um mínimo de quatro horas diárias, deve ser ampliado nos anos subsequentes à sua aprovação, conforme podemos constatar com a leitura dos artigos 34 e 87:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

[...]

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Neste período, ainda durante a gestão do Prefeito César Maia, uma nova organização foi prevista pela Secretaria de Educação. O Decreto nº 13.964 de 14 de junho de 1995 determina que os 24 Distritos de Educação e Cultura fossem aglutinados e redistribuídos, segundo sua localização, em 10 Coordenadorias

Regionais de Educação, conforme Figura 1 situado na introdução deste trabalho. (Anexo 15)

A 8ª CRE abrangeu as escolas que estavam situadas no 22º, 23º e 24º DECs, formada por 168 escolas, dentre elas 16 CIEPs, alguns totalmente funcionando em tempo integral, e outros com o oferecimento das duas possibilidades de horários.

Em 1998, já na gestão do prefeito Luis Paulo Conde, que sucedeu César Maia até 2001, agora pelo PFL, publica Lei Municipal, em 16 de janeiro, que dispõe sobre a estrutura organizacional, pedagógica e administrativa da Rede Pública Municipal de Educação, criando as Unidades Escolares e as Unidades de Extensão Educacional.

Art. 1º - As escolas de horário parcial ou integral, os Centros Integrados de Educação Pública - CIEP e Casas da Criança se constituem em Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Educação.

Art. 2º - Ficam criadas, na Rede Pública Municipal de Educação, as unidades de Extensão Educacional, segundo os seguintes quantitativos e modalidades;

I – quatorze Clubes Escolares [...];

II – quatorze Núcleos de Arte [...];

III – vinte e quatro Pólos de Educação pelo Trabalho, [...]

Esta Lei também vem organizar a estrutura administrativa das escolas, com a criação da função do Coordenador Pedagógico e a manutenção do mesmo quantitativo dos cargos em comissão e funções gratificadas das unidades de ensino de tempo integral da rede municipal. (Lei nº 2.619 de 16/01/98, Art. 6º) (Anexo 16)

Assim, anotamos mais uma alteração no projeto original de funcionamento dos CIEPs. Enquanto no início a estrutura administrativa compreendia um Diretor Geral, dois Diretores Adjuntos, um Chefe de Apoio Administrativo e um Chefe de Serviços Gerais, neste momento, os CIEPs que funcionavam em tempo integral permaneceram com este quantitativo, com o acréscimo do elemento para exercer a função de Coordenador Pedagógico.

No entanto, os CIEPs que ofereciam as duas possibilidades de turnos foram considerados como escolas regulares, e passaram a contar com um Diretor, um Diretor Adjunto e um Coordenador Pedagógico. Mesmo aqueles que conseguiram modificar novamente a sua forma de organização do tempo – ou seja, passando-a

para tempo integral - não possuem, até hoje, a sua estrutura administrativa restituída.

Outra possibilidade levantada por aquela Lei se refere às Unidades de Extensão, que pretendem ampliar as possibilidades de ocupação do tempo do aluno, na medida em que oferecem atividades esportivas (Clubes Escolares), atividades artísticas (Núcleos de Arte) e oficinas voltadas para o trabalho (Pólos de Educação pelo Trabalho), onde os alunos da rede pública de educação podem se inscrever para realizá-las fora do turno em que estudam. Esta é uma proposta de ampliação do tempo de escola, sem que seja na mesma escola em que o aluno estuda, ou seja, em outros espaços educativos que não a instituição escolar.

Os CIEPs existentes continuaram sua atuação ordenada pela Resolução 534 de 1994 sem, contudo, ter todas as funções determinadas por esta legislação atendida, devido à constante falta de pessoal para atender à grande rede pública municipal de educação¹⁸.

Em 2001, a Prefeitura, com o retorno de César Maia, eleito pelo PTB à gestão do município, e apesar das propostas de campanha, não apresenta nenhuma modificação do quadro da organização dos CIEPs.

A única alteração deste quadro vem através do Decreto 20.790 de 23 de novembro de 2001, que institui a função de Apoio à Direção. Estes professores foram designados para exercer uma jornada idêntica a de um Diretor Adjunto (40 horas semanais) e passaram a receber uma gratificação por esta função.(Anexo 17)

Os critérios iniciais para a indicação do profissional que exerceria a função de Apoio à Direção seriam a quantidade de turmas em tempo integral (um mínimo de dez turmas), escolas com mais de 32 turmas regulares de 5ª a 8ª série ou 38 turmas de 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental, e escolas que funcionavam das 7h às 22h para atender alunos do Programa de Educação Juvenil e Regular Noturno. (Resol. 772/2003 e Resol. 823/2004). (Anexos 18 e 19)

Tanto a Prefeitura quanto a Secretaria Municipal de Educação permaneceram sob o mesmo comando, Prefeito César Maia e Secretária Profª Sônia Mograbi, por mais um mandato, de 2005 até 2008, e mais nenhuma diretriz específica para organização dos CIEPs foi estabelecida. A Resolução 534, de 5 de maio de 1994

¹⁸ Como já foi colocado anteriormente, a Rede de Escolas do Município do Rio de Janeiro possui 1058 escolas e é considerada a maior da América Latina

ainda vigora , mas nunca mais foi pensada uma alternativa para o restabelecimento das atividades extraclasse que aconteciam originalmente.

Muito foi perdido em relação à organização do tempo, mas vários CIEPs continuam funcionando em tempo integral, com apenas a atividade de Educação Física sendo oferecida por outro professor que não o mesmo de sua turma.

O tempo do professor é o mesmo para todas as escolas da rede municipal, ou seja, cada matrícula de 22h e 30 min semanais têm um período de estudos e planejamento quinzenal de 2h para os profissionais que atendem ao 1º segmento e 16h para os professores que atendem ao 2º segmento do ensino fundamental, embora no caso dos CIEPs este professor somente atue na área da Educação Física. Os dias para estudo e planejamento passam a ser estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e os alunos são dispensados das aulas.

As políticas públicas para incentivo à implantação do tempo integral nas escolas brasileiras, no âmbito federal após a promulgação da LEI 9394/96 voltaram ao debate político em 2007, quando o Governo Federal através da Lei 11.494 de 20 de julho de 2007, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) e do Decreto Nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que o regulamenta e dispõe sobre a distribuição de recursos financeiros para o desenvolvimento da Educação Básica e determina critério de diferenciação no valor destinado ao aluno que seja atendido em tempo integral nas unidades públicas do país. Conforme os Art. º e Art. 20 deste Decreto:

Art. 4º Para os fins deste Decreto considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, observado o disposto no art. 20 deste Decreto [...]

Art. 20º. Será considerada educação básica em tempo integral, em 2007, o turno escolar com duração igual ou superior a seis horas diárias, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares.

Mais tarde, na Nota Técnica nº 01/2009, o Ministério da Educação, com a finalidade de “filtrar” o quantitativo de matrículas na Educação Básica “apresenta critérios utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para a apropriação de matrículas da educação básica que

servirão de base para o cálculo dos coeficientes de repasse de recursos do FUNDEB.” (p.1)

Este documento esclarece em nota de rodapé,

Entende-se como tempo integral a carga horária igual ou superior a 7 (sete) horas diárias. De modo a atender o mandamento do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, em seu artigo 4º que diz “ Para fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, observando o disposto no art 20 deste Decreto” serão considerados as seguintes situações, relativas ao Ensino Fundamental e Médio:

a) Matrículas dos alunos que tenham, concomitantemente, pelo menos um vínculo na escolarização e outro em atividade complementar, na mesma rede e mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias.

b) Matrícula única na escolarização e, concomitantemente, matrícula de Atividade Complementar em redes públicas distintas (municipal ou estadual) no mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias.

c) Se houver mais de uma matrícula na escolarização em redes distintas, considerar-se-á a matrícula de Atividade Complementar da mesma rede e do mesmo município, desde que, somada a carga-horária das matrículas e feita a média para 5 dias da semana, o resultado alcance o mínimo de 7 (sete) horas diárias. (p.6)

Todas essas propostas e regulamentações que surgem são fatores que possibilitam as escolas caminharem na tentativa da ampliação do tempo escolar dos alunos e provavelmente os CIEPs, que já funcionam em tempo integral, serão beneficiados, no que se refere ao atendimento ao Ensino Fundamental, desde que estes recursos possibilitem uma melhoria na qualidade da organização do tempo em que os alunos estão nestes espaços

No próximo capítulo, por meio do histórico dos Cieps existentes na abrangência da 8ª CRE, verificamos como foi a trajetória da organização do tempo escolar dessas escolas, e o que pensam aqueles que as coordenam a respeito desta organização.

3. Jornada ampliada na escola: um desafio para a gestão escolar

3.1 – Histórias do tempo integral nos CIEPs da 8ª CRE

Conforme vimos em nossa pesquisa bibliográfica e documental, os Cieps situados no município do Rio de Janeiro, embora criados pelo governo do Estado, foram implantados pela prefeitura, à época em que foram concluídos. No entanto, como veremos no decorrer deste capítulo, somente no governo de Marcelo Alencar como prefeito, em 1989, encontramos propostas evidentes de organização dos CIEPs já municipalizados. Talvez esta situação seja explicada por ser este o primeiro prefeito eleito por voto direto, após a abertura política.

No capítulo anterior, nossa pesquisa centrou-se, a princípio, no Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Nos arquivos pesquisados, existe uma relação dos CIEPs do estado do Rio de Janeiro atualizada em 1995, e ordenada por municípios.

Nesse documento, constam 230 escolas deste padrão no município do Rio de Janeiro, mas somente 102 são realmente municipais. Isto se deve ao fato de existirem os Ginásios Públicos, que estão na abrangência do estado, e unidades de CIEPs que não funcionam como escolas, como é o caso da Escola de Formação de Bombeiros, situadas em Guadalupe.

Destas instituições de ensino fundamental que se encontram em prédios próprios de CIEPs, dezesseis (16) estão situadas na abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE). Passaremos agora a conhecer um pouco da história destas escolas.

Para efeito de organização desta seção, a descrição desses CIEPs obedece a critério próprio, ou seja, apresentamos as escolas como elas aparecem na organização da Secretaria Municipal de Educação, com uma numeração padrão que se chama *designação da escola*.

No decorrer da descrição, percebemos que essa numeração tem por função referenciar a localização e o tipo de escola a que estamos nos referindo. Ela é determinada pela Secretaria Municipal de Educação¹⁹.

¹⁹ As Escolas municipais seguem um regra de numeração que está relacionada ao tipo de atendimento que possuem, ou seja, aquelas que tem designação CRE.RA.001,CRE.RA.002,etc são escolas chamadas de regulares; aquelas que possuem numeração CRE.RA.601,CRE.RA.602, são as

Verificamos, ainda, que alguns CIEPs possuem numeração diferente, devido a uma mudança no atendimento em tempo integral durante sua trajetória, ato significativo, se levarmos em consideração o tema de nosso estudo.

Em 1994, a Secretaria Municipal de Educação determinou, por meio da Resolução nº 498 de 21 de julho de 1993 (Anexo 10), que os CIEPs do 22º DEC passassem a oferecer as duas formas de tempo de permanência para seus alunos: a jornada integral e a jornada padrão. Ou seja, devido à demanda por vagas nesta região, as escolas deveriam oferecer turmas em tempo integral, mas também em tempo parcial, para o 1º e o 2º turnos. Embora esta determinação se referisse àquela localidade – 22º. DEC -, ela acabou por se expandir para todos os demais CIEPs do município.

Algumas equipes de direção não atenderam àquela solicitação e conseguiram manter o tempo integral em todas as turmas. Outras, que estavam situadas em locais com menor oferta de vagas, não resistiram e implantaram os dois sistemas, sem, contudo, retornarem à programação normal nos anos subseqüentes.

Em 1998, ano em que o então Prefeito Luis Paulo Conde (PFL) criou a forma de designação que citamos, visando organizar as escolas da rede, os CIEPs que não possuíam todas as suas turmas em tempo integral perderam sua estrutura administrativa, ou seja, passaram a funcionar administrativamente da mesma forma que as escolas regulares, e receberam uma numeração diferenciada dos demais. (ex: CRE.RA.201).

Estas considerações a respeito das transformações burocrático-administrativas pelas quais passaram os CIEPs estão evidenciadas nas transcrições dos questionários enviados para os gestores dos CIEPs da 8ª CRE, trabalhados ainda neste capítulo.

Retornando então à caracterização desse corpo de CIEPs, optamos por descrever cada uma das 16 instituições apresentando um histórico em relação à sua criação, e aspectos que organizam e organizaram o tempo das atividades de alunos e professores no decorrer da história destas unidades.

As escolas são apresentadas pela ordem de numeração estabelecida pela SME e não pelo ano de sua implantação. Também as descrevemos, como vimos na

parte metodológica presente na Introdução, a partir do questionário aplicado às direções desses CIEPs. Esse instrumento contém doze questões, que foram condensadas em cinco respostas, para facilitar a análise dos dados.

Para melhor orientação do leitor, cada questionário foi numerado quanto às citações e falas específicas dos profissionais que o responderam. Foi tentado o contato com o/a diretor/a de cada CIEP, porém, devido ao acúmulo de tarefas desses gestores, em alguns instrumentos o respondente é a coordenadora pedagógica ou a diretora adjunta.

Passemos então à descrição da história da organização do tempo nos CIEPs da 8ª CRE, salientando que, ao longo da descrição, há quadros com o quantitativo de turmas e alunos atendidos por cada CIEP. Neles, estão destacadas, em vermelho, somente as turmas que funcionam em tempo integral.

E/ CRE (08.33.202)²⁰ Ciep Amílcar Cabral



Figura 2 - CIEP Amílcar Cabral

O Ciep Amílcar Cabral era o de número 003 da rede estadual e foi criado em 20 de março de 1985, por meio do Decreto nº 4991, que criou igualmente outras 26 dessas instituições.

Nessa época, levou o nome provisório de Ciep Bangu e posteriormente passou a chamar-se de Ciep Boiobi, mas foi renomeado, em 19/08/87, pelo Decreto nº 6896. Estava localizado na área de abrangência do 22º DEC, e possuía a designação 22.17.102. Situa-se à Rua Engenheiro Paula Lopes s/nº, Bangu, que fica

ao final da Rua Boiobi, rodeada por uma bela serra e também por várias comunidades que se desenvolveram em sua encosta. A instituição iniciou seu funcionamento em outubro de 1985.

Em relação ao atual nome da escola, a Direção, que atua no CIEP desde sua implantação, explicou que a prefeitura decidiu homenagear personagens de países estrangeiros. Como havia uma comitiva da Guiné-Bissau no Rio de Janeiro, à época da implantação, batizaram o CIEP com o nome daquele que promoveu a independência deste país – Amílcar Cabral.

À primeira questão do instrumento, que pergunta como era a organização do tempo no CIEP à época de sua implantação, a Direção relatou que o CIEP começou suas atividades com 25 turmas somente do 2º segmento do Ensino Fundamental, todas elas em tempo integral. Como alguns dos prédios possuem 18 salas, havia turmas que funcionavam em sistema de rodízio.

Estas turmas eram atendidas, no primeiro turno, com as disciplinas de núcleo comum, e à tarde com disciplinas diversas, que, no entanto tendiam para uma preparação para o trabalho. Os alunos vivenciavam atividades de Educação Física todos os dias, Educação para o lar, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Educação Artística e Sala de Leitura²¹ e permaneciam na mesma turma, trocando apenas de sala e de professor para as atividades do segundo turno.

Especificamente em relação à Sala de Leitura, ela funcionava com quatro profissionais, o que lhes proporcionava trabalhar com projetos mais abrangentes para os alunos e a comunidade. Desta forma, todas as turmas podiam passar por este ambiente duas vezes na semana, sem interferir na carga horária do professor que atendia às atividades de leitura. “Com a quantidade de turmas que possuíamos, não era possível elas estarem na Sala de Leitura em dois tempos de cinquenta minutos como acontece com a Educação Física”. (Q.01)

Ainda continuando com a explanação sobre a organização do tempo na escola à época da implantação, a Direção esclareceu que às terças-feiras as turmas

²¹ A Sala de Leitura funcionava como uma biblioteca, com diversos volumes de livros enviados diretamente pela Secretaria Municipal de Educação, outros comprados pela própria escola com verba destinada para este fim com sugestão de seus professores e outros oferecidos como doação pela comunidade e por seus profissionais. Este espaço é destinado aos alunos da escola, mas, esporadicamente pode oferecer pesquisa a outras pessoas da comunidade. Possui um professor responsável pelos projetos desenvolvidos, que podem ser específicos deste espaço ou integrados no Projeto Pedagógico da Escola, além de ser responsável pelo acervo que a sala compõe.

saiam às 12h, para que os professores se reunissem, visando o planejamento de suas atividades para a semana. Segundo ela, nesta época, cada professor de Língua Portuguesa atendia a uma turma específica e se dedicava ao desempenho desta turma. Neste caso, na área de Português, cada professor da 5ª série era exclusivo daquela turma: “Todo o planejamento funcionava realmente” (Q.01).

Em resposta à segunda questão, que perguntava sobre as possíveis mudanças na organização do tempo e se estas alteraram a rotina diária dos alunos e professores, a Direção do CIEP nos informou que, com o passar do tempo, as mudanças governamentais que geraram transformações nas políticas destinadas especificamente aos CIEPs e com a desativação de algumas disciplinas específicas, a proposta destinada ao trabalho em tempo integral foi desfeita. Isto interferiu fatalmente na rotina diária e na estrutura principal da instituição, que precisou se transformar em uma escola específica do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Na terceira pergunta que questionava a respeito da reação de alunos, professores e da comunidade em geral, frente a estas mudanças, a Direção esclareceu que, devido a essas alterações, os alunos ficaram desmotivados em permanecer na escola, o que iniciou um processo de evasão, dando margem às mudanças já sinalizadas no atendimento do CIEP, que passou gradativamente a formar turmas do primeiro segmento.

Atualmente, o CIEP Amílcar Cabral atende a oito turmas em tempo integral e a uma Classe Especial, em horário parcial, e conta com um total de 189 alunos, conforme quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	1	6 (1º Turno)
Ed. Infantil – Pré Escola	2	39
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	1	31
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	1	24
1º Ciclo de Formação –Per. Final	2	35
4º Ano	1	31
5º Ano	1	23
TOTAL	8 + (1)	189

QUADRO 02 – Quantitativo de turmas e de alunos do CIEP Amílcar Cabral, em 2009. (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

Em relação à quarta questão, sobre a atual organização do tempo integral, fomos informadas que todas as turmas são atendidas com Educação Física duas

vezes por semana, trabalho realizado por um professor específico para esta atividade. Além disso, existem outras atividades que a escola proporciona em espaços e horários diferentes para que as turmas possam usufruir de ambientes diversificados que não sejam os da sua própria sala de aula. São oferecidas atividades na Sala de Vídeo, Jogos, atividades de recreação e Sala de Leitura, todas estas com o acompanhamento do próprio professor regente, com a finalidade de dinamizar esse tempo.

Na resposta à quinta questão, a respeito da reação da comunidade escolar sobre a atual organização do tempo, a direção do CIEP Amilcar Cabral relatou que “O “mundo” oferece mais atrativo que a escola de tempo integral (...) os “pequenos” são trazidos para o CIEP e se acostumam com as atividades “(Q.01)

Os professores que atuam no CIEP tendem a ficar mais desmotivados, no sentido de criar atividades diversificadas para dinamizar este tempo com a qualidade pretendida. Muitos ficam doentes com muita frequência e essa ausência interfere no atendimento ao tempo integral, porque não existem substitutos para estas faltas. Os funcionários são poucos para o bom funcionamento da organização do tempo. Hoje, até funções administrativas como Direção Adjunta, Coordenação Pedagógica ou regência de Sala de Leitura precisam estar substituindo professores que se ausentam por motivo de doença.

A comunidade foi considerada muito acomodada porque, segundo a fala da Direção, esta escola vai ao encontro da expectativa dos familiares com relação ao auxílio desejado para o acompanhamento de suas crianças - ela traz alimentação, educação e segurança. “Muitos são aqueles que acham que a criança é obrigação do Estado.” (Q.01) e o horário integral é o melhor que o Estado pode oferecer.

Finalmente, a Direção do CIEP Amilcar Cabral considerou que houve um retrocesso no processo de organização do tempo integral, por não haver continuidade nas políticas públicas na área da educação. Conforme suas próprias palavras, “cada gestão tenta a dar a sua “marca” ao atendimento aos alunos. Cada Governo constrói a escola que será reconhecida como a escola deste governante.”(Q.01) Para ela, estas atitudes não possibilitam um planejamento definitivo das propostas para organizar o tempo que se tem para que os alunos estejam no CIEP. “Hoje, o que temos, é uma escola regular com tempo dobrado” (Q.01)

E/ CRE (08.17.207) Ciep Vila Kennedy

Figura 3 - CIEP Vila Kennedy

Este CIEP foi criado pelo Decreto nº 5916, de 27 de junho de 1986, documento legal que criou vários outros CIEPs no município do Rio de Janeiro, embora em documentos do Centro Arquivístico da SME/RJ conste o início de seu funcionamento a 18 de junho do mesmo ano. Possuía o número 104, na contagem estadual. Posteriormente, o Decreto nº 5944, de 08 de julho de 1986, cria mais seis unidades escolares em tempo integral e recria o Ciep Vila Kennedy.

Na antiga divisão da Secretaria Municipal de Educação em DECs (Distritos de Educação e Cultura), conforme citamos na seção anterior, o Ciep pertencia ao 23º DEC e possuía a designação 23.17.101²². Está situado à Rua Paulino Sacramento, s/nº, Vila Kennedy.

O bairro de Vila Kennedy localiza-se na zona oeste do município e foi criado em 1964, pelo então governador Carlos Lacerda, para abrigar moradores da favela do Pasmado, situada em Botafogo, da favela de Ramos e da favela do Esqueleto, no Maracanã. Sua via principal de acesso é a Avenida Brasil, limitando-se com os bairros de Campo Grande, Santíssimo e Bangu.

No entorno da instituição encontramos várias residências tipo casa, distribuídas em pequenas ruas que se interligam, proporcionando uma visão de

²² Esta numeração também ordenava as escolas segundo seu DEC (Distrito de Educação e Cultura), Região Administrativa e ordem dentro da abrangência do distrito.

bairro bastante populoso. Existem outras escolas municipais próximas ao CIEP, uma Vila Olímpica²³ e um Posto de Saúde.

O questionário foi preenchido, neste CIEP, pela coordenadora pedagógica, que não estava na escola desde sua implantação. Por este motivo, ela não respondeu à questão sobre a organização do tempo em 1986. O início de sua atuação se dá em 2001, quando a atual equipe de direção transferiu-se de outra unidade escolar para coordenar as atividades do CIEP Vila Kennedy.

Na resposta à primeira questão, a Coordenadora relatou que o Ciep Vila Kennedy esteve um período com atendimento em horários diferenciados. As famílias que procuravam vagas para seus filhos poderiam optar por estar no CIEP Vila Kennedy em tempo parcial ou integral, conforme determinação da Resolução que já foi citada no início deste capítulo. Nesse sentido, a Direção, desde sua chegada ao CIEP, iniciou um movimento para retornar ao tempo integral em todas as turmas.

Segundo seu relato, já com relação à terceira questão, a principal transformação desta forma de trabalho foi a organização da equipe docente e a necessidade de encontrar parcerias que garantissem a qualidade inicial no atendimento aos alunos que viessem suprir a falta de profissionais específicos para as atividades extraclasse.

Atualmente, o CIEP atende a uma média de 640 alunos, com 22 turmas em tempo integral, atendimento possível porque a escola possui um anexo com oito salas de aula destinadas somente à Educação Infantil, além de atender ao PEJA²⁴ no horário noturno, conforme podemos verificar no quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	04	30
Ed. Infantil – Pré Escola	08	194
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	03	93
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	03	82
1º Ciclo de Formação –Per.	04	119

²³ As Vilas Olímpicas foram criadas na gestão do Prefeito Cesar Maia para atender a população em geral nas necessidades de prática de esportes que geralmente são oferecidas em clubes com algum investimento financeiro de quem deseja frequentá-lo. É um equipamento público que oferece piscinas, quadras para os diversos jogos coletivos, além de salas onde se pode praticar judô, dança e outras modalidades de acordo com as especificidades dos professores.

²⁴ O programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) se divide em PEJA I que administra os objetivos dos primeiros anos do ensino fundamental (2º e 3º anos – PEJA I Bloco 1 e 4º e 5º anos Peja I Bloco 2) e PEJA II com os anos do antigo segundo segmento do ensino fundamental (PEJA II Bloco 1 – 6º e 7º ano e PEJA II Bloco II – 8º e 9º ano)

Final		
4º Ano	02	72
5º Ano	02	78
PEJA I	05	159
PEJA II	08	276
TOTAL	39	1103

QUADRO 03 – Quantidade de alunos e turmas atendidas pelo CIEP Vila Kennedy (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme).

Na quarta pergunta, a respondente esclareceu que o horário integral, hoje, é organizado com a seguinte grade curricular: cada turma possui Educação Física em dois tempos semanais de 50 minutos, além de atividades na sala de Vídeo, com 1h e 40 min semanais e também na sala de Leitura, com visita agendada, pois o CIEP não tem professor destinado a ocupar este local. Como já adiantamos, foi estabelecida uma parceria com a Vila Olímpica, que funciona bem próximo e que oferece atividades esportivas duas vezes por semana a todas as turmas do CIEP. Elas freqüentam a Vila Olímpica acompanhadas por seus professores regentes.

Nesse espaço específico, todos os alunos recebem aulas de natação e outra atividade física (futsal, basquete, vôlei, atletismo ou futebol de campo) durante a semana, em horários diferentes daqueles em que realizam Educação Física e um tempo de recreação livre, na piscina, geralmente no intervalo das 11h30min às 12h30min, sempre acompanhados de seus professores e dos professores da Vila Olímpica.

Além destas atividades, os professores elaboram projetos pedagógicos, partindo de um projeto geral que possui um tema anual, onde se procura atender às necessidades mais emergentes para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. A partir das 14 horas, os professores organizam tarefas para reforço ou estudo dirigido, a respeito dos conteúdos trabalhados no primeiro turno.

No momento em que o questionário foi respondido, iniciava-se o Projeto *Laços de Família*, que tinha por objetivo principal a integração das famílias com a escola, causa apontada pela Direção como principal carência para que os alunos desempenhem suas atividades de forma a construírem seus conhecimentos com eficácia

Na quinta questão, a respondente informou que os alunos estão bastante adaptados a esta organização do tempo, e que a procura por vagas é bem grande - todas as turmas estão com o total de alunos estabelecido pela legislação, e é preciso ficar na lista de espera para que novos alunos possam ser matriculados.

Os professores estão juntos com a Direção desde a sua adesão à gestão deste CIEP e a equipe credita este fato ao desenvolvimento eficaz desta organização. Estes têm o tempo anterior à entrada e após a saída dos alunos com contato com a coordenação pedagógica para dissipar dúvidas sobre o planejamento, além dos Centros de Estudos, determinados pela Secretaria Municipal de Educação.

A comunidade, segundo a Direção do CIEP, necessita e depende da oferta do tempo integral, alguns por segurança e outros apenas por terem a oportunidade de experimentar atividades que não teriam em sua comunidade. Nem todos os alunos são originários das redondezas, há alunos que pertencem ao outro lado da Avenida Brasil, mas como esta é a única escola que oferece o atendimento em tempo integral, os alunos vêm destas localidades para se matricular no CIEP.

Finalmente, a Coordenadora Pedagógica do Ciep Vila Kennedy acredita na atual organização do tempo integral, mas crê que se houvesse mais investimento, com professores contratados para as atividades de dinamização desse tempo, a qualidade na aprendizagem dos alunos seria mais eficiente: “O CIEP Vila Kennedy possui uma localização privilegiada, com a Vila Olímpica e o Posto de Saúde bem próximos, mas se não fosse assim, o professor seria sobrecarregado.” (Q.02)

E/ CRE (08.17.501) CIEP Gilberto Freire



Figura 4 – CIEP Gilberto Freire

Foi criado pelo Decreto nº 5944, de 08 de julho de 1986 e posteriormente por outro Decreto, o de nº 5979, de 28 de julho do mesmo ano. Possuía o número 105

na esfera estadual e era chamado de Ciep Senador Camará. Recebeu seu nome definitivo pelo Decreto nº 8224 e foi inaugurado oficialmente em 11 de novembro de 1989, embora funcionasse desde agosto de 1986.

Está situado à Estrada do Taquaral, s/nº, na localidade Sítio Moura, bairro de Senador Camará, e por este motivo recebeu o nome do seu bairro, o que também podemos observar nos demais CIEPs, que foram nomeados inicialmente com os nomes dos bairros onde estão localizados.

Quem respondeu ao questionário foi a diretora adjunta, que não fazia parte da equipe à época da implantação do CIEP Gilberto Freire, mas que tinha conhecimento do Programa Especial de Educação, por ter iniciado sua carreira em um CIEP estadual que, segundo ela, possuía até piscina para a prática de natação.

O CIEP Gilberto Freire possuía, à época de sua implantação, aproximadamente 21 turmas do 1º segmento, que ficavam nas suas salas com o núcleo comum pela manhã e estudo dirigido, educação física à tarde. Havia inspetores de alunos que cuidavam para que estes pudessem tomar o banho diário e todas as turmas faziam um horário de repouso. Segundo a Direção, era tudo planejado.

Na segunda pergunta, a Direção nos afirmou que, do período inicial até hoje, várias mudanças ocorreram, alterando a rotina da organização do tempo: Muitos funcionários foram retirados, houve a implantação da Educação Infantil e a construção de prédio anexo para abrigar suas turmas, aproximadamente em 1994, o que causou uma superlotação, pois a demanda por vagas para esta faixa etária era muito grande, demanda esta que foi decrescendo com a incorporação das creches pela Secretaria Municipal de Educação.

Com relação à terceira questão, a gestora respondeu que, com essas mudanças, os alunos tornaram-se mais agressivos; os professores se adaptaram, mas foram investidos de tarefas assistencialistas que antes não faziam parte da atividade de ensino-aprendizagem, fazendo com que o profissional ficasse mais sobrecarregado. A comunidade não reagiu mal, pois o tempo continuou integral, o que é a grande necessidade deste grupo que habita o entorno do CIEP - “outra escola com tempo integral está situada no início da Estrada do Taquaral, que é bastante distante para esta comunidade.” (Q.03)

Na quarta pergunta, a diretora adjunta confirmou que o CIEP, hoje, possui 26 turmas em tempo integral, mas também atende ao PEJA, no horário noturno, conforme podemos constatar no quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Ed. Infantil – Pré Escola	06	168
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	05	135
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	04	124
1º Ciclo de Formação –Per. Final	05	155
4º Ano	03	93
5º Ano	03	127
PEJA I	04	107
PEJA II	04	152
TOTAL	34	1061

Quadro 04 - Quantitativo de alunos e turmas do CIEP Gilberto Freire. (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

O tempo integral para as turmas se organiza com atividades em rodízio de ambientes e horários diferenciados. As turmas são regidas por seus próprios professores, mesmo na Sala de Leitura, porque não existe o professor específico, fazendo com que o espaço seja utilizado apenas pelo professor da turma.

Os alunos também possuem o espaço de jogos organizado no pátio, assim como a Educação Física e a Educação Infantil, que ainda possui o horário do parque. A organização destas atividades é dirigida para o segundo turno, mas com o grande número de turmas, algumas atividades com a Educação Física e a Sala de Leitura podem ocorrer no primeiro turno. Os demais espaços entre as atividades extraclasse são trabalhados com o núcleo comum.

Em resposta à quinta pergunta, a direção afirmou que, na avaliação da comunidade escolar, a organização do tempo é boa, de acordo com as possibilidades e limites dos recursos que o CIEP possui, e os alunos gostam de estar na escola. Os professores, que na sua maioria estão no CIEP há bastante tempo, são muito dedicados e procuram trabalhar diversificadamente, mas “são saudosos em relação ao projeto anterior porque atualmente estão muito sobrecarregados de tarefas e planejamentos.” “Os professores são unidos neste grupo e conseguem superar as dificuldades na ajuda mútua entre os colegas de profissão.” (Q.03)

A comunidade, na visão da direção, encontra segurança nas atividades da escola, que está situada em área bastante influenciada pelos conflitos externos, mas além deste tipo de violência ainda existem os problemas familiares que vem sendo “trabalhados” também pela escola, por isso, acredita, a comunidade encontra “amparo” nas relações do CIEP.

Finalmente, a direção afirmou que, realmente, houve um retrocesso na organização do tempo e neste momento, quem saiu “perdendo mais foi o professor”, visto que, antes, tinha tempo diário para planejar suas atividades e hoje estes momentos são escassos. “Os alunos, nós procuramos dar “nó em pingo d’água” para que eles tenham prazer, mas o professor não tem mais tempo para pensar e se organizar.” (Q.03)

Muito foi tirado do apoio às tarefas realizadas pelo professor, e hoje esta divisão fica centralizada na figura do professor e da direção, o que dificulta uma real dedicação à organização do tempo integral.

E/ CRE (08.17. 502) Professora Célia Martins Menna Barreto



Figura 5 – CIEP Célia Martins Menna Barreto

O atual CIEP Professora Célia Martins Menna Barreto pertencia inicialmente ao 22º DEC e possuía a designação 22.17.103. Foi criado pelo Decreto 7921, em 4 de agosto de 1988. Era o Ciep nº 233, na relação estadual, e está situado à Rua Mongólia s/nº, Bangu. Anteriormente, possuía o nome Ciep Barão de Capanema, denominado pela Lei nº 1334, de 3 de agosto de 1988, e pelo Decreto nº

7921, de 4 de agosto de 1988, nome este determinado pela Câmara de Vereadores, sem consulta à comunidade.

Posteriormente, um abaixo assinado elaborado pelos moradores da localidade solicitou à Câmara de Vereadores a mudança do nome da escola para homenagear pessoa representante da comunidade, que era professora e que prestava valiosos serviços de assistência às pessoas que necessitavam de ajuda.

Na primeira questão, a diretora deste CIEP relatou que, à época de sua implantação, a escola atendia totalmente em tempo integral, oferecendo o núcleo comum pela manhã e atividades ou oficinas com propostas mais lúdicas ligadas aos projetos no segundo turno. Estas atividades eram trabalhadas pelos mesmos professores regentes que atendiam às turmas no primeiro turno.

Na segunda pergunta, a diretora respondeu que, após algumas modificações nos recursos humanos destinados às atividades extraclasse, como na Sala de Leitura e na Educação Física, os próprios professores precisaram ser criativos, visando dinamizar o tempo sem a troca de salas ou ambientes. Ou seja, a Educação Física se limitou aos dois tempos de cinquenta minutos durante a semana e a Sala de Leitura passou a contar apenas com um profissional somente em um turno. Além disso, a separação do tempo entre as disciplinas do núcleo comum e as atividades diversificadas passou a não ser mais tão rígida. Nesse sentido, segundo ela, o horário da escola ficou mais movimentado com a mescla entre as atividades.

Em seguida, a direção relatou que estas modificações causaram cansaço geral, pois “o aluno fica massacrado e os professores não dão conta de tudo” (Q.04). Ela considera que os professores “estão frustrados e sem apoio” e a comunidade, como “são pouco críticos e reflexivos”, se acomoda e não reclama do atendimento.

Pela observação do quadro a seguir, verificamos que o CIEP Prof^a Célia Martins atende a um grupo grande de alunos desta comunidade, além de possuir turmas do PEJA:

Série	Turmas	Alunos
Ed. Infantil – Pré Escola	05	106
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	54
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	54
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	85

4º Ano	02	52
5º Ano	02	62
PEJ 1 Bloco 1	01	28
PEJ 1 Bloco 2	02	53
PEJ 2 Bloco 1	02	73
PEJ 2 Bloco 2	02	57
TOTAL	22	524

Quadro 05 – Turmas atendidas pelo CIEP Prof^ª Célia Martins Menna Barreto (Fonte – www.rio.rj.gov.br/sme)

O CIEP não possui professor destinado à Sala de Leitura, que na opinião da direção, se afastou desta função em virtude da orientação da SME de que este seja substituto de professores que se ausentem por algum motivo. Assim, este profissional, tão importante para a formação do aluno, ficou prejudicado por não poder realizar os projetos que desejava. Embora esta situação persista, o professor de cada turma tem um horário disponível para levar seus alunos até lá e desenvolver atividades neste espaço.

Outras situações são criadas pela direção para que novos espaços sejam utilizados: o parque, o espaço de jogos e o vídeo, além da proposta, em início de planejamento, que envolve a utilização do laboratório de informática. Então, o professor regente passa a realizar todas as atividades de núcleo comum e aquelas que possam tornar o tempo um pouco mais lúdico.

Na atual organização, segundo a fala da Direção do CIEP, os alunos ficam mais cansados por permanecer quase todo o tempo dentro da sala de aula; os professores se sentem frustrados, por não conseguirem transformar esta realidade monótona e consideram que o apoio para que as atividades sejam desenvolvidas e tempo para o planejamento mais freqüente destes projetos seriam medidas suficientes para facilitar o trabalho.

Apesar disso, a demanda por vagas neste CIEP vem das redondezas, onde encontramos pequenas residências de alvenaria, em construções organizadas, ruas arborizadas e aparentemente tranqüilas, e a comunidade não reclama da organização do tempo integral, pois, segundo a direção, o CIEP atende às necessidades destas famílias, que desejam encontrar um espaço onde suas crianças estejam de forma segura, durante o dia.

Para a Direção do Ciep Prof.^a Célia Martins, o desempenho pedagógico dos alunos vem em segundo plano para as famílias: “Algumas mães colocam seus filhos no CIEP para que esta escola possa dar a educação que elas não conseguem transmitir para eles.” (Q.04)

Na última questão, a Diretora do CIEP avaliou que o projeto da organização do tempo integral retrocedeu com a atual orientação da Secretaria Municipal – atualmente, só se trabalha com a idéia de contra turno. As escolas que desenvolvem trabalhos em tempo integral ficam esquecidas e sem projeto específico. “Se vamos trabalhar desta forma, que se acabe com o horário integral e sejamos todas escolas regulares de dois turnos.” (Q.04)

E/ CRE (08.17.503) CIEP Padre Paulo Corrêa de Sá



Figura 6 – CIEP Padre Paulo Corrêa de Sá

O Ciep Padre Paulo Correa de Sá pertencia à área do 22º DEC com a designação 22.17.104, situando-se à Rua Francisco Brício, s/nº, em Padre Miguel. Embora esteja situado mais no interior deste bairro, é atendido por uma única linha de ônibus, que dá a referência ao CIEP. Muitos o conhecem como o Brizolão do 777, por estar localizado próximo ao ponto final desta linha de ônibus.

Era o Ciep nº 231, criado e denominado pelo Decreto nº 7924, de 4 de agosto de 1988. Seu nome também foi planejado e solicitado pela comunidade local, por meio de abaixo-assinado, conforme documento existente no Centro Arquivístico da Secretaria Municipal de Educação, para homenagear o pároco da igreja existente no bairro e que era figura importante, por ter realizado batizados e casamentos de muitos moradores do local.

Em resposta à primeira questão, a direção explicou que o CIEP iniciou suas atividades em tempo integral com as disciplinas do núcleo comum no 1º turno e atividades complementares, tais como artes, dança música, teatro e estudo dirigido à tarde, além da Educação Física, trabalhada todos os dias.

Na segunda questão, ela nos disse que a organização do tempo mudou, porque os profissionais que exerciam essas atividades foram retirados e os próprios professores regentes passaram a atender nestas habilidades às turmas em sistema de rodízio, de acordo com suas potencialidades. Estas mudanças aconteceram gradativamente e continuam até hoje, provocando alterações na rotina da escola, porque segundo a direção, os professores passaram a improvisar atividades para tornar o ambiente mais agradável. "o que não garante a qualidade necessária" (Q.05).

Segundo a fala da direção na resposta à terceira questão, com isso os alunos passaram a ficar mais desmotivados com o horário integral e os professores também, sem motivação e descrentes no funcionamento da escola, necessitando da intervenção constante da direção e da coordenação pedagógica. A comunidade é reticente quanto a estas mudanças. Por este motivo, acredita-se que as famílias não trazem suas crianças para o CIEP quando não possuem uma "real necessidade", ou seja, se a família pode estar com a criança em um período do dia, ela realmente não a leva para estar no CIEP por um dia inteiro.

Esta percepção é evidente nos antigos alunos, que hoje trazem seus filhos para estudarem em tempo integral e que lembram a organização anterior com saudosismo.

Na quarta pergunta, a diretora nos informou que, atualmente, o CIEP Padre Paulo Corrêa de Sá atende aos alunos em horário misto, pois passa por uma reforma geral do prédio escolar, que se iniciou em 2007. Até então todas as turmas se encontravam em horário integral, com o sistema de dois turnos - núcleo comum no 1º turno e atividades complementares e oficinas no 2º turno, conforme grade de horários determinada pela direção -, mas devido à obra, esta organização não vem sendo aplicada, por falta de espaços próprios para todas as atividades.

No total, são 668 alunos distribuídos da forma disposta no quadro abaixo, mas apenas 11 turmas da Pré Escola e do Ensino Fundamental estão com suas atividades organizadas em tempo integral, devido a essa obra de reforma geral:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	04	19
Ed. Infantil – Pré Escola	04	100
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	59
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	69

1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	72
4º Ano	02	73
5º Ano	02	60
PEJ 1 Bloco 1	01	29
PEJ 1 Bloco 2	02	56
PEJ 2 Bloco 1	02	69
PEJ 2 Bloco 2	02	68
TOTAL	27	668

QUADRO 06 – Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Padre Paulo Corrêa de Sá (Fonte: www.rio.rj.gov.br/sme)

As turmas que estão em tempo integral são atendidas com atividades de artes, música e dança. Contam ainda com o apoio da Educação Física (reagrupamento), além de Sala de Leitura, Vídeo e Recreação, mas sem a separação por turnos entre o núcleo comum e as demais atividades, ou seja, a escola vem experienciando um sistema misto.

O professor também teve seu tempo organizado de diversas formas neste período. No início, os alunos faziam rodízio de salas e atividades durante o dia,. Posteriormente, foi tentado um rodízio de professores pelas turmas e salas e mais próximo de 2007, um mesmo professor atendia a uma única turma.

Em resposta à quinta questão, a direção relatou que “os professores acabam adaptando-se à falta de estrutura e persistem no atendimento em tempo integral, chegando ao ponto de reclamar pelo seu retorno para todos os alunos, o que está sendo impedido pela morosidade da obra de reforma.” (Q.05). Existem alguns docentes que passaram pela experiência de trabalhar na proposta original e citam que o CIEP é uma “forma fantástica de prática na sua formação, fazendo uma comparação com o horário parcial.” (Q.05)

Os alunos gostam da escola da forma como ela está hoje, mas “existem alunos que não se adaptam” (Q.05), e de acordo com declaração da direção, a comunidade ainda acredita que esta escola é uma forma de ocupação do tempo das crianças, devido à sua necessidade de trabalhar; outros acreditam ser esta uma forma de segurança, e poucos se preocupam com o atendimento pedagógico aos alunos.

Finalmente, a direção afirmou que o atendimento ao tempo integral dos CIEPs passa por um retrocesso e considera que deve haver uma “tomada de atitude urgente para que o projeto não acabe de vez” (Q.05)

E/ CRE (08. 17. 504) CIEP Antonio Evaristo de Moraes

Figura 7 – CIEP Antonio Evaristo de Moraes

Este Ciep foi criado e denominado pelo Decreto nº 11.465, de 13 de outubro de 1992. Era o Ciep nº 235, e pertencia ao 22º DEC, por estar situado em Bangu. Localiza-se em uma avenida que é uma importante ligação entre os bairros da zona oeste da cidade, pois atravessa a cidade desde Santa Cruz até Realengo, passando por diversos bairros do subúrbio carioca. Também passa por várias comunidades conflituosas em seu trajeto.

O CIEP Antonio Evaristo de Moraes é um caso de escola situada entre duas destas comunidades, e que sofre com invasões e vandalismo em seu interior, dificultando o trabalho pedagógico planejado pela equipe.

A atual diretora, que respondeu o questionário, necessitou de ajuda de sua diretora adjunta, pois nos disse que começou a trabalhar no CIEP em 2004 e, embora já tivesse contato com a organização do tempo integral desde 2000, não poderia afirmar como era a organização do CIEP Antonio Evaristo, nem mesmo dos demais CIEPs, porque à época ainda não era professora da rede municipal.

A diretora adjunta então nos respondeu que o CIEP iniciou suas atividades com todas as turmas organizadas para funcionar em tempo integral, atendidas por professores regentes que foram lotados para trabalhar em regime de quarenta horas. Além destes profissionais, havia os da Sala de Leitura; de Apoio às Oficinas; o Coordenador de Turno, que ajudava na movimentação e organização das atividades; o Professor Orientador e a equipe de Direção, que era formada por um diretor e dois adjuntos.

Na segunda questão, a direção do CIEP afirmou que houve diversas mudanças e a principal delas foi a perda de material humano, que foi acontecendo gradativamente, desde a implantação. As mudanças destacadas por elas influenciaram bastante na rotina da escola, até como forma de planejar as atividades diversificadas. Segundo a Direção, os professores deixaram de ter uma carga horária de trabalho de 40 horas semanais, e passaram a 22h30min, por semana, o que dificultou a dedicação e o tempo destinado ao planejamento destas tarefas. Isto ocasionou uma sobrecarga para aquele professor que se dedica a uma mesma turma o dia inteiro.

Na terceira questão, a direção respondeu que a reação da comunidade a estas mudanças também foram ocorrendo gradativamente. Os alunos não reagiram de forma desfavorável, mas passaram a ficar mais entediados. Os professores ficaram mais cansados, devido àquela sobrecarga e às novas responsabilidades.

A comunidade em geral considera o horário integral uma necessidade para deixar seus filhos o dia todo em um local seguro, e segundo a direção, a necessidade é tão grande que a Coordenadoria Regional de Educação autorizou uma escola regular, próxima ao CIEP, a funcionar em tempo integral, mesmo o CIEP não estando com sua capacidade total completa.

Na quarta questão, a direção nos disse que atende a 13 turmas em seu total, mas que cinco são de Classe Especial e não funcionam o dia todo. Não atende ao PEJA, que foi remanejado para outra escola, devido a falta de professores e a grande rotatividade dos alunos, fato este que reflete a violência externa já sinalizada no início da descrição.

Os alunos atendidos pelo CIEP Antonio Evaristo de Moraes estão distribuídos pelas turmas da seguinte forma:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	05	28
Ed. Infantil – Pré Escola	03	75
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	01	33
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	01	28
1º Ciclo de Formação – Per. Final	01	34
4º Ano	01	16
5º Ano	01	25
TOTAL	13	239

Quadro 07: Quantitativo de alunos e turmas do CIEP Antonio Evaristo de Moraes. Fonte: www.rio.rj.gov.br/sme

Os professores que estão atuando neste CIEP, segundo a direção, são permanentes e atendem a uma mesma turma, em sua maioria o dia todo, mas também existem aqueles que ficam somente em um turno na escola. As turmas são atendidas com núcleo comum pela manhã, tentando preservar pelo menos três horas para esta tarefa e atividades diversificadas à tarde. Somente a Educação Física pode acontecer pela manhã ou à tarde, além dos horários de café, almoço e jantar.

As atividades diversificadas são distribuídas entre Brinquedoteca, para os alunos da Educação Infantil e Período Inicial do Ciclo, Sala de Jogos, Jogos Pedagógicos para formação de grupos de atividades em sala de aula, além da reativação do Laboratório de Informática e da proposta de criação de uma Sala de Dança e de Artes.

Na quinta pergunta, a direção relatou que a avaliação dos alunos não é má, pois os profissionais diversificam bastante as possibilidades de sair da sala de aula, e por isso acreditam que eles gostam das propostas para a dinamização do tempo escolar. Os professores que estão atuando já são antigos e estão acostumados com esta organização. Aqueles que já participaram da organização anterior, não estão mais como regentes de turmas, mas os demais que estão nesta escola já sabem que precisam atuar desta forma e por isso não reclamam.

A comunidade avalia o CIEP como uma solução de problemas que não são atendidos nas escolas da redondeza. A direção chegou a declarar que existe uma imagem antiga dos CIEPs de que este atendimento em tempo integral serviria para controlar os alunos que não podem estar sozinhos. “Algumas falas eram ouvidas: vai para o CIEP. Lá você come e toma banho...” (Q. 06).

Quando perguntadas se consideram que houve retrocesso ou avanço na organização do tempo do CIEP desde sua implantação, as duas respondentes nos disseram que as escolas tentam criar atividades extras para suprir as necessidades dos alunos. Porém, é preciso pensar nos alunos que passam oito horas na escola com carência de um profissional de saúde para atendê-los em casos emergenciais e profissionais de apoio em maior número, além de mais professores para desenvolver atividades diferenciadas e de apoio pedagógico. “Neste momento, não temos proposta do Município (Projetos) relacionada às escolas de horário integral.” (Q. 06)

E/ CRE (08.17.505) CIEP Marechal Julio Caetano Horta Barbosa

Figura 8 – Ciep Mal. Julio Caetano Horta Barbosa

O antigo CIEP 23.17.106, do 23º DEC, está situado à Rua João Lacerda s/nº em Bangu. À época, era o CIEP nº 235 e foi criado e denominado pelo Decreto nº 11.467, de 13 de outubro de 1992. Inaugurado oficialmente em 22 de setembro de 1992, localiza-se em uma área aparentemente tranqüila, com várias comunidades carentes ao redor mas que, segundo a direção, não causam transtorno à organização do tempo escolar diário.

O CIEP possui um amplo espaço, porque sua quadra de esportes fica no andar térreo, possibilitando uma área grande externa para a comunidade escolar.

A diretora atual chegou ao CIEP em 2000, não tendo participado da implantação do projeto na inauguração, mas respondeu à primeira pergunta dizendo que sabe que as atividades eram organizadas com núcleo comum pela manhã e à tarde oficinas diversas e reforço para os alunos. Eram os mesmos professores regentes das turmas que trabalhavam estas oficinas e as turmas faziam rodízio de atividades e salas. Havia mais professores de Educação Física e Apoio às Oficinas.

Já segunda questão, salientou que houve mudanças na organização do tempo na escola, segundo ela, talvez por falta de professores, impossibilitando uma quantidade de profissionais para atuar da forma como vinha ocorrendo. Estas mudanças, em sua opinião, foram acontecendo ao mesmo tempo em que mudavam os governantes e seus representantes na Coordenadoria Regional de Educação. Essas transformações influenciaram a rotina da escola, de forma que o planejamento precisa ser reformulado a todo o momento em que se perde um

elemento de atuação, tanto no pedagógico quanto no apoio logístico, como merendeiras, serventes e inspetores de alunos.

Na terceira resposta, a direção confirmou que diante destas mudanças, a reação dos alunos foi natural, embora existam alunos que não se adaptem à permanência na escola durante o dia inteiro, mas geralmente eles gostam de estar no CIEP, pois em casa eles não possuem o que os motive. “Ele necessita do horário integral porque ele é sozinho.” (Q.07)

O professor percebeu que precisa ir além do que ele faz em escolas com horário parcial e a comunidade não interferiu nas mudanças que ocorreram, referindo-se às reações de professores e da comunidade em geral às mudanças na organização do tempo integral no CIEP.

Na quarta questão, a diretora relatou que hoje atende a 14 turmas em tempo integral, seis turmas de Classe Especial em horário parcial e oito turmas de PEJA, conforme o quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	06	42
Ed. Infantil – Pré Escola	05	92
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	39
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	02	51
1º Ciclo de Formação –Per. Final	02	55
4º Ano	01	32
5º Ano	02	56
PEJ 1 Bloco 1	02	35
PEJ 1 Bloco 2	02	51
PEJ 2 Bloco 1	02	71
PEJ 2 Bloco 2	02	67
TOTAL	28	591

Quadro 08 – Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Mal. Julio Caetano Horta Barbosa (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

Todos estes alunos e turmas estão alocados em 20 salas²⁵ de aula, de um total de 22 salas, ou seja, por falta de demanda, há salas ociosas.

Nesta organização, é o mesmo professor que trabalha com uma única turma durante o 1º turno, e no 2º turno oficinas são oferecidas para que os alunos mudem de salas e professores. A Educação Física e a Sala de Leitura são ministradas por outro professor.

²⁵ Existem CIEPs com 18 salas de aula, com 20 ou com mais salas, devido à construção de prédio anexo que geralmente atende à Educação Infantil.

Para enriquecer o trabalho no tempo integral a equipe de direção, junto com seus professores, constrói um planejamento com uma grade de atividades em que os alunos, no 2º turno, se locomovem para as salas com oficinas, tais como dança, pintura, artes cênicas e contação de histórias, partindo de uma separação por cores. Cada aluno recebe uma fita na cor de sua oficina e se dirige à sala que possui a mesma cor na porta. Segundo a Direção, esta organização é bastante proveitosa.

Na quinta pergunta, a Direção respondeu que os alunos se sentem mais seguros no CIEP, mas o professor, para atuar nesta escola, precisa “ter perfil” (Q.07) para não impedir a execução do planejamento. A comunidade gosta desta organização, o que é evidenciado nas participações nos projetos e na necessidade de alguns de experimentarem algumas atividades que suas crianças utilizam no CIEP, como por exemplo, a alimentação e o horário da entrada. Neste momento é difícil, segundo a direção, afastar os familiares da escola para deixarem os alunos livres em suas atividades.

Finalmente, a direção respondeu que acredita que a organização do tempo no CIEP retrocedeu e que, hoje, ele aparenta “ser uma escola grande regular”.(Q.07) “Em se tratando de atendimento à infra-estrutura, não se pode transformar o CIEP em uma escola igual às demais, pois acabamos perdendo no quantitativo de funcionários, por não possuímos o mesmo quantitativo de alunos que teríamos se fôssemos escola de dois turnos.”(Q.07)

E/ CRE (08.17.506) CIEP Olof Palme



Figura 9 – CIEP Olof Palme

Este Ciep também possuía o nome provisório de Ciep Bangu. Foi criado pelo Decreto 4991, de 20 de março de 1985 e denominado pela Lei nº 917, de 21 de outubro de 1986 e Decreto 6739, de 10/06/87. Era o Ciep n 44, na esfera estadual, e pertencia a área do 23º DEC, com a designação 23.17.102

A direção, através de parte de sua equipe composta pelas diretoras adjuntas e sua coordenadora pedagógica, respondeu às perguntas do questionário em grupo porque somente a última pertenceu à equipe de implantação deste CIEP.

Na primeira questão, elas informaram que o CIEP iniciou suas atividades totalmente em tempo integral, atendendo somente ao 1º segmento do Ensino Fundamental, contando ainda com o atendimento médico e odontológico e a residência. Oficinas diversas eram oferecidas por professores diferentes, “vários professores de Educação Física” (Q.08), os Animadores Culturais com atividades artísticas, e a Sala de Leitura também possuíam vários professores.

Até os dias atuais, segundo a direção, muitas mudanças aconteceram: o CIEP perdeu muitos profissionais, tanto professores quanto os do apoio às atividades, como serventes, inspetores de alunos, merendeiras e os funcionários residentes que, àquela época, eram bombeiros ou Policiais Militares, o que trazia certa segurança à escola.

A direção esclareceu que estas mudanças alteraram profundamente a rotina diária, porque o professor ficou mais assoberbado de tarefas e mesmo com a direção criando alternativas como a troca de profissionais nas turmas durante a troca de turnos, este processo precisou passar por uma forma de “convencimento” do profissional: “Se a organização fosse oficial, vinda do órgão central, o planejamento seria mais fácil.” (Q.08)

Quanto às reações dos componentes da comunidade, a coordenadora pedagógica relatou que os alunos não sentiram muita diferença no atendimento porque as alterações foram acontecendo gradativamente, e quando elas se efetivaram, os alunos egressos do projeto original já estavam de saída.

Os professores reagiram com desapontamento: Muitos saíram pelas mudanças que ocorreram e outros pela falta de segurança da comunidade. “Tudo aconteceu por conta da política partidária, sem pensar se o projeto poderia dar certo.” (Q.08). A comunidade reagiu também de forma desfavorável, porque “estava acostumada a “ganhar” tudo - uniforme, material, atendimento médico e

odontológico -, e ainda hoje acredita que o governo deve fornecer tudo que for necessário para o aluno estar na escola.”(Q.08)

Atualmente o CIEP Olof Palme é composto por 17 turmas em tempo integral, 4 turmas da Classe Especial e uma turma do 1º Ciclo em horário parcial por falta de professor, além do PEJA no horário noturno, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	04	23
Ed. Infantil – Pré Escola	04	115
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	03	76
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	03	76
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	94
4º Ano	02	75
5º Ano	02	63
PEJ 1 Bloco 2	02	36
PEJ 2 Bloco 1	02	78
PEJ 2 Bloco 2	02	88
TOTAL	27	724

Quadro 9 – Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Olof Palme (Fonte: www.rio.rj.gov.br/sme)

A organização do tempo integral nas turmas existentes funciona de maneira diversa, dependendo dos professores que estão lotados nelas, ou seja, se é um mesmo professor nos dois turnos as atividades de núcleo comum são oferecidas no primeiro turno e as “mais lúdicas” no segundo. Se a turma é atendida por dois professores, as atividades são equilibradas para não sobrecarregar, nem diferenciar os profissionais. Existem professores que se planejam para organizar os alunos de outras formas, a fim de proporcionar um reforço a um grupo menor de alunos.

De acordo com a direção, a avaliação dos alunos e da comunidade a esta organização é boa, mas a demanda por matrículas vem caindo, devido aos frequentes conflitos externos, o que causa insegurança nas famílias durante o trajeto da casa até a escola. “As mães estão matriculando seus filhos o mais próximo possível de sua residência, para não precisar andar muito até a escola.” (Q.08)

Os professores avaliam esta jornada considerando-a como estafante, mas ainda preferem estar no CIEP o dia inteiro com a mesma turma. Os funcionários não se importam com esta organização, porque já trabalham por oito horas diárias, então passam a conhecer cada aluno mais individualmente.

Para finalizar, a direção respondeu que acredita que esta forma de organizar o tempo é um retrocesso, “à medida que hoje o CIEP não difere em nada das outras escolas. Hoje o CIEP não tem estrutura para funcionar em horário integral.” (Q.08)

E/ CRE (08. 17. 507) CIEP Mestre André



Figura 10 – Ciep Mestre André

O Ciep Mestre André possui este nome em homenagem a um famoso mestre de bateria²⁶ da Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, que está situada muito próximo à escola. Ele pertencia ao 23º DEC e possuía a designação 23.17.103. Localiza-se à Rua do Trabalhador, s/nº. Era o nº 091, e tinha o nome de CIEP do Trabalhador, devido ao nome da própria rua em que se situa.

Foi criado pelo Decreto nº 5708, de 7 de março de 1986, denominado pelo Decreto 6676, de 27 de maio de 1987 e inaugurado, oficialmente, em 29 de setembro de 1986, mas já funcionava desde 11 de agosto de 1986. A escola está localizada em região aparentemente sem violência, mas a direção avalia que a comunidade não tem cuidado com o seu entorno. É um CIEP com uma área muito grande, próximo a comércio e a um conjunto habitacional, mas que também atende a algumas comunidades mais distantes e que não possuem oferta de escolas de tempo integral.

²⁶ Mestre de bateria é a pessoa que coordena e rege toda a bateria de uma escola de samba.

Em resposta à primeira questão, a direção atual do CIEP disse que a instituição sempre atendeu suas turmas do 1º segmento do ensino fundamental em tempo integral, à exceção de algumas turmas de Educação Infantil que ficaram em tempo parcial durante período curto de um ano. Nesta época, a diretora ainda não pertencia à equipe do CIEP e não pode afirmar como era real funcionamento do tempo integral, porém acredita que ele possuía a mesma organização original do Programa - atividades de núcleo comum no 1º turno e oficinas diversificadas no 2º.

As reações da comunidade escolar às possíveis mudanças também não foram percebidas pela respondente, porque quando esta ingressou no CIEP, toda organização já estava alterada.

Na quarta pergunta, a diretora relatou que, atualmente, a escola funciona com 17 turmas do 1º segmento e seis turmas de classe especial, que são atendidas em horário parcial. Apesar de ser considerada uma área sem violência externa, a direção acredita que algo influencia na baixa frequência e procura ao tempo integral nesta região, porque segundo seu relato, a comunidade que é atendida não pertence exatamente ao entorno e a procura por vagas é pequena. Conforme podemos verificar no quadro a seguir, neste momento, existem quatro salas de aula sem atividade letiva e as turmas atendidas no CIEP são poucas em relação a outras unidades da mesma região:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	06	34 (Funcionam no 1º e no 2º turno)
Ed. Infantil – Pré Escola	03	52
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	41
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	52
1º Ciclo de Formação –Per. Final	02	41
4º Ano	01	24
5º Ano	01	46
TOTAL	17	290

Quadro 10- Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Mestre André (Fonte: www.rio.rj.gov.br/sme)

A escola não possui turmas de PEJA, apesar de estar situada muito próxima à estação da Central do Brasil que atende ao bairro de Padre Miguel, mas atende ao ensino médio em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o que é considerado benéfico pela direção, por trazer melhorias ao ambiente escolar, com

acesso a benefícios que não são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, (ventiladores, salas com paredes fechadas²⁷).

A direção atual foi designada a partir de 2009, apesar de a diretora ter sido coordenadora pedagógica da equipe anterior que dirigiu o CIEP até 2008. A equipe ainda está incompleta e suas diretoras adjuntas estão substituindo professores que faltam, por determinação da SME (Secretaria Municipal de Educação).

E/ CRE (08.17. 508) CIEP Poeta Cruz e Souza



Figura 11 - Ciep Poeta Cruz e Souza

O CIEP Poeta Cruz e Souza está situado à Rua Marechal Marciano s/nº, em Padre Miguel. Foi criado e denominado pelo Decreto nº 7503, de 23 de março de 1988. Era o CIEP nº 095 e recebeu este nome por sugestão da família do poeta, que residia na localidade. Pertenceu ao 23º DEC e possuía a designação 23.17.104.

A instituição escolar está localizada em área urbanizada, porém bastante descuidada em seu entorno. Ao seu redor, encontramos um conjunto habitacional, mas também algumas residências características da ocupação desordenada do espaço. Há lixo acumulado pela comunidade na calçada externa e animais pastando, dentro e fora do CIEP. A direção relata que a área onde a escola está localizada é uma área caracterizada como violenta, porém já esteve pior: houve dias em que eram obrigadas a interromper suas atividades, devido ao perigo à segurança das pessoas que circulavam dentro da instituição escolar.

²⁷ A estrutura do CIEP possui originalmente, as paredes internas das salas de aula com altura que não fecha seu acesso até o teto, ou seja, são consideradas “meias paredes” e que possibilitam

Aparentemente, o prédio escolar não sofreu reformas. A quadra está na área externa e a sala de leitura funciona dentro do CIEP, em sala de aula normal, pois a original, que se encontra tradicionalmente fora do prédio escolar, foi depredada.

Segundo relato, o CIEP iniciou seu funcionamento em tempo integral com atividades de núcleo comum pela manhã e à tarde com atividades diversificadas como animação cultural, artes plásticas, artes cênicas, educação musical e educação física, diariamente.

Conforme resposta à segunda pergunta, várias modificações ocorreram a partir de 1993, e influenciaram muito a rotina da escola, pois o CIEP perdeu os profissionais que ajudavam na “formação cultural do aluno” (Q.10). Estas se basearam na retirada das atividades do 2º turno, com exceção da Educação Física, que também deixou de ser diária.

Respondendo à quarta pergunta, a Direção do CIEP afirmou que, atualmente, os 304 alunos são atendidos das 08:00h às 16:00h, com atividades semanais que incluem as refeições diárias (café, almoço e jantar), núcleo comum pela manhã, educação física em dois tempos semanais, com 50 minutos cada um, sala de leitura vídeo, brinquedoteca e recreação dirigida. Estas atividades são organizadas de forma a equilibrar atividades em sala de aula e aquelas consideradas extra-classe. Há garantia de estudo dirigido diariamente, no 2º turno.

O prédio possui 18 salas de aula que abrigam 13 turmas da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, em tempo integral, e uma turma de Classe Especial, com 8 alunos, em horário parcial.

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	01	08 (Funciona somente no 1º turno)
Ed. Infantil – Pré Escola	05	93
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	53
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	02	38
1º Ciclo de Formação – Per. Final	02	46
4º Ano	01	22
5º Ano	01	39
TOTAL	14	299

Quadro 11 – Quantitativo de alunos e turmas do CIEP Poeta Cruz e Souza (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

interferência do barulho de outras salas e da movimentação do corredor.

As quatro salas que não estão ocupadas pelas turmas são utilizadas como sala de leitura, sala de vídeo, brinquedoteca, sala de atividades, onde os próprios professores das turmas realizam as atividades, em horários estipulados pela direção.

Na quinta questão, a direção nos respondeu que, com a atual organização do tempo, os alunos gostam das atividades diversificadas, mas os professores e funcionários se sentem "sobrecarregados" (Q.10) porque, com relação aos regentes, cada turma é atendida por uma mesma professora em seu tempo integral quando esta está lotada nesta escola o dia inteiro.

Quanto à comunidade, ela avalia o Ciep na medida em que a procura para matricular suas crianças. Segundo a direção ela "está aprendendo a valorizar a escola em que matricula suas crianças". (Q.10)

Finalizando, a direção relatou que a atual organização retrocedeu em relação à organização anterior, porque atualmente os CIEPs "oferecem as mesmas atividades das escolas regulares."(Q. 10).

E/ CRE (08.17.509) CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga



Figura 12 – CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga

Esta escola foi criada pelo Decreto 7920, em 04 de agosto de 1988. Está localizada à Estrada do Engenho, s/nº, no bairro de Bangu, subúrbio da linha de trens da Central do Brasil. Possuía a numeração 108, no âmbito estadual. Embora não localizado perto da estação de trens, este Ciep encontra em seu entorno comunidades carentes, com pequenas residências. Fica à beira de uma estrada

bastante movimentada, mas possui pouca oferta de transportes coletivos, como ônibus, o que dificulta a lotação de profissionais na escola. Existe sim uma boa oferta de transporte alternativo (Vans e Kombis), mas que, com a falta do transporte principal, é difícil de ser utilizada neste local, devido a sua lotação.

Na antiga divisão da Secretaria Municipal de Educação em Decs (Distrito de Educação e Cultura), este CIEP pertencia ao 23º DEC, com a designação 23.17.105. Seu nome foi dado através da Lei nº 1.300, de 21 de julho de 1988.

A diretora foi quem nos respondeu o questionário e disse que não pertencia à equipe à época de sua implantação, mas que foi transferida de outro CIEP onde iniciou seu trabalho em 1986, tendo, portanto, conhecimento suficiente da execução do Programa Especial de Educação, idealizado pelo grupo que o implantou na rede de escolas do Rio de Janeiro.

Segundo a Direção do CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga, mais conhecido como CIEP Chiquinha, a escola começou com poucas turmas em horário parcial e no primeiro ano o atendimento foi “um fiasco”. Com o tempo, os alunos chegaram até que em 1990, quando ingressou, todas as turmas estavam em tempo integral.

Na segunda pergunta, a diretora considerou que aconteceram mudanças negativas na organização do tempo, que funcionava com “núcleo comum” pela manhã e oficinas à tarde. As oficinas eram trabalhadas por professores “especialistas” e assim, os professores regentes podiam fazer um reforço ou estudo dirigido com grupos menores de alunos de suas turmas. Segundo ela, estas mudanças começaram ocorrer por volta de 1989 e 1990, e alteraram a rotina da escola. Nesse sentido, a direção precisou encontrar estratégias alternativas para não massificar o aluno na sala de aula. A partir daí, ela considera que houve a necessidade de ser criada a sala de vídeo, a recreação e outras formas de “tirar o aluno da sala de aula.”(Q.11), a fim de não causar a impressão de perda com a saída dos professores especialistas que haviam antes.

Na terceira questão, a direção nos disse que os alunos reagiram de forma diversa a estas modificações. Alguns não se adaptaram à falta de atividades, “fazem pirraça ou tentam fugir.” (q.11). Os professores, segundo ela, reagiram muito mal, “pois estas atividades eram um bálsamo que motivava a aprendizagem”; a comunidade fica satisfeita somente com a vinda de suas crianças para o CIEP e não reage às modificações internas.

Na quarta questão, a direção informou que hoje atende a 22 turmas, mas nem todas estão em horário integral por falta de professores para atender ao segundo turno, além de haver seis turmas no PEJA. Todas as turmas estão com seu limite de alunos e foi preciso alocar a segunda matrícula das diretoras adjuntas na regência destas turmas para garantir o atendimento a uma maior quantidade possível delas em tempo integral.

Conforme podemos observar no quadro abaixo, o quantitativo de alunos e turmas do CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga está distribuído da seguinte forma:

Série	Turmas	Alunos
Ed. Infantil – Pré Escola	05	194
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	04	93
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	04	100
1º Ciclo de Formação –Per. Final	05	127
4º Ano	02	88
5º Ano	02	82
PEJ 1 Bloco 1	01	24
PEJ 1 Bloco 2	01	32
PEJ 2 Bloco 1	02	66
PEJ 2 Bloco 2	02	74
TOTAL	28	880

(Quadro 12 – Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga. Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

As turmas que estão em tempo integral²⁸, têm atividades de núcleo comum pela manhã e à tarde Sala de Vídeo, Sala de Artes, Recreação e também foi criada a “Tropa da Leitura” - grupos de alunos mais velhos que circulam por outras turmas como contadores de histórias. A grade de horários é estipulada pela direção, para que não haja choque de muitas turmas na mesma atividade, ao mesmo tempo.

As turmas são atendidas pelos mesmos professores regentes, ou seja, não são especialistas nas atividades oferecidas e em espaços destinados pela direção para as atividades, quando estas não acontecem na própria sala de aula.

Na quinta questão, a direção nos disse que os alunos reagem bem porque não vivenciaram a organização original, pois se “tivéssemos a organização anterior o tempo seria mais prazeroso. (Q.11) Os professores já estão acomodados a esta organização. Da mesma forma que os alunos, não passaram pela experiência anterior e por isso não reclamam da atual. A comunidade é o grande “termômetro”

²⁸ Conforme foi relatado neste questionário a escola não possui todos os professores necessários para o atendimento das turmas matriculadas em tempo integral.

para a equipe na avaliação da organização do tempo. Segundo a direção, como todas as turmas estão com sua capacidade total, acredita que a comunidade gosta do trabalho desenvolvido na escola.

Para finalizar, a direção esclareceu que a atual organização do tempo integral retrocedeu em relação à anterior porque “tirou a oportunidade de mostrar ao aluno outros tipos de trabalhos educativos que não o da sala de aula com o quadro de giz.” (Q.11)

E/ CRE (08.33.201) CIEP Frei Veloso



Figura 13 - CIEP Frei Veloso

O Ciep Frei Veloso pertencia ao antigo 24º DEC e possuía a designação 24.17.105. Era o Ciep de nº 191, em âmbito estadual. Foi criado e denominado pelo Decreto 11.584, em 09 de novembro de 1992, mas iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 1993. Seu nome foi sugerido pela comunidade, intermediado pela associação de moradores, para sugerir uma continuidade no atendimento à população local, visto que no mesmo espaço fora demolida uma escola municipal que fazia um atendimento como escola rural, muito querida pela comunidade local, que ficou bastante insatisfeita com sua demolição.

A instituição está localizada à Rua Franklin Távora s/nº, no Bairro de Realengo, local com muitas residências de classe média e um grande conjunto habitacional, onde mora o maior número de alunos atendidos. Este bairro não é um local de alto índice de violência externa e possui um comércio razoável, com os serviços básicos de atendimento à população - supermercado, farmácia, padaria,

linhas de ônibus, mecânicas, escolas privadas, escolas públicas e universidades privadas, além da Unidade Federal do Pedro II, instalada recentemente no bairro.

A diretora adjunta do CIEP nos disse que, com a sua criação, em 1992, o Ciep Frei Veloso iniciou seu funcionamento em nova gestão municipal, no ano de 1993, atendendo a nove turmas (5 turmas de Classe de Alfabetização e 4 turmas de 1ª série), com aproximadamente 200 alunos em tempo integral.

As atividades eram distribuídas com as disciplinas de núcleo comum no primeiro turno e oficinas, Sala de Leitura e Educação Física à tarde. As oficinas eram trabalhadas pelos próprios professores de turma com a troca de seus grupos, ou seja, um professor que atendia a uma turma pela manhã, no segundo turno oferecia oficina de artes, ou música, ou dança, a outro grupo de alunos.

Segundo a resposta ao questionário, em 1994, no período de matrícula, foi preciso abrir as salas que não eram utilizadas para abrigar turmas consideradas excedentes de outras unidades, passando a trabalhar com turmas de Educação Infantil, Classe de Alfabetização, 1ª série, 2ª série e 4ª série, estas em dois turnos. Segundo a direção, nesse período, o CIEP chegou a possuir um total de 37 turmas, sendo somente sete em tempo integral e as demais distribuídas em dois turnos regulares.

Estas mudanças influenciaram seriamente a rotina da escola, porque os espaços existentes no CIEP eram ocupados pelas turmas e o número de professores e funcionários ficava restrito ao atendimento específico à totalidade de alunos, além da retirada dos professores de Sala de Leitura e Educação Física, que faziam com que cada turma pudesse ter estas atividades mais de uma vez por semana.

Em relação à terceira questão, a direção respondeu que os alunos passaram a ter atendimentos diferenciados dentro do CIEP, e aqueles que estavam em tempo integral sentiam-se de certa forma “abandonados” na escola, enquanto outros colegas iam para suas casas no meio do dia. Os professores também tinham tempos diferenciados, pois enquanto aqueles que estavam com sua turma o dia inteiro precisavam almoçar e estar sempre com seu aluno, os demais que atendiam a duas turmas diferentes, tinham horário de almoço e um mesmo planejamento para os dois turnos. Era difícil convencer o professor da eficiência do tempo integral para a aprendizagem. A comunidade gostava do CIEP de qualquer forma, pois sempre a oferta de vagas era inferior à demanda por matrículas no início do ano.

Na quarta questão, a direção confirmou que, atualmente, a escola funciona com 19 turmas em tempo integral, ocupando as dezenove salas de aula existentes no prédio escolar. O CIEP Frei Veloso atende a um total de 889 alunos, mas somente 457 destes estão em tempo integral, conforme verificamos no quadro abaixo:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	05	36
Ed. Infantil – Pré Escola	05	118
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	04	82
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	03	61
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	77
4º Ano	02	51
5º Ano	02	64
PEJA I	04	138
PEJA II	08	258
TOTAL	36	889

Quadro 13 – Quantitativo de alunos e turmas do CIEP Frei Veloso. (Fonte : WWW.rio.rj.gov.br/sme)

O tempo integral, neste CIEP, funciona com suas turmas iniciando o dia letivo com a oferta do café da manhã, às 07h30min. Diariamente, os alunos cantam o Hino Nacional e fazem uma oração para a organização da entrada, acompanhados dos professores do 1º turno, às 08:00h e, a partir das 10:30h, todas são organizadas para receber outra refeição, referente ao almoço. A partir das 14h30m, nova refeição é servida como jantar. A saída se dá aproximadamente às 16h00m. O horário noturno inicia-se às 18h00m, com uma refeição e aulas diversas até às 22:00h.

Durante a semana, os alunos do horário integral possuem diferentes atividades programadas por seus professores regentes. Duas vezes por semana são atendidos por um professor de Educação Física e uma vez por semana, em dia diferenciado, pela Professora de Sala de Leitura, em concomitância com a sua própria professora, no Laboratório de Informática²⁹.

Na quinta questão, a diretora adjunta relatou que os alunos gostam de atividades diferenciadas e por isso orienta os professores a dinamizar as atividades diárias pra que as crianças não fiquem sempre no mesmo local por muito tempo.

²⁹ Durante o bimestre a turma é dividida em dois grupos para realizar projetos estabelecidos em conjunto nestes dois espaços. Trocam-se os grupos a cada bimestre, possibilitando a realização de dois projetos por ano em cada turma.

Os professores tendem para o atendimento aos conteúdos e ficam muito preocupados com o desempenho de sua turma diante das cobranças das avaliações gerais que são trazidas para as escolas atualmente (Provinha Brasil, SAEB, Avaliações Municipais). Desta forma, qualquer atendimento pedagógico que seja mais lúdico, é visto como “perda de tempo” e é deixado em segundo plano no planejamento.

A comunidade continua confiando na proposta do tempo integral do CIEP, mas tem uma tendência a trazer suas crianças que não conseguem ter um atendimento adequado nas escolas de horário parcial, ou porque não conseguem, enquanto famílias, dar conta da educação de seus filhos, para a escola de horário integral para que esta possa suprir o que eles não possuem em seus lares. Para finalizar, na fala da direção, apesar de não ter participado do Programa Especial de Educação, infelizmente não há perspectiva de mudanças nesse quadro.

E/ CRE (08.33.502) CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott



Figura 14 – CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott

Este CIEP era o de número 24.17.101, foi criado pelo Decreto 4991, de 20 de março de 1985 e denominado pela Lei nº 622, de 18 de setembro de 1984 e Decreto nº 5802, de 06 de maio de 1986. Foi inaugurado à Rua General Americano Freire s/nº, em Realengo, no dia 20 de abril de 1989, mas iniciou seu funcionamento em agosto de 1985. Era o CIEP 043 e tinha o nome de CIEP Realengo. Fica próximo à Avenida Brasil, com alguns galpões de empresas na rua próxima e uma pequena

comunidade como vizinha. Também percebemos que existe uma creche municipal ao lado, creche esta que se iniciou como parte dos alunos do CIEP.

A diretora atual respondeu o questionário da pesquisa informando que à época em que iniciou suas atividades no CIEP era professora regente de Sala de Leitura e logo passou a pertencer à equipe de direção. Respondendo à primeira questão, nos disse que o CIEP possuía 24 turmas em horário integral em 1985, que faziam rodízio de salas, situação semelhante à que encontramos no CIEP 08.17.505 - Marechal Julio Caetano Horta Barbosa, e outros implantados por volta de 1986.

Os alunos circulavam pelas salas durante o dia e o atendimento inicial era com núcleo comum em um turno e atividades diversas em outro turno. As turmas que tinham núcleo comum no 1º turno tinham atividades no 2º, e outras faziam seu horário inverso, para que pudessem fazer o rodízio de sala.

Na segunda questão, a direção explicou que a principal mudança ocorrida na organização do tempo foi providenciada pela própria equipe, que percebeu a necessidade de cada turma ter sua própria sala de aula. A outra mudança, mais problemática, foi a extinção do atendimento aos alunos do primeiro segmento realizado por professores de artes e música, além da diminuição dos profissionais que atendiam à Sala de Leitura e Educação Física e outros funcionários de apoio, tais como os Agente Educadores³⁰.

A direção considera que a mudança providenciada pela própria equipe foi bastante positiva, pois possibilitou que cada turma possuísse a sua própria sala de aula, sem precisar transitar durante o dia pela escola. A outra mudança, segundo a direção, foi considerada negativa, por dificultar o planejamento das atividades diversificadas e por sobrecarregar um único professor com atuações diferentes.

A rotina da escola precisou ser alterada pela reformulação do quadro dos recursos humanos e como cada professor passou a atender a uma turma no tempo integral, parecia que o núcleo comum era trabalhado em menor tempo que outras escolas de horário parcial. "Se você coloca das 8h às 12h o núcleo comum e das 13h às 16h somente as atividades diversificadas, se for somar, o aluno tem menos tempo que um aluno de horário parcial." (Q.13)

A Direção não se referiu a como foi a reação da comunidade escolar a estas mudanças, mas percebeu que, com cada turma em sua sala de aula, a rotina diária

³⁰ Agentes Educadores funcionam como inspetores de alunos e se ocupavam das turmas nos horários em que estas não estavam com seus professores.

ficou mais tranqüila, o que se supõe como resposta à terceira questão do questionário.

Na quarta questão, a direção confirmou que atualmente atende a 18 turmas em tempo integral, desde a Educação Infantil ao 5º ano, e não possui turmas de PEJA, conforme quadro a seguir:

Série	Turmas	Alunos
Ed. Infantil – Pré Escola	05	135
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	03	86
1º Ciclo de Formação – Per. Intermediário	03	86
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	99
4º Ano	02	82
5º Ano	02	71
TOTAL	18	559

Quadro 14 – Quantitativo de alunos e turmas do CIEP Mal. Henrique T. Lott(Fonte: www.rio.rj.gov.br)

Segundo a Direção do CIEP, o tempo atualmente é organizado a partir de uma grade elaborada pela equipe, e contém tempos de Educação Física, Sala de Leitura, Recreação Livre, Vídeo e Informática. Esta grade é fornecida para os professores ao início do ano e comporta tempos de cinquenta minutos, em que a direção determina atividades para todas as turmas, o professor distribui os demais atendimentos de núcleo comum, com atividades semanais de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia e Ciências.

É determinação da equipe de direção que o professor privilegie o brincar sem deixar de garantir seis tempos diários de núcleo comum e dois tempos para atividades diversificadas, tais como artes, psicomotricidade, hora do conto, visita à sala de leitura, Vídeo, Educação Física, Jogos e Recreação Livre. (Anexo 20)

Na quinta questão, a Direção respondeu que essa organização é bem aceita pelos alunos, porque estes gostam de atividades diversas. Quanto aos professores, nem todos conseguem trabalhar bem dentro dessa estrutura, mas com o acompanhamento da equipe, o planejamento é executado. Na comunidade, o CIEP é bem conceituado, e na época das matrículas a quantidade de vagas não atende a totalidade daqueles que o procuram.

Finalmente, a direção nos disse que acredita que esta alternativa de organização foi uma forma de não haver um grande retrocesso no atendimento ao tempo integral, devido à falta de profissionais específicos para as disciplinas

diversificadas. “Esta é a organização interna que nós fizemos para sobreviver à falta do especialista.” Segundo a direção do CIEP, houve certo avanço no momento em que a própria equipe conseguiu se organizar para que o atendimento continuasse em direção à qualidade do horário integral.

E/ CRE (08.33.503) CIEP Thomas Jefferson



Figura 15 – CIEP Thomas Jefferson

O CIEP Thomas Jefferson foi criado pelo Decreto nº 4.991, de 20 de março de 1985 e denominado pelo Decreto nº 6683, de 27 de maio de 1987. Inaugurado em 10 de janeiro de 1986, funciona desde 21 de agosto de 1985. Era o CIEP de nº 042 e passou a ser o CIEP 24.17.102, pertencendo ao 24º DEC. Está situado à Estrada do Engenho Novo s/nº, em Realengo e também possuiu o nome provisório de CIEP Realengo. Dentro da Avenida Brasil, de grande movimento e de ligação entre o centro da cidade e os bairros da zona oeste, a escola é vizinha de muitas comunidades violentas.

O CIEP Thomas Jefferson está localizado exatamente entre duas grandes comunidades que se confrontam frequentemente e que causam inúmeros transtornos ao funcionamento da instituição, sendo o principal deles, a falta de relacionamento entre os alunos e responsáveis, além dos constantes furtos e roubos, até de merenda, que afetam a organização do tempo diário das aulas.

A diretora, que respondeu ao questionário, trabalhou em CIEPs desde que ingressou na rede municipal, mas só passou a compor a equipe do CIEP Thomas

Jefferson em 1992, embora, nos revele que a escola iniciou suas atividades com turmas em todo o ensino fundamental, 1º e 2º segmento, em horário integral.

Em resposta à segunda questão do questionário, discorreu que houve mudanças nesta organização, pois diminuíram o quantitativo de recursos humanos e o projeto pedagógico para os CIEPs deixou de ser diferenciado, o que segundo ela fez com que a escola deixasse “de pertencer ao Programa Especial para ser somente uma escola de horário ampliado.” (Q.14) Estas mudanças alteraram profundamente a rotina da escola, porque “precisamos contar com uma mesma mão de obra” para dinamizar o tempo integral.

Na terceira resposta, ela relatou que os alunos chegavam a melhores resultados na aprendizagem na proposta anterior; que os professores reclamam bastante da falta de recursos e de material para desenvolver um bom trabalho, e quanto à comunidade, esta não reage. “Percebemos que a Comunidade vê esta escola como um lugar para deixar” (Q.14).

Na quarta resposta, a direção confirmou que o CIEP possui atualmente 19 turmas funcionando, sendo que 16 em tempo integral, atendendo desde a Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental e três classes especiais em horário parcial, além do PEJA, com oito turmas no horário noturno. Não ocupa todas as suas salas porque algumas destas estão com sérios problemas de infiltração.

Atualmente, o CIEP está organizado da seguinte forma:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	03	17
Ed. Infantil – Pré Escola	05	117
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	03	81
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	66
1º Ciclo de Formação –Per. Final	02	60
4º Ano	02	70
5º Ano	02	54
PEJA I	04	72
PEJA II	04	136
TOTAL	27	673

Quadro 15 – Quantitativo de alunos do Ciep Thomas Jefferson. (Fonte: www.ri.rj.gov.br/sme)

O tempo integral vem se desenvolvendo com um professor para cada turma, atendendo-a durante todo o dia, A direção considera esta como a forma mais eficiente de garantir o dia letivo, devido às dificuldades em alocar professores durante o ano. As turmas possuem atividades diversas, algumas em suas próprias

salas, como é o caso da Educação Infantil, e nas demais o tempo se divide entre o núcleo comum pela manhã e oficinas eleitas e realizadas pelos próprios professores das turmas. No entanto, a direção não sinalizou se são realizadas no mesmo ambiente da sala de aula. Ainda se trabalha a Educação Física e a Sala de Leitura.

Na quinta questão, a direção nos disse que alguns alunos não reagem bem e causam algumas dificuldades, além desta considerá-los um desafio ao planejamento das atividades. “À tarde os alunos ficam mais cansados” (Q. 14). Os professores, segundo a opinião da diretora, poderiam produzir mais se pudessem se desprender das lembranças do Programa Especial de Educação destinado à organização dos CIEPs. “Percebemos que algumas coisas são possíveis se pudermos recriar este tempo integral”. (Q.14) Alguns professores são mais resistentes, segundo a sua resposta, e acreditam que as mudanças de ambientes e de atividades causam agitação e barulho, o que pode atrapalhar o desempenho.

Com relação à comunidade, a direção acredita que ela somente está preocupada com o dia letivo, ou seja, está visando o atendimento diário à sua criança e não o atendimento pedagógico e quais atividades estão executando. Segundo a diretora, a comunidade deveria ser mais participativa para até preservar o ambiente onde seus filhos estudam, evitando assim depredações ao patrimônio público, o que ela considera uma falta de compromisso com o projeto da escola.

Finalmente, a direção disse que, considerando todas estas mudanças, a organização do tempo nos CIEPs retrocedeu, porque hoje vemos uma mesma estrutura para todas as escolas, o que faz com que os CIEPs se transformem em escolas com tempo ampliado, sem estrutura para uma qualidade de ensino. “Se já tivemos um projeto que deu certo e hoje está defasado, eu acho que houve retrocesso”. (Q.14)

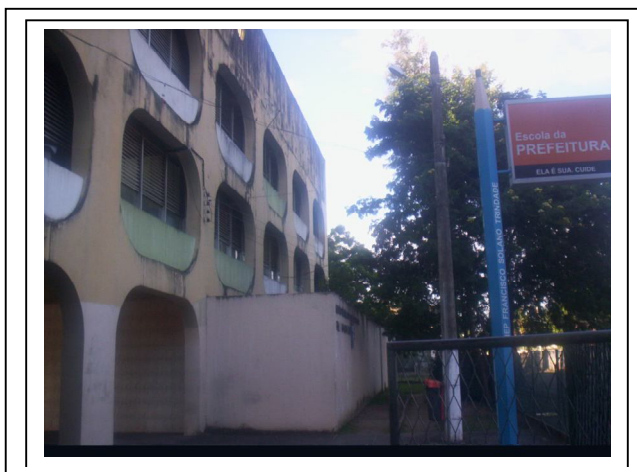
E/ CRE (08.33.504) CIEP Francisco Solano Trindade

Figura 16 - CIEP Francisco Solano Trindade

O CIEP era o de nº 24.17.103 do 24º DEC. Está situado na Rua Alcides Bezerra s/nº, em Realengo e foi criado pelo Decreto 4991, de 20 de março de 1985 e denominado pelo Decreto 7271, de 01 de dezembro de 1987 e pela Lei 1199 de 08 de janeiro de 1988. Era o CIEP 017 e tinha o nome de CIEP Padre Miguel. Foi inaugurado em 19 de dezembro de 1987, mas, como outras unidades que já descrevemos, iniciou seu funcionamento em setembro de 1985. Está situado em uma área em Realengo bastante residencial, considerada pacata pela equipe de direção e que não afeta o desempenho dos seus alunos com nenhum tipo de violência externa.

A estrutura física da escola possui uma área grande com a quadra no andar térreo e um espaço amplo descoberto para recreação. Está bem cuidado, mas ainda é o projeto arquitetônico original, que possui as paredes internas das salas de aula elevadas à metade para interligar a movimentação da sala com a do corredor.

Segundo a resposta à primeira pergunta, este era um CIEP destinado ao 2º segmento do Ensino Fundamental, só possuía turmas de 5ª à 8ª série, atendidas em tempo integral e turmas de PEJ (Programa de Educação Juvenil) no horário noturno.

Conforme o relato da direção, era um momento bastante produtivo para alunos e professores, pois os discentes tinham aulas das disciplinas do núcleo comum no 1º turno e, no 2º turno, oficinas destinadas à formação para o trabalho, tais como atividades agrícolas, atividades domésticas, música, artes, além de estudo dirigido, sala de leitura e educação física .

Cada série possuía um professor coordenador de disciplina e outro para todas as disciplinas da série, o que ocasionava uma integração entre o professor com os projetos trabalhados pelas turmas. Os professores tinham tempo de planejamento com seus coordenadores, pois possuíam tempo de exercício destinado à exclusividade em uma única escola, e as turmas eram atendidas pelos professores de atividades extraclases, ou seja, enquanto os professores das disciplinas de núcleo comum planejavam e estudavam para organizar suas atividades, os alunos estavam sendo atendidos pelos professores de Educação Física, que no caso específico, chegou a possuir 12 professores, o que possibilitava que as turmas tivessem aulas desta disciplina todos os dias no 2º turno, facilitando a distribuição de atividades diversificadas durante o tempo em que o professor regente planejava suas atividades para o dia seguinte.

A partir do momento em que foram retirados estes professores de atividades extraclasse, o CIEP passou a perder demanda e a ter suas turmas esvaziadas, causando a gradual transformação da escola para o atendimento ao 1º segmento do Ensino Fundamental. Com estas mudanças, a direção considerou que perdeu alunos, pois estes não se sentiam motivados a estar numa escola de tempo integral sem atividades que fossem mais interessantes. Os professores também não tinham motivação para criar atividades diferenciadas para o atendimento aos alunos e a comunidade, em alguns casos, cria uma expectativa de que haja uma forma de atendimento parecida com as escolas privadas ou então, com era o atendimento anterior.

Atualmente, o Ciep atende a aproximadamente 474 alunos, distribuídos em 22 salas, sendo que somente 13 estão em horário integral, o que provoca uma quantidade de salas não utilizadas com atividade letiva normal.

Segundo a direção, o CIEP sempre funcionou com turmas de horário integral, atendimento somente alterado em 2008, com a acomodação de algumas turmas de Educação Infantil que desejavam estar em horário parcial em outra escola próxima, mas que, como o CIEP possuía salas ociosas, atendeu a uma demanda que não desejava estar em horário integral. Em 2009, a maioria destes alunos permanece no CIEP em tempo integral, pois não existem turmas com atendimento diferenciado.

Série	Turmas	Alunos
Ed. Infantil – Pré Escola	06	101
1º Ciclo de Formação – Per.	02	48

Inicial		
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	56
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	69
4º Ano	02	56
5º Ano	01	32
PEJA I	02	36
PEJA II	04	76
TOTAL	22	474

Quadro 16 – Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Francisco Solano Trindade. (Fonte: www.rio.rj.gov.br)

A Direção acredita que embora em tempo integral, o atendimento está prejudicado por faltar o professor especialista, nas áreas específicas, como música, artes, artes cênicas. Por mais que o professor da Educação Básica esteja preparado para atender a uma formação integral, ele tende a atender ao ensino formal sem se preocupar com a “criatividade extraclasse”.

Existem atividades além da sala de aula, mas ficam restritas aos professores de Educação Física, que não especificamente estão no 2º turno. Portanto, a cada ano letivo, as turmas possuem uma grade de horários de acordo com o quadro de professores pertencentes à escola.

Se existem professores que possam atender às turmas nos dois turnos, estes optam por reger uma mesma turma ou trocar de turma no 2º turno. Se não for opção do professor, este rege uma turma em tempo integral. A direção deixa a cargo da decisão do grupo, por considerar que a afinidade e a aproximação entre os professores seja uma motivação para o desenvolvimento das atividades em tempo integral. Só salienta que não permite uma divisão de disciplinas entre professores do 1º e do 2º turno, pois acredita que não podem concentrar crianças realizando atividades de estudo durante oito horas diárias. Neste caso, orienta o planejamento para que ele esteja distribuindo atividades de “núcleo comum” de forma equilibrada com as atividades “lúdicas” nos dois turnos, para não haver sobrecarga e por consequência, uma diferenciação entre os turnos.

Finalmente, a direção acredita que a atual organização do tempo nos CIEPs retrocedeu, pois a diversidade de profissionais que atuava no atendimento às turmas motivava e enriquecia alunos e professores, transformando o trabalho coletivo em qualidade e satisfação dos alunos.

E/ CRE (08.33.505) CIEP Aracy de Almeida (Cantora)

Figura 17 – CIEP Aracy de Almeida (Cantora)

O Ciep Aracy de Almeida está situado à Rua Dirceu s/nº, em Jardim Sulacap e foi criado e denominado pelo Decreto nº 7883, de 20 de julho de 1988. Era o CIEP 221 e possuía o nome provisório de Jardim Sulacap. Na antiga organização da rede de escolas obtinha numeração 24.17.104 no 24º DEC.

Está localizado em uma rua bastante pacata, arborizada e aparentemente com residências de classe média alta, pois era uma pequena Vila Militar, estando situada próximo à Base Aérea do Campo dos Afonsos e do Museu Aeroespacial. Possui uma área externa bastante bem cuidada e não é percebida muita movimentação de automóveis e transportes coletivos, além de não existir nenhum comércio local. Mas, segundo a direção, para chegar até a unidade escolar, o aluno, que vem de comunidades afastadas da escola, precisa se locomover por ruas e avenidas muito perigosas, com grande movimento de automóveis, sem sinalização, o que prejudica a busca por vagas neste CIEP.

Quem respondeu a nosso questionário foi a coordenadora pedagógica que nos explica que não participava da equipe do CIEP à época da sua implantação, mas sabe que este funcionava com turmas em tempo integral, com atendimento de professores que nesta época eram chamados de professores de referência das turmas, além de também passarem pela regência dos professores de oficinas.

Segundo ela, existiam oficinas de artesanato, música, artes cênicas, além de existirem professores substitutos, “o que garantia a permanência do tempo integral”.

Na segunda questão a coordenadora disse que, desde a implantação do CIEP até hoje houve mudanças ocasionadas pela desarticulação da equipe pedagógica, dos funcionários de apoio, que prejudicaram a dinâmica organizada para o atendimento ao tempo integral. Estas mudanças, segundo ela, foram percebidas logo ao início do funcionamento do CIEP, pois não foi possível usufruir do atendimento original e a maior dificuldade foi adaptá-las à necessidade de proporcionar atividades diversas sem os profissionais adequados para as oficinas. “A sala de leitura foi a principal perda na qualidade da organização do tempo”. (Q.16)

Na terceira questão, a direção do CIEP revelou que as reações da comunidade escolar foram aparentemente tranquilas, porque os alunos pouco perceberam as mudanças, apenas sentiram a falta de alguns professores que os atendiam normalmente. Com os professores, percebeu uma grande rotatividade, pois estes eram requisitados para estarem na escola com seu tempo reservado para planejamento e estudo, o que facilitava a organização das atividades. “Permaneceu aquele que tinha perfil para trabalhar com uma mesma turma durante o dia inteiro”. (Q.16)

A comunidade, segundo a coordenadora pedagógica, vem de longe, pois aqueles que estão próximos não precisam deste atendimento. Então, na sua fala, o aluno deste CIEP permanece porque não possui outra opção de estar em tempo integral mais próximo da sua residência.

Atualmente, a Direção nos disse que o CIEP Aracy de Almeida atende a 14 turmas em tempo integral e duas na Classe Especial, com uma organização bastante precária para o tempo integral, pois no primeiro turno os alunos são atendidos pelo professor e no segundo turno, as “atividades diversificadas” são oferecidas pelos professores, mas na falta destes algum funcionário poderá substituí-lo. Na falta de um professor o aluno não pode ser dispensado do horário de permanência, pois ele fará o seu trajeto de retorno à sua residência sozinho, e com os perigos do trânsito neste trajeto, os acidentes são iminentes.

Atualmente, o CIEP possui a seguinte estrutura:

Série	Turmas	Alunos
Classe Especial	02	14
Ed. Infantil – Pré Escola	04	86
1º Ciclo de Formação – Per. Inicial	02	48
1º Ciclo de Formação – Per Intermediário	02	44
1º Ciclo de Formação –Per. Final	03	57
4º Ano	02	46
5º Ano	01	45
TOTAL	16	340

Quadro 17- Quantitativo de turmas e alunos do CIEP Aracy de Almeida. (Fonte:www.rio.rj.gov.br/sme)

Pela descrição da coordenadora pedagógica, as turmas entram pela manhã, tomam o café, fazem uma oração e cantam o hino nacional. Depois, passam a trabalhar com seus professores nas atividades de núcleo comum, para a sistematização dos conteúdos da série em que estão inseridos.

À tarde outras atividades são proporcionadas, “em outros ambientes, com outras leituras, de forma mais lúdica”, exercidas pelos próprios professores de suas turmas ou por voluntários da comunidade, que vem trabalhar com alguma atividade artística com os alunos, assim como a Banda que é tratada neste CIEP por um ex-professor da rede municipal. Além desta existem o xadrez, a arteterapia que compõem o reagrupamento das turmas do mesmo grupamento, uma vez por semana e a Educação Física e o Vídeo que proporciona uma forma de atendimento aos alunos que estão com dificuldades de aprendizagem, pois a turma que está na sala de vídeo fica com um funcionário da direção e a professora atende a um pequeno grupo com dificuldades na sala de aula.

Na quinta questão, a coordenadora relatou que a maior parte dos alunos gosta das atividades organizadas, mas algumas não conseguem se adaptar e tentam fugir ou dormem durante o dia letivo. Para ela, a escola proporciona uma identidade para a criança. Os professores sentem muito a falta da estrutura dos CIEPs, embora, segundo ela, aqueles que estão no CIEP acreditem nesta forma de atendimento. A comunidade somente reclama da falta de transporte para a locomoção de suas crianças; quanto ao atendimento em tempo integral, eles não reclamam das atividades e sim se existe o atendimento em si, ou seja, é importante que o aluno venha para a escola e fique até o final do tempo.

Finalmente, na última questão, a direção do CIEP responde que a criança que está em tempo integral em uma escola precisa ter um olhar diferenciado, pois ela tem necessidades específicas. “O ambiente precisa ser um ambiente onde o aluno

se sintam bem, com turmas com menos alunos, que dê a possibilidade do professor criar laços de afetividade com seus alunos.” (Q.16)

Como pode ser percebido ao final desta leitura, obtivemos informações de todos os CIEPs – uns, com mais detalhes, outros com menos. No entanto, as descrições da história de cada unidade escolar – sua criação, o porquê de sua denominação, sua estrutura organizacional inicial, as mudanças por que passaram as reações a essas mudanças e a rotina de utilização do tempo escolar, hoje – nos possibilita, neste momento, realizar inferências acerca da organização do tempo escolar nessas instituições formais de ensino, o que faremos a partir do próximo capítulo.

4. A respeito da organização do tempo nos CIEPS da 8ª CRE

Neste capítulo, tecemos considerações em relação à trajetória da organização do tempo integral nos CIEPs na 8ª. CRE, desde a época do lançamento do I Programa Especial de Educação até a sua municipalização, o que alterou gradativamente a rotina destas escolas, como vimos ao longo deste estudo.

Para melhor organizar nossas reflexões, atribuímos um número a cada CIEP descrito no capítulo anterior, conforme quadro a seguir:

CIEP01	E/ SUBE/CRE (08.17. 202) Ciep Amílcar Cabral
CIEP02	E/ CRE (08.17.207) Ciep Vila Kennedy
CIEP03	E/ CRE (08.17. 502) Professora Célia Martins Menna Barreto
CIEP04	E/ CRE (08.17.501) CIEP Gilberto Freire
CIEP05	E/ CRE (08.17.503) CIEP Padre Paulo Corrêa de Sá
CIEP06	E/ CRE (08. 17. 504) CIEP Antonio Evaristo de Moraes
CIEP07	E/ CRE (08.17.505) CIEP Marechal Julio Caetano Horta Barbosa
CIEP08	E/ CRE (08.17.506) CIEP Olof Palme
CIEP09	E/ CRE (08. 17. 507) CIEP Mestre André
CIEP10	E/ CRE (08.17. 508) CIEP Poeta Cruz e Souza
CIEP11	E/ CRE (08.17.509) CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga
CIEP12	E/ CRE (08.33.201) CIEP Frei Veloso
CIEP13	E/ CRE (08.33.502) CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott
CIEP14	E/ CRE (08.33.503) CIEP Thomas Jefferson
CIEP15	E/ CRE (08.33.504) CIEP Francisco Solano Trindade
CIEP16	E/ CRE (08.33.505) CIEP Aracy de Almeida

Quadro 17 – Numeração atribuída neste estudo aos CIEPs da 8ª CRE

Como foi explanado na introdução e também no capítulo que antecede estas nossas reflexões, utilizamos um questionário com doze perguntas destinadas ao corpo gestor dos 16 CIEPs da 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Para facilitar o levantamento de categorias de análise, reagrupamos essas questões em cinco momentos, finalizando com uma avaliação destes, a respeito da questão central de nosso estudo - compreender o processo de organização do tempo integral naquelas unidades escolares.

Como também já evidenciamos, em alguns CIEPs não foram as diretoras que

responderam o instrumento de coleta de dados, e sim algum outro profissional pertencente ao corpo gestor. Verificamos que entre as respondentes, seis (06) já se encontravam na equipe à época da implantação; as demais, que não pertenciam à equipe do CIEP, em alguns casos conheciam o Programa Especial de Educação ou participavam dele, em outra unidade escolar, como é o caso da gestora do CIEP 04, por exemplo.

Neste capítulo, nosso foco se centra em cada um dos cinco grupos de questões já apresentadas. Uma categoria de análise resume e engloba as reflexões realizadas nesses grupos.

Organização do tempo integral no CIEP, à época da implantação

Na primeira questão, observamos diferentes formas de organização do tempo nos CIEPs da 8ª. CRE. Conforme o relato das equipes respondentes, havia CIEPs que atendiam, em tempo integral, turmas somente do 6º ao 9º ano³¹, com atividades consideradas de núcleo comum no 1º turno e atividades artísticas, esportivas e outras relacionadas à iniciação para o trabalho à tarde, no denominado 2º. turno.

Outras dessas escolas possuíam turmas do 1º ao 9º ano concomitantemente, mas com a mesma organização do tempo, sendo que a iniciação para o trabalho se destinava ao chamado 2º segmento; outras, foram criadas somente para atender ao 1º segmento, mas também com a mesma organização temporal.

Visando a demanda de alunos, alguns CIEPs funcionavam com um número de turmas maior que o número de salas e para que todas pudessem diversificar suas atividades, faziam rodízio dessas salas e demais espaços.

Pela descrição apresentada nos questionários, havia ainda uma terceira forma de organização: a utilização mista do tempo, com turmas funcionando em horário parcial e integral, concomitantemente. Em outras palavras, havia oferta de atividades para as turmas de horário integral, com núcleo comum pela manhã e oficinas, educação física e sala de leitura à tarde, mas para as que funcionavam em horário parcial, esse tempo era preenchido apenas com o núcleo comum.

³¹ Quando nos referimos ao 2º segmento, estamos falando das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e quando citamos 2º turno, referimo-nos ao período de tempo compreendido entre 12:00h e 16:00h, normalmente o horário da saída dos alunos.

Essas três formas de organização do tempo podem ser constatadas nas respostas que destacamos a seguir:

O CIEP começou suas atividades com 25 turmas somente do 2º segmento do Ensino Fundamental, todas elas em tempo integral. Como alguns dos prédios dos CIEPs possuem 18 salas havia turmas que funcionavam em sistema de rodízio de salas. (CIEP 01)

... era um momento bastante produtivo para alunos e professores, pois os discentes tinham aulas das disciplinas do núcleo comum no 1º turno e, no 2º turno, oficinas destinadas à formação para o trabalho, tais como atividades agrícolas, atividades domésticas, música, artes, além de estudo dirigido, sala de leitura e educação física. (CIEP 15)

... o Ciep Vila Kennedy esteve um período com atendimento em horários diferenciados. As famílias que procuravam vagas para seus filhos poderiam optar por estar no CIEP em tempo parcial ou integral, conforme determinação da Resolução que já foi citada no início deste capítulo. Nesse sentido, a Direção, desde sua chegada ao CIEP, iniciou um movimento para retornar ao tempo integral em todas as turmas. (CIEP 02)

É possível fazer uma inferência para a organização do tempo que leva em conta o núcleo comum separado das atividades extraclasse, identificando-as com a proposta do I Programa Especial de Educação. Neste Programa, havia uma grade curricular em que as turmas entravam às 7 horas, passavam pelo desejum e iam para suas salas com seus professores, iniciando tarefas relativas ao núcleo comum. Após quatro horas de estudo, encaminhavam-se para o almoço e, no 2º turno, as atividades variavam entre a educação física, com o banho ao final, estudo dirigido, música, artes e sala de leitura. Ainda recebiam, neste intervalo, o lanche e o jantar, retornando para suas residências às 17 horas.

O horário da tarde era trabalhado por professores específicos. Os demais docentes reuniam-se neste tempo para estudo e planejamento das atividades que ministrariam nos dias subsequentes.

As turmas do 2º segmento tinham o tempo integral organizado da mesma forma, com oficinas voltadas para a preparação para o trabalho. Os alunos tinham Educação Física todos os dias, Educação para o lar, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Educação Artística e Sala de Leitura. (CIEP 01)

Por este motivo, relacionamos o ano de implantação e início de atividades com a evolução do PEE. Somente os CIEPs implantados em 1985 e 1986 tiveram a oportunidade de experimentar o Programa na sua íntegra, com a estrutura que descrevemos nos parágrafos anteriores; os demais foram sofrendo transformações gradativas:

As atividades eram organizadas com núcleo comum pela manhã e à tarde oficinas diversas e reforço para os alunos. Eram os mesmos professores regentes das turmas que trabalhavam estas oficinas e as turmas faziam rodízio de atividades e salas. Havia mais professores de Educação Física e Apoio às Oficinas. (CIEP 07).

Conforme podemos observar na citação, os CIEPs implantados a partir de 1988 foram se constituindo com outra organização de recursos humanos, o que implicou em transformações na organização do tempo. Os professores especialistas para artes e música, por exemplo, foram substituídos pelo apoio às oficinas, permanecendo ainda o professor de educação física e o da sala de leitura em quantidade suficiente para oferecer atividades diversificadas no “contraturno”.

Em 1994, uma nova mudança ocorre e reduz-se também o número de profissionais da sala de leitura e de educação física, impossibilitando que as turmas tivessem outro professor no horário da tarde com essas atividades. Esta modificação também reduziu o tempo do professor para o seu planejamento e estudo.

Mudanças ocorridas na organização do tempo integral, desde a implantação até os dias de hoje

Alguns CIEPs citaram que as mudanças foram ocorrendo logo após a troca de governo, conforme já relatamos no Capítulo II, com a saída do governador Leonel Brizola e a passagem do cargo a Moreira Franco, apesar de todos os CIEPs pesquisados possuírem resoluções e decretos de implantação assinados pelos prefeitos da cidade do Rio de Janeiro que se sucederam, pertencendo ao mesmo partido político (PDT) que lançou o Programa Especial de Educação (CIEP 07, 13 e 15).

Cada gestão tenta dar a sua “marca” ao atendimento aos alunos. Cada Governo constrói a escola que será reconhecida como a escola deste governante. (CIEP 01)

As alterações foram sentidas gradativamente, até a década de 90, quando foram lançadas as resoluções que estabeleceram os quantitativos de profissionais que estas escolas deveriam possuir para seu funcionamento (Resolução 534, de 05/05/1994) e, ainda, aquela que impôs a oferta de dois tipos de organização para as famílias que procuravam os CIEPs do 22º Dec (Resolução 498, de 21/07/1993), diferença observada principalmente pelos CIEPs 10, 11 e 12.

Pelas respostas apresentadas nos instrumentos, foi possível distinguir três modificações substantivas na organização do tempo dos CIEPs. A primeira foi a perda dos profissionais que atendiam às turmas, considerada uma alteração importante nos questionários dos CIEPs 04, 05, 06, 07, 11, 12, 13, 14 e 16, como percebemos no relato significativo do CIEP 05:

A organização do tempo mudou, porque os profissionais que exerciam essas atividades foram retirados e os próprios professores regentes passaram a atender nestas habilidades às turmas em sistema de rodízio, de acordo com suas potencialidades. (CIEP 05).

Nesse sentido, a redução do quantitativo de professores da sala de leitura foi considerada como uma dessas maiores perdas - as direções destacaram a importância que este profissional exercia no desenvolvimento do Projeto Pedagógico das escolas, como podemos constatar por meio das falas a seguir:

O CIEP perdeu os profissionais que ajudavam na “formação cultural do aluno”. Estas se basearam na retirada das atividades do 2º turno, com exceção da Educação Física, que também deixou de ser diária. (CIEP10)

Ou seja, a Educação Física se limitou aos dois tempos de cinquenta minutos durante a semana e a Sala de Leitura passou a contar apenas com um profissional somente em um turno. (CIEP 04)

A falta de rigidez na separação dos turnos, ou seja, a mesclagem das atividades de núcleo comum e atividades mais lúdicas para atender ao horário de trabalho dos professores de Educação Física foram alterações igualmente

destacadas. Estas atividades mais lúdicas deixaram de acontecer somente no 2º turno, segundo informações dos CIEPs 04, 10 e 11.

Outra modificação lembrada foi a quantidade de turmas, adaptada ao quantitativo de salas, pondo fim ao rodízio de alunos. “O aluno parou de andar de mochila nas costas o dia todo no CIEP” (CIEP 13). Isto significa que as escolas foram adaptando a demanda por matrículas ao número de salas de aula o que, na visão dos gestores, constituiu-se em uma atitude importante na organização do espaço-tempo dos CIEPs.

A necessidade de oferecer turmas em tempo integral e parcial para que as famílias pudessem escolher qual a melhor opção para si e seus filhos também foi considerada uma medida significativa na resposta das direções dos CIEPs 01, 02 e 12, assim como a inclusão da Educação Infantil, com a conseqüente exclusão do 2º segmento de atendimento do tempo integral, por alegada falta de motivação dos alunos mais velhos (CIEP 15):

Em 1994, no período de matrícula, foi preciso abrir as salas que não eram utilizadas para abrigar turmas consideradas excedentes de outras unidades, passando a trabalhar com turmas de Educação Infantil, Classe de Alfabetização, 1ª série, 2ª série e 4ª série, estas em dois turnos. Nesse período, o CIEP chegou a possuir um total de 37 turmas, sendo somente sete em tempo integral e as demais distribuídas em dois turnos regulares.(CIEP.12)

Os alunos passaram a ter atendimentos diferenciados dentro do CIEP, e aqueles que estavam em tempo integral sentiam-se de certa forma “abandonados” na escola enquanto outros colegas iam para suas casas no meio do dia. (CIEP.12)

A partir do momento em que foram retirados estes professores de atividades extraclasse, o CIEP passou a perder demanda e a ter suas turmas esvaziadas, causando a gradual transformação da escola para o atendimento ao 1º segmento do Ensino Fundamental. (CIEP.15)

Conseqüências das mudanças na organização do tempo nos CIEPs

Todos os respondentes foram unânimes em afirmar que estas modificações alteraram a rotina diária das turmas atendidas nas escolas. Alguns CIEPs passaram

a oferecer turmas com dois tipos de atendimento - horário integral e horário parcial - diminuindo o tempo de planejamento do professor, entre outras perdas:

A escola passou a possuir turmas mistas com a oferta dos dois horários e os professores não tiveram mais o dia único para planejamento. (CIEP 01)

Os alunos passaram a ficar mais tempo em sala com um mesmo professor (CIEPs 04, 06, 07, 14 e 15), ocasionando uma “improvisação” nas atividades, de modo a tornar o tempo mais agradável (CIEPs 05,11 e 16). Foram criadas formas para compensar a falta das disciplinas específicas trabalhadas por professores especialistas e surgiu a necessidade da sala de vídeo, da recreação, para que novos espaços e atividades oferecidas pelos professores das turmas ultrapassassem a mera transmissão dos conhecimentos.

A Direção precisou encontrar estratégias alternativas para não massificar o aluno na sala de aula. Foi quando houve a necessidade de se criar a Sala de Vídeo, a “aula” de recreação, enfim, coisas para tentar tirar o aluno de dentro da sala de aula.(CIEP 11)

Há uma “perda na formação cultural” (CIEP 11) do aluno com a diminuição do quantitativo de professores da sala de leitura, que já mencionamos, e a separação “perceptível entre o núcleo comum e atividades extraclasse” (CIEP 13). Ainda segundo o respondente do CIEP 13, essas atividades extraclases também praticadas pelo mesmo professor causam a impressão de que o CIEP trabalha “menos horas de núcleo comum” do que as escolas regulares. Em nossa perspectiva, esta visão traduz uma supervalorização do conteúdo como parte da cultura escolar:

A organização é bem aceita porque a criança gosta de atividades diversas. Ela não faz um julgamento de valor, mas o aluno gosta de brincar, de jogar, de ver televisão, se isso acontece, o aluno se sente bem. (CIEP 13)

Segundo os respondentes, as reações dos alunos foram bastante parecidas em todas as escolas, ou seja, a repetição de atividades no contraturno e a presença do mesmo professor, entre outras situações, causaram um desapontamento geral que, aos poucos, foi se transformando em desinteresse:

A criança ficou muito massacrada, porque nenhum professor vai dar conta de tudo. A criança fica mais cansada. (CIEP 04); os alunos ficaram menos motivados para estudar em tempo integral. (CIEP 05); os alunos ficaram mais entediados (CIEP 06).

Existem crianças que não se adaptam ao horário integral, porque não oferecemos variedades de atividades. Eles se tornam rebeldes, fazem birra, querem fugir. (CIEP 11)

Os professores também reagiram com desmotivação, principalmente pela sobrecarga de tarefas sem o devido tempo para planejamento. Essa desmotivação gerou “descrença” na eficácia do tempo integral para o melhor desempenho dos alunos uma vez que, segundo eles, não recebem o devido apoio para a execução das tarefas, como observamos nos depoimentos a seguir:

Os professores têm que dar conta de tudo. Eles estão muito frustrados e sem apoio. (CIEP 04)

Os professores novos, que não vivenciaram o sistema inicial, chegam a ficar descrentes no funcionamento da escola, precisando de intervenção constante da Direção e Coordenação Pedagógica. (CIEP 05)

Os professores ficaram decepcionados, pois viram um projeto tão inovador ser desfeito. (CIEP10)

Além disso, muitos foram deixando os CIEPs para atuarem em outras escolas, a partir da não especificidade da organização que havia anteriormente:

Houve muita rotatividade, porque antes o professor era requisitado e, se não se adaptasse, era dispensado. Portanto só permaneciam aqueles que tinham o perfil para trabalhar desta forma. (CIEP16)

Em relação à comunidade, todos os respondentes apontaram que ela reagiu de forma passiva, não interferindo nas transformações por que passaram as escolas e sua organização. Alguns gestores consideraram a comunidade bastante acomodada:

Infelizmente esta é uma escola em que o aluno é posto de manhã e retirado à tarde. Desta forma, ela atende às necessidades da comunidade enquanto supre seus filhos, na higiene, na educação, na alimentação, na possível ocupação do tempo. (CIEP 11)

Não houve muita reação. Percebemos que a Comunidade vê esta escola como um lugar para deixar. (CIEP 14)

A Comunidade não é muito reflexiva e pouco crítica. O que importa para eles é que o filho fique em horário integral, independente das atividades que ele tem na escola. (CIEP 04)

No entanto, vários respondentes confirmaram que, mesmo ressaltando o caráter de passividade dos responsáveis e da comunidade, algumas famílias foram perdidas pela ausência das atividades extraclasse que eram oferecidas pelos CIEPs:

Os antigos alunos que hoje possuem filhos no CIEP, comentam com saudade como era a organização antiga. (CIEP05)

A Comunidade perdeu o prazer com a escola de tempo integral, porque tem uma expectativa de uma diversidade de atividades semelhante às escolas privadas. (CIEP 15)

Organização do tempo para os alunos e professores nos CIEPs, atualmente

Na 8ª. CRE, a maioria dos CIEPs pesquisados oferece o tempo integral para as turmas da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental. O CIEP 05 não está com todas as suas turmas em tempo integral, em virtude da realização de obras de recuperação estrutural, e o CIEP 11 tem dificuldades em lotar professores, prejudicando assim a sua organização.

Os professores, unanimemente, atendem uma mesma turma o dia inteiro, quando sua carga horária de trabalho o permite. Outras formas de atendimento foram tentadas, mas são difíceis de serem garantidas, uma vez que estes docentes passaram a não possuir mais o tempo de planejamento e de estudo diário para diversificar as atividades que seriam necessárias para duas turmas:

O professor atende à sua turma em todas as atividades propostas, inclusive na Sala de Leitura, onde existe um horário para que ele realize uma atividade em outro ambiente. (CIEP 01)

O professor não tem tempo para nada, agora só fica com sua turma. (CIEP 03)

Tivemos um período em que as crianças faziam rodízio no momento das atividades, em outro os professores faziam esse rodízio e tivemos um período com o mesmo professor responsável por sua turma o dia inteiro, o que funciona até hoje. (CIEP 05)

As atividades oferecidas são, geralmente, separadas em dois turnos - núcleo comum pela manhã e atividades diversificadas à tarde (CIEP 02, 05, 06, 07, 10, 11,14, 16). Algumas unidades escolares conseguem parcerias com a comunidade local, visando acrescentar mais opções às atividades extraclases (CIEP 02 e 16):

Existe uma grade de horários onde são estabelecidos os tempos das atividades extraclases, Educação Física, Sala de Leitura e atividades na Vila Olímpica duas vezes na semana. Estas atividades são realizadas sempre à tarde, à exceção da Educação Física devido ao horário do professor. Os alunos dividem o tempo estudando os conteúdos e também tendo tempo para outras atividades extras. (CIEP 02)

Aqueles que não separam suas atividades por turnos organizam *grades horárias* para que não haja acúmulo de turmas em uma mesma atividade, nem pouca distribuição de atividades durante a semana (CIEP 01, 12 e 13)

O professor tem certa mobilidade para criar o horário de sua turma partindo dos horários fixos que a Direção apresenta das atividades que são comuns a todas as turmas. Deve ser privilegiado o brincar, sem deixar de garantir 30 tempos semanais de núcleo comum, divididos por 10 tempos de Língua Portuguesa, 10 tempos de matemática, e 10 tempos distribuídos entre Geografia, História, Ciências, Cidadania Terrena, Leitura do Mundo. (CIEP 13) (Anexo 20).

Além disso, o Professor terá disponível 10 tempos semanais para Artes, Hora do Conto, Informática, Sala de Leitura, Vídeo, Briquedoteca, Educação Física (2T), Jogos Didáticos e Recreação Livre. (CIEP 13)

<p>Avaliação dos alunos em geral, dos professores e funcionários e da comunidade em relação à atual organização do tempo nos CIEPs</p>

Segundo os respondentes, os alunos, em geral, gostam das opções que lhes são oferecidas, embora fosse mais dinâmica a troca anterior de professores (CIEP 02,03,05, 06, 07,10,11, 12, 13,16):

Porque os alunos não vivenciaram a organização anterior, acreditamos que eles gostam do modo como o CIEP está organizado, mas acredito que se fosse da forma anterior, o tempo seria mais prazeroso. (CIEP 11)

Algumas direções avaliaram que os alunos mais velhos fazem uma avaliação mais negativa com as opções de atividades existentes no CIEP, hoje, e não se

adaptam à organização, enquanto as crianças mais novas estão mais “conformadas”, ou melhor, mais afeitas à mesma (CIEP 01, 12,15)

Os alunos atuais são menores do que aqueles que eram atendidos em tempo integral na implantação do CIEP. Por isso, acreditamos que são mais conformados ao sistema. Alguns não se adaptam, demonstrando isso de forma indisciplinada. (CIEP 15).

Quanto aos professores, “são novos e, como não tiveram a experiência anterior, já se acostumaram e exercem suas atividades sem reclamar” (CIEP01); “Alguns não se adaptam e saem ou ficam doentes com muita frequência” (CIEP02); “estão estressadíssimos por muitas cobranças e sem tempo para elaborar suas idéias e projetos” (CIEP 04):

Talvez os professores produzissem mais se, se desprendessem das lembranças do Projeto original. Percebemos que algumas coisas são possíveis, se pudermos recriar este tempo integral. Existem professores resistentes que acham que mudar de estratégia, mudar de material e mudar de espaço, agita o aluno. (CIEP14)

Estas falas evidenciam uma avaliação sem contestações dos professores sobre a organização do tempo integral nos CIEPs. Podemos inferir que os docentes acreditam que devem se adaptar, caso queiram continuar atuando na escola. A falta de tempo para planejamento e estudo como uma possível causa do estresse e do desgaste do professor é consideração geral de todas as direções, embora, como foi citado acima, algum planejamento seja possível com a ajuda da equipe coordenadora das escolas.

Os funcionários foram pouco citados nos relatos, talvez porque tenham que exercer oito horas diárias de trabalho, independente da organização do tempo para os alunos, mas algumas direções salientaram a importância de suas participações na execução das atividades planejadas. (CIEP 01, 03,15):

O espaço físico é muito grande para o quantitativo de funcionários que possuímos. (CIEP 01)

A comunidade, composta pelas famílias atendidas nestes CIEPs, avalia essa organização de forma positiva:

A comunidade continua aproveitando o tempo integral porque acham que é o melhor que o Estado pode oferecer. Não se preocupam com o pedagógico e sim com a segurança. (CIEP 01)

Esta opinião também é compartilhada pelas direções dos CIEPs 05 e 14 e, apesar da equipe pedagógica acreditar que esta modalidade de atendimento é falha, a comunidade ainda a procura por gostar das atividades que o CIEP oferece (CIEP 02,07,10,11,13).

Outra visão levantada pelas equipes que responderam o questionário foi a de que o CIEP deve suprir a inoperância das famílias na educação de seus filhos. (CIEP 04)

Os pais têm uma má informação de que o horário integral serve como depósito e tentamos desfazer esta impressão. Até colegas de escolas próximas orientam os pais a levarem seus filhos para o CIEP a fim de que esta escola resolva os “problemas” do aluno. A mãe acredita que o CIEP vai resolver tudo. (CIEP06)

Além disso, a tendência assistencialista é apontada pelas direções, mas é vista de forma positiva pela comunidade, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

Com relação à Comunidade, a Direção acredita que ela somente está preocupada com o dia letivo, ou seja, está visando o atendimento diário à sua criança e não ao atendimento pedagógico e quais atividades estão executando. Segundo a Diretora do CIEP, a comunidade deveria ser mais participativa para até preservar mais o ambiente onde seus filhos estudam, evitando assim depredações ao patrimônio público, o que ela considera uma falta de compromisso com o Projeto da Escola. (CIEP 14)

Algumas falas eram ouvidas: vai para o CIEP. Lá você come e toma banho... (CIEP. 06).

Esta visão é considerada, por alguns, como uma lembrança do programa que implantou os CIEPs no início, quando a diretriz era satisfazer as necessidades básicas dos alunos em relação à saúde, alimentação e material básico para a aprendizagem: “Os alunos tinham tudo que precisavam para estar na escola, o que não acontece mais hoje.” (CIEP 08)

Na última questão, foi perguntado às equipes de direção dos CIEPs investigados se estas consideram que houve retrocesso ou avanço na organização do tempo, desde a implantação do I PEE, em 1985, até hoje. As respostas foram bastante parecidas.

A sobrecarga do trabalho do professor e a decadência na qualidade do tempo oferecido foram retrocessos relatados:

Os alunos, nós procuramos dar “nó em pingo d’água” para que ele tenha prazer, mas o professor não tem mais tempo para pensar e se organizar. Muito foi tirado do apoio às tarefas realizadas pelo professor, e hoje esta divisão fica centralizada na figura do professor e da Direção, o que dificulta uma real dedicação à organização do tempo integral. (CIEP03)

A Direção esclarece que a atual organização do tempo integral retrocedeu em relação à anterior porque tirou a oportunidade de mostrar ao aluno outros tipos de trabalhos educativos que não o da sala de aula com o quadro de giz. (CIEP 11)

A diversidade de profissionais que atuava no atendimento às turmas motivava e enriquecia alunos e professores, transformando o trabalho coletivo em qualidade e satisfação dos alunos. (CIEP 15)

Outra situação considerada como retrocesso foi a não diferenciação no atendimento dado às escolas regulares e aos CIEPs:

As escolas que desenvolvem trabalhos em tempo integral ficam esquecidas e sem projeto específico. Se vamos trabalhar desta forma, que se acabe com o horário integral e sejamos todas escolas regulares de dois turnos. (CIEP.04)

Neste momento, não temos proposta do Município relacionada às escolas de horário integral. (CIEP 06)

Em se tratando de atendimento à infra-estrutura, não se pode transformar o CIEP em uma escola igual às demais, pois acabamos perdendo no quantitativo de funcionários, por não possuímos o mesmo quantitativo de alunos que teríamos se fôssemos escola de dois turnos. (q.07)

O CIEP não difere em nada das outras escolas. Hoje o CIEP não tem estrutura para funcionar em horário integral”(Q.08)

Apesar de o tema da ampliação do tempo para todas as escolas ter surgido com mais frequência nos debates educacionais e discursos políticos, ao contrário, as práticas que estão se apresentando atualmente para a organização do tempo integral não fazem desta uma escola diferente e deixam que cada CIEP se organize da melhor forma possível. (CIEP 12)

A organização do tempo nos CIEPs retrocedeu, porque hoje vemos uma mesma estrutura para todas as escolas, o que faz com que os CIEPs se transformem em escolas com tempo ampliado, sem estrutura para uma qualidade de ensino. (CIEP 14)

Algumas consideraram que esse retrocesso tem uma dimensão maior, capaz de terminar com a especificidade do atendimento dos CIEPs, porque cada gestor governamental (Prefeitura, Secretaria de Educação e da Coordenadoria Regional de Educação) direciona sua visão em relação à educação para um aspecto específico. Consideram, ainda, que cada gestão dá ênfase a um aspecto específico da educação, e que à época da criação dos CIEPs, a temática levada pelo governo (estadual) era o tempo integral em escolas apropriadas para este fim.

Cada gestão tenta dar a sua “marca” ao atendimento aos alunos. Cada Governo constrói a escola que será reconhecida como a escola deste governante. Hoje o que temos é uma escola regular com tempo dobrado, o Projeto do Darcy Ribeiro foi por água abaixo. (CIEP 01)

Se já tivemos um projeto modelo que deu certo, e que hoje é defasado, eu acho que houve retrocesso.”(CIEP14)

Finalizando a análise dos questionários, gostaríamos de acrescentar a grande dificuldade que as equipes de direção encontram para organizar o tempo de uma escola de horário integral, se pensar em relacionar este tempo à idéia de educação integral, o que encontramos na fala a seguir:

A escola de horário integral precisa dar conta não só do tempo integral, mas principalmente da Educação Integral, que é mais difícil do que lidar somente com o tempo. (CIEP 14)

Assim, a partir destas sínteses, que considerações acerca da organização do tempo integral nos CIEPs podemos apresentar?

4.1 – Considerações finais?

A interrogação se deve exatamente ao fato de que percebemos, ao analisarmos os relatos e respostas ao questionário que, em educação, nada pode ser considerado finalizado. Nesse sentido, é preciso destacar que nosso estudo, focado nas questões relativas à organização do tempo nos CIEPs da 8ª. CRE, na realidade trouxe mais as questões que envolvem a gestão dessas escolas, ou seja, ele centrou-se menos nos fatores subjetivos do tempo e mais naqueles que o materializam, na prática cotidiana daquelas instituições. No entanto, não podia ser diferente: a pesquisadora atua nesse campo e, como tal, lançou seu olhar para aquela organização. Contudo, acreditamos que essa perspectiva de análise auxiliou-nos a melhor entender como se dão essas relações.

Conforme vimos no Capítulo II, a história da educação e das políticas educacionais, no Brasil, se confunde com a história do país e dos governos que o assumem. De acordo com a fala da direção do CIEP Amilcar Cabral, esta é uma realidade:

Cada gestão tenta dar a sua “marca” ao atendimento aos alunos. Cada Governo constrói a escola que será reconhecida como a escola deste governante. (CIEP 01)

De acordo com as questões estabelecidas no início da pesquisa e que apareciam como inquietações diante do problema a ser trabalhado, verificamos que os CIEPs da região iniciaram seus trabalhos dentro da concepção original, como já foi analisado anteriormente, mas, com o tempo e as idas e vindas da política local, esse começo foi sofrendo tropeços.

Conforme nos esclarecem Novaes e Silva, em artigo sobre os CIEPs (2008),

Muitos são os motivos que encontramos para essa descontinuidade. O primeiro é o fato dos CIEP’s terem sua identidade ligada ao governo Brizola e ao PDT. Vemos isso, na popularização do nome “Brizolão”, na sua identificação pelo povo. Outro fato foi a criação de duas redes paralelas de ensino durante a sua implantação, que dividiu o professorado do Estado e criou uma reação de repúdio aos CIEP’s. Além disso, o horário integral não era uma luta da população e houve em muitas comunidades uma dificuldade de identificação com a proposta. Isso fez com que em muitos locais não houvesse uma reação positiva pela continuidade do programa. (p.10)

A partir da municipalização dos CIEPs, a aplicação de várias resoluções municipais tentou modificar e interferir na organização do tempo integral. Esta forma de gestão da organização do tempo causa perplexidade e insegurança nas equipes e faz com que essas instituições sejam escolas comuns, trabalhando com o dobro do tempo escolar considerado regular.

Nossa primeira questão era sobre a concepção que embasava a organização do tempo no projeto original dos CIEPs. Percebemos que a idéia de educação integral em tempo integral advinha dos pressupostos educacionais de Anísio Teixeira, assim como a organização do tempo, separando atividades de núcleo comum (Escolas Classe) e atividades de lazer, artes, esportivas e até de iniciação ao trabalho, em outro turno (Escolas Parque). O que diferencia o CIEP desta forma de organização se deve ao fato de que todas as atividades acontecem no mesmo local, sem deslocamentos dos alunos para fora das instituições, mas com professores diferenciados para cada atividade:

O CIEP é uma nova instituição que surge, questionando, por dentro, esta realidade social injusta, desumana e impatriótica. Estas novas escolas proporcionarão às nossas crianças alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, esporte, lazer, material escolar, assistência médica e dentária. Depois de permanecer todo o dia no colégio, voltam de banho tomado, para o carinho da família. (Eng^o Leonel Brizola *in*:RIBEIRO,1986).

O número maior de turmas que salas de aula proporcionou o quantitativo de alunos proposto no programa: as teses do Encontro de Mendes apresentavam os Centros Integrados de Educação Pública como tendo capacidade para 500 alunos, podendo essa capacidade ser estendida para até 600 estudantes.

Na segunda questão, nos perguntávamos qual ou quais concepções e práticas estariam sendo realizadas nestas instituições, atualmente. Nesse sentido, vimos que os CIEPs tentam manter a prática da organização do tempo “monocrômico”³², com a separação de núcleo comum e atividades diversas em outro turno. Mesmo sendo executada por um mesmo professor, a mudança de atividades no decorrer do dia ainda é vista como possibilidade de transtorno, barulho e agitação.

³² Termo usado por Cavaliere para definir a organização do tempo com partições definidas.

Quando se propõe uma organização mais “policrômica”, esta necessita da rigidez das grades de horário demarcando tempos e espaços, chegando a ser feito um juízo de valor, determinando quanto tempo deverá ser **gasto** (grifo nosso) com as diferentes atividades. Como afirma Cavaliere (2004),

... Muitas teorias pedagógicas já questionaram essa organização rigidamente seqüencial do tempo escolar, e já tentaram outras racionalidades menos submissas à formalidade cronológica e mais sensível aos ritmos psicológicos, biológicos e culturais dos indivíduos [...], mas seria considerada uma espécie de “pecado” original “da instituição escolar e sua alteração levaria a caminhos desconhecidos, a grandes desafios. (p.98),

Correia (1996) também se refere a essa questão, afirmando que “o tempo escolar, em suas finalidades declaradas, suas repartições, sua organização temporal, tenta negar sempre o relacionamento dos outros tempos da vida da criança e do adolescente. (p.74)”

As respostas aos questionários evidenciam que a cultura escolar, presente nas citações das autoras, continua permanente no ideário da educação e impede avanços na organização do tempo dos CIEPs atualmente, fazendo-os se igualarem a escolas simplesmente de tempo ampliado.

A participação do docente na organização do tempo é quase nula, assim como foi pensado no Programa Especial de Educação I, conforme explicitado no Quadro 01. Ao professor cabe somente atender à sua turma no tempo estabelecido como sua carga horária de trabalho – em que ele pode decidir se pretende atuar em uma única turma ou se propõe atividades para duas turmas, na seqüência de turnos.

A maior dificuldade das equipes de direção é desfazer ou transformar a cultura escolar, que considera que a tarefa do professor está restrita à transmissão de conteúdos em sala de aula, com o “quadro de giz”. Esta concepção, associada ao pouco tempo de planejamento das atividades, gera sobrecarga nas tarefas do professor e, em consequência, desmotivação e outros problemas.

Neste capítulo, duas outras questões surgem após o estudo da evolução da organização do tempo nos CIEPs da 8ª CRE. Elas se referem à quantidade de alunos que algumas unidades atendem, considerada pequena em relação aos outros, e à qualidade do ensino, quando se fala em escolas com tempo integral.

Se considerarmos que todos possuem os mesmos problemas e a organização do tempo é bastante parecida, então porque em alguns CIEPs há salas ociosas e turmas vazias?

Acreditamos que a localização no bairro onde esteja situada essa escola seja um indicador de que o tempo integral não é importante para esta população. Segundo os relatos das direções, a violência urbana do entorno não é fator de evasão, mas sim de dificuldade de lotação de profissionais da educação para trabalharem com estas comunidades. É o caso dos CIEPs em que nem todas as turmas estão em tempo integral por falta de professores.

Com relação ao desempenho, podemos observar, no quadro abaixo, os índices do IDEB das escolas pesquisadas e fazer algumas inferências sobre esse desempenho da educação desenvolvida no tempo integral.

CIEP AMILCAR CABRAL

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,4	4,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6

CIEP VILA KENNEDY

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,1	4,3	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2

CIEP GILBERTO FREYRE

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,1	4,5	4,2	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2

CIEP PROF CELIA M. M. BARRETO

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,0	4,5	5,1	5,4	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,9

CIEP PADRE PAULO CORREA DE SA

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,0	4,1	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2

CIEP ANTONIO EVARISTO DE MORAES

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	2,3	3,4	2,3	2,6	3,0	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5

CIEP MAL JULIO CAETANO HORTA BARBOSA

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,5	4,0	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7

CIEP OLOF PALME

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,4	3,7	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7

CIEP MESTRE ANDRE

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,6	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8

CIEP POETA CRUZ E SOUSA

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,2	4,2	4,3	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3

CIEP MAESTRINA CHIQUINHA GONZAGA

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,6	4,1	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8

CIEP FREI VELOSO

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,9	4,7	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1

CIEP MAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,1	4,7	5,1	5,5	5,8	6,1	6,3	6,5	6,8	7,0

CIEP THOMAS JEFFERSON

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,3	4,8	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5

CIEP FRANCISCO SOLANO TRINDADE

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,5	3,9	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7

CIEP ARACY DE ALMEIDA

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,6	5,9	4,6	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Anos Finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 28 - IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para as Escolas. Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar. www.mec.gov.br

Verificamos que a maioria dos CIEPs atingiu, já no ano de 2007, as metas projetadas para anos subsequentes (CIEPs 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 14, 15,16). Nestes também houve um progresso na avaliação do ano de 2005 para 2007. Entre os demais, somente o CIEP 10 repetiu o índice da avaliação anterior e, juntamente com os CIEPs 04, 09 e 13, não alcançou a meta projetada para o ano de 2007. Nesse sentido, percebemos também uma queda do índice do CIEP 09 em relação ao ano de 2005.

A organização do tempo é parecida entre as escolas pesquisadas e somente os CIEPs 04 e 09 encontram problemas, atualmente, para montar sua equipe de coordenação³³, embora os índices se reportem ao desempenho de alunos em 2007.

Um fator que podemos descartar como possibilidade de melhor desempenho é a rigidez no controle do tempo para os conteúdos, conforme verificamos nos relatos do CIEP 13, visto que este não se encontra no grupo de escolas que alcançou suas metas previstas para 2007 e cuja equipe coordenadora está à frente da direção anteriormente ao início da avaliação nacional.

Assim, verificamos que, em relação aos CIEPs da 8ª. CRE, não existe uma forma ideal de organização do tempo. Na realidade, é preciso um grande debate sobre como ele deve ser gerenciado, favorecendo a participação de todos os implicados neste atendimento.

No entanto, consideramos o papel da gestão do Estado preponderante no fornecimento dos subsídios necessários para que cada escola possa atender a sua

³³ O CIEP 04 reclamou bastante da falta do profissional para a Sala de Leitura e o CIEP 09 está sendo dirigido por uma equipe nova, eleita pela Comunidade Escolar em 2008, e ainda não possui Coordenação Pedagógica.

localidade com segurança e sem sacrifício dos docentes e das equipes de direção. Citando Cavaliere (2002b),

“Não por acaso, a contribuição mais interessante da experiência dos CIEPs diz respeito à cultura organizacional da escola, envolvendo questões da estrutura física, profissional e social da escola e, principalmente, da articulação coletiva do trabalho pedagógico.” (p.99)

Talvez por este motivo, os CIEPs municipais situados na área da abrangência da 8ª CRE mantêm esta organização do tempo, um pouco intuitiva, porque suas equipes contêm, senão todos, pelo menos alguns profissionais que participaram da organização original o que, podemos afirmar, constituiu uma cultura escolar específica destas escolas chamadas de Centros Integrados de Educação Pública.

Outra forma de refletirmos sobre a possibilidade da oferta do tempo integral nos CIEPs está relacionada ao projeto arquitetônico destes prédios escolares. Conforme ressaltamos no Capítulo I, Faria Filho e Vidal (2005) elaboraram um levantamento da evolução da educação pública estudando as propostas arquitetônicas para os espaços escolares, classificando-as em três categorias: *Escolas de Improviso, Escolas Monumentos e Escolas Funcionais*.

Os CIEPs, apesar de possuírem um projeto arquitetônico único, assinado por Oscar Niemeyer³⁴ podem ser considerados como escolas monumentos, uma vez que nada deste projeto pode ser alterado sem a aceitação do arquiteto. No entanto, em termos de adequabilidade, podem ser considerados também como escolas funcionais pois, conforme nos apresenta o estudo de Faria Filho e Vidal (2005):

Nas *escolas funcionais*, o espaço era organizado de forma diferente: os alunos tinham maior possibilidade de circulação e o contato com o professor passava a ser mais próximo. O tempo deixava de ter a rígida repartição de horários para atender ao desenvolvimento biológico, transformando-se no tempo psicológico. [...] com um projeto pautado nas necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, sala de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias, etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico) e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições) (...) o ambiente escolar deveria ser

³⁴ É arquiteto brasileiro, considerado um dos nomes mais influentes na Arquitetura Moderna internacional. Foi pioneiro na exploração das possibilidades construtivas e plásticas do concreto armado. Um de seus trabalhos mais conhecidos são os edifícios públicos que desenhou para a cidade de Brasília.

educativo, alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente, como pretendia Fernando Azevedo, na tentativa de uma ampla reforma educacional.(p. 28)

Se compararmos as imagens dos CIEPs expostas no capítulo III deste estudo, podemos observar semelhança nas silhuetas dos prédios, mas também que eles se diferenciam em seu espaço externo, devido à quadra esportiva ser construída no andar térreo ou no último andar do prédio. Os CIEPs “compactos” possuem quadra sobre o prédio escolar e residência para alunos sobre a sala de leitura, o que diminui a área externa, mas não inviabiliza atividades ao ar livre. Os CIEPs pesquisados que possuem esta arquitetura são o CIEP 05 e o CIEP 12.

Aqueles que foram construídos nos anos iniciais do Programa possuem a quadra no andar térreo e a residência para alunos no último andar do prédio principal, proporcionando assim uma ampla área externa, mas também, certa dificuldade de controle de circulação de pessoas nestas áreas. Todos foram projetados com belíssimos jardins - como apresentado por Faria Filho e Vidal para as escolas funcionais - mas poucos conseguem mantê-los atualmente. A grande dificuldade apresentada por todas as direções está na preservação da estrutura física destes prédios, onde são sempre necessárias grandes somas de recursos financeiros para sua manutenção.

Desta forma, perguntamos, já propondo estudos futuros: Para que seja eficaz a oferta do tempo integral, com qualidade, é necessária uma infra-estrutura específica, como a que foi pensada para os CIEPs, ou basta que a organização deste tempo seja adequada às necessidades dos atores que participam das atividades que o constituem?

Concluindo, é importante retornarmos ao que foi exposto no Capítulo I, sobre a ampliação do tempo diário de escola entendida como (1) forma de alcançar melhores resultados no desempenho dos alunos; (2) adequação desta instituição às novas condições de vida urbana ou, ainda, (3) uma mudança na concepção de educação escolar.

Após o estudo realizado, não podemos afirmar que a ampliação do tempo escolar pode possibilitar uma melhoria dos resultados no desempenho dos alunos, mas os IDEBs da maior parte dos CIEPs descritos nos permitem realizar esta inferência.

Também podemos inferir que as reações da comunidade (pais e responsáveis) às transformações na organização do tempo integral não interferem significativamente na demanda por matrículas, por esta forma de atendimento ainda ser sinônimo de segurança e atendimento às necessidades básicas de crianças e adolescentes que nestas escolas estudam. Repetindo a fala da direção do CIEP 10:

A comunidade continua aproveitando o tempo integral porque acha que é o melhor que o Estado pode oferecer. Não se preocupam com o pedagógico e sim com a segurança.(CIEP 01)

Sintetizando, acreditamos que, apesar de muito ter sido perdido, ainda existe o atendimento em tempo integral, mesmo que de forma irregular, além de três refeições diárias como suporte da aprendizagem.

Ainda em relação à terceira forma de entender o tempo integral na escola, como uma mudança na concepção de educação escolar, constatamos que as gestões destas escolas sabem que a escola em tempo integral deve proporcionar uma educação diferenciada, por acomodar crianças e adolescentes durante um terço do dia destes indivíduos, portanto necessitando realizar relações que não aconteceriam em escolas regulares, onde os encontros com os alunos acontecem somente por quatro horas diárias.

Muitas direções dos CIEPs pesquisados têm plena consciência de que a relação com estes alunos ultrapassa aquela que se espera de um professor e seu aluno, ou seja, um encontro maior que o processo ensino-aprendizagem puro. Esta relação não é encontrada em muitas escolas privadas que oferecem o horário integral, em que os alunos ficam com seus professores em uma parte do dia e na outra fazem o seu trabalho de casa, tem atividades esportivas, descansam, mas com outros agentes e/ou profissionais que não estão preparados para dar o devido atendimento educacional.

Novamente repetimos:

A organização é bem aceita porque a criança gosta de atividades diversas. Ela não faz um julgamento de valor, mas o aluno gosta de brincar, de jogar, de ver televisão, se isso acontece, o aluno se sente bem. (CIEP 13)

Para que a escola de tempo integral se encontre neste nível de entendimento, precisa de um grande suporte para que os alunos e seus professores tenham seus *tempos vividos*³⁵ sem serem tão sufocados pelo *tempo da sociedade*.

O tempo escolar, independente de sua quantidade, deve estar organizado de forma a proporcionar qualidade à educação. E, como já foi trabalhado no Capítulo I, “esta pode ser a identidade desta escola que pode se fortalecer com a educação integral em tempo integral.

³⁵ Termo utilizado por Schreiber (1991) para diferenciar o tempo de natureza, o tempo da sociedade e o tempo vivido, “o nosso”. (p. 52)

REFERÊNCIAS

Livros:

BARDIN, L. Trad. Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. *Análise de Conteúdo*. Edições 70., Lisboa, 1995.

CORREIA, T. S. I. *Tempo de escola... e outros tempos* (quem viveu assim, sabe. E quem não viveu... que pena!). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2001

ELIAS, N. Trad. Vera Ribeiro. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1998.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino)

MAGNOLI, D. e ARAÚJO, R. *Geografia: - paisagem e território: geografia geral e do Brasil*. 3.ed. reformada - São Paulo: Moderna, 2001.

MELLO, G. N. de. *Educação Escolar Brasileira: o que trouxemos do Século XX*. Porto Alegre: Artmed, 2004

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993

RIBEIRO, D. *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro : Bloch, 1986.

SAVIANI, D. *A Nova Lei da Educação. Trajetória, Limites e Perspectivas*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SCHREIBER, S. & LOUIS, J. Trad. Teresa M. Otondo. *A Arte do Tempo: ensaio de ação*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 1991.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987

Artigos:

CAVALIERE A. M. Quantidade e Racionalidade do Tempo de Escola: debates no Brasil e no Mundo. In: Revista Teias. FAE – Uerj, Rio de Janeiro, ano 3, nº 6, p. 116-126, jul/dez. 2002a.

_____. *Escolas de Tempo Integral: uma idéia forte, uma experiência frágil.* In: Cavaliere, A. M. & Coelho, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002b, p 93 - 111

_____. Escola do Tempo. Cadernos de antropologia e imagem, Rio de Janeiro, v. 19, p. 96-99, 2004.

_____. Em Busca do Tempo de Aprender. Cadernos CENPEC, nº 2 , p. 91 a 101, 2006

_____. Tempo de Escola e a Qualidade na Educação Pública. Revista Educação e Sociedade, CEDES, nº 100 : 1 – 12, 2007.

COELHO, L. M. C. Escola Pública de Horário Integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental, 1995<www.educacaoonline.pro.br/escola_publica>. Acesso em 15/07/08.

_____. Educação Integral: Concepções e práticas na Educação Fundamental. <www.unirio.br/cch/neephi/arquivos>(s/d). Acesso em 25/03/07.

FARIA FILHO, L.M. e VIDAL, D. G. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola primária no Brasil. RBDE: 2000 nº 14. <www.anped.org.br/rebedigital/RBDE14> Acesso em 23/05/07

GONÇALVES, A. S. e PETRIS, L. Escola de Tempo Integral – A construção de uma proposta. Publicação elaborada para a secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), CENP, p. 1 – 33, 2006. <www.nexusassessoria.com.br> Acesso 15/07/08.

GOMES, C. A. A Escola de Qualidade para Todos: Abrindo as camadas da Cebola. Revista Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação. Rio de janeiro, v. 13, p. 281-306, jul/set, 2005

HINGEL, M. *O Pronaica – proposta, destruição e ressurreição.* In: Cavaliere, A. M. & Coelho, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002, p 63 – 82.

MAURÍCIO, L. V. Escola Pública De Horário Integral: O Que Se Lê, O Que Se Vê <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/luciavelloso mauricio.rtf>(s/d). Acesso em 15/07/08

MIGNOT, A. C. V. *Entre aplausos e críticas: a escola pública de tempo integral*. In: Rogério Fernandes; Ana Chrystina Venancio Mignot. (Org.). O tempo na escola. 1 ed. Porto: Profedições, 2008, v. 1, p. 75-97.

SOARES, S. e SÁTYRO, N. O Impacto da Infra-Estrutura Escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

NOVAES, D. M. e SILVA, R. J. V. *Educação, memória e utopias: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's)*. VII Congresso LUSO BRASILEIRO de História da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação / Universidade do Porto. Cultura Escolar Migrações e Cidadania - EIXO 7 – Políticas educativas e cidadania, 2008. < web.letras.up.pt/pdf> Acesso em : 25 abr.2009.

Projeto Brasil. Programa de Governo do PDT, s/d, <http://pdt12.locaweb.com.Br>, acesso em 15/08/08.

Documentos legais:

REGIMENTO ESCOLAR: proposta para discussão. Governo Leonel Brizola. Secretaria de Estado de Educação. Departamento de Educação

LDBEN 9394/96 – Governo Federal, 1996. <www.mec.gov.br> Acesso em 29/07/2008.

LEI nº 11.494/2007 – Governo Federal, 2007. <www.mec.gov.br> Acesso em 29/07/2008.

Decreto nº 6.253 – Governo Federal, 2007. <www.mec.gov.br> Acesso em 25/05/2009.

Nota Técnica nº 01/2009 – Ministério da Educação e Cultura, 2009. <www.mec.gov.br> Acesso em 20/08/2009.

Resolução SME nº 340 de 30/03/1989- www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 352 de 27/07/1989 - www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 361 de 12/ 12/1989 -www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 362 de 13/12/1989 - www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 418 de 26/03/1991 - www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 468 de 12/11/1992 - www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico

Resolução SME nº 484 de 26/03/1993 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 487 de 26/03/1993 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 498 de 21/07/1993 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 514 de 17/12/1993 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 515 de 20/12/1993 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 521 de 01/02/1994 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução “P” nº 534 de 05/05/1994 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

DECRETO MUNICIPAL nº 13.964 de 14/06/1995 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

LEI MUNICIPAL nº 2619 de 16/01/1998 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

DECRETO MUNICIPAL nº 20.790 de 23/11/2001 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 718/01 de 03/12/2001 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 0772 de 27/02/2003 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Resolução SME nº 0823 de 02/03/2004 - [www.rio.rj.gov.br/sme/centro arquivístico](http://www.rio.rj.gov.br/sme/centro_arquivistico)

Dissertação de Mestrado:

ARAÚJO, T. R.(2008) Que Tempo Temos? Estudo Sobre A Organização do trabalho Docente e o Tempo Escolar, UNIRIO. [Dissertação de Mestrado]

ANEXOS

Anexo 01 – Questionário	136
Anexo 02 - Resolução SME nº 340 de 30/03/1989	139
Anexo 03- Resolução SME nº 352 de 27/07/1989	141
Anexo 04 - Resolução SME nº 361 de 12/ 12/1989	143
Anexo 05- Resolução SME nº 362 de 13/12/1989	145
Anexo 06 - Resolução SME nº 418 de 26/03/1991	149
Anexo 07 - Resolução SME nº 468 de 12/11/1992	155
Anexo 08 - Resolução SME nº 484 de 26/03/1993	157
Anexo 09 - Resolução SME nº 487 de 26/03/1993	158
Anexo 10 - Resolução SME nº 498 de 21/07/1993	160
Anexo 11 -Resolução SME nº 514 de 17/12/1993	161
Anexo 12 – Resolução SME nº 521 de 01/02/1994	163
Anexo 13 - Resolução SME nº 515 de 20/12/1993	164
Anexo 14 - Resolução “P” nº 534 de 05/05/1994	167
Anexo 15 - DECRETO MUNICIPAL nº 13.964 de 14/06/1995	174
Anexo 16 - LEI MUNICIPAL nº 2619 de 16/01/1998	175
Anexo 17 - DECRETO MUNICIPAL nº 20.790 de 23/11/2001	180
Anexo 18 - Resolução SME nº 0772 de 27/02/2003	182
Anexo 19 - Resolução SME nº 0823 de 02/03/2004	187
Anexo 20 – Grade Curricular do CIEP Marechal Henrique Teixeira Lott	192

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL:
UM ESTUDO NOS CIEPS DA 8ª. CREMUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Prezado Diretor:

Sou Fátima Cristina Gonçalves de Moraes, mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Diretora do Ciep 08.33.201 Frei Veloso.

Meu tema de pesquisa é a Organização do Tempo nos CIEPs da 8ª. CRE que pretendo desenvolver para evidenciar nosso trabalho à frente de uma Escola Municipal que funciona em tempo integral. Nesse sentido, venho solicitar-lhe o preenchimento do instrumento que se segue, visando o aprofundamento deste estudo.

Assim que estiver terminado, os resultados serão informados primeiramente V. Sª., antes de torná-los público.

Agradecendo desde já sua colaboração,

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOBRE
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NOS CIEPS DA 8ª. CRE

1 – CIEP: _____

2 - Colaborador: _____

3- Função: _____

4 - Quando este CIEP iniciou suas atividades, você já fazia parte de sua equipe?

() sim. Em que função? _____

() não

5 – O CIEP funcionava em tempo integral? Como se organizava esse tempo, para alunos e professores, na época da implantação do CIEP?

6 – Da época de sua implantação, até os dias de hoje, houve mudanças na organização do tempo neste CIEP? () sim () não

Em caso afirmativo, quais foram essas mudanças?

7 - Em que período aconteceram estas mudanças na organização?

8 – As mudanças destacadas por você influenciaram na rotina da escola?

()sim ()não

Em caso afirmativo, justifique sua resposta.

9 – a partir dessas mudanças, em sua visão, quais foram as reações:

(a) dos alunos, em geral:

(b) dos professores, em geral:

(c) da comunidade, em geral:

10 – Hoje em dia, como se organiza o tempo neste CIEP:

(a) em relação ao tempo integral para todas as turmas;

(b) em relação ao tempo do professor:

(c) em relação às atividades existentes para os alunos:

11- Com a atual organização do tempo neste CIEP, em sua visão, qual a avaliação:
(a) dos alunos, em geral:

(b) dos professores e demais funcionários, em geral:

(c) da comunidade, em geral:

12 – Em sua avaliação, a atual organização do tempo neste CIEP avançou ou retrocedeu em relação à organização anterior? Justifique sua resposta.

Mais uma vez agradeço a colaboração com a pesquisa.

Abraços,

Fátima Cristina Gonçalves de Moraes



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Resolução SME nº 340 de 30 de março de 19 89

CRIA GRUPOS DE TRABALHO OBJETIVAN
DO REAVALIAR E RESGATAR AS PROPOS
TAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NO
PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação em vigor, e considerando:

- a necessidade imperiosa de retomar a diretriz bási
do Programa Especial de Educação que é a dignifica
ção da Escola Pública;
- que os CIEPs proporcionam a seus alunos, em horário
integral, múltiplas atividades, complementando o
trabalho das salas de aula com recreação, esportes
e atividades culturais;
- que o Programa de Educação Juvenil estruturado nos
CIEPs, não pretende apenas deflagrar um processo de
alfabetização, mas formar, entre os jovens, uma cons
ciência crítica do mundo e da sociedade;
- a necessidade de revitalizar o atendimento à popu
lação pré-escolar, através do funcionamento das Ca
sas da Criança, em horário integral, assegurando-lhe
atividades educativas de modo a habilitá-la a obter
êxito no processo de alfabetização;

Art. 2º - Caberá aos Grupos de Trabalho nortear todos aqueles envolvidos no processo, no sentido de buscar, preservar, ressaltar e valorizar a cultura e a vivência do aluno, conduzindo-o ao domínio de informações mais amplas.

Art. 3º - Caberá aos Grupos de Trabalho, subsidiar através de instrumentos básicos e necessários, a viabilidade das referidas Propostas.

Art. 4º - Caberá, ainda, aos Grupos de Trabalho, o levantamento e análise de dados, dos projetos e atividades abaixo-relacionadas, objetivando o fortalecimento e melhor encaminhamento das Propostas Pedagógicas no programa Especial de Educação. São a saber:

- Replanejamento dos CIEPs de 5ª a 8ª séries;
- Dinamização das Casas da Criança;
- Recuperação do Programa de Educação Juvenil;
- Promoção e Divulgação da Animação Cultural;
- Utilização Intensiva da Técnica do Estudo Dirigido;
- Imortância da contribuição oferecida pelas Salas de Leitura/Vídeo.

Art. 5º - Os Grupos de Trabalho criados pela presente Resolução, serão coordenados por LAURINDA BARBOSA FÉLIX DE OLIVEIRA, Professor I, matrícula 10/001.481-1.

Art. 6º - Caberá ao responsável por cada Grupo de Trabalho, apresentar relatório conclusivo, ao Coordenador, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 7º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1989.

Mariléa da Cruz
MARILÉA DA CRUZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Resolução SME nº ³⁵¹351 de 27 de JULHO de 19 89.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE PESSOAL NOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, UNIDADES ESCOLARES DE HORÁRIO INTEGRAL, ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JUVENIL TIA CIATA E ESCOLA MUNICIPAL DARCY VARGAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação em vigor, e considerando:

- a necessidade de melhor dispor os professores que possuem relevante interesse em desenvolver as ações adotadas para o alcance de metas fundamentais de educação traçadas por estes órgãos; e,
- a necessidade de definir a lotação dos professores envolvidos neste processo,

RESOLVE

Art. 1º - A lotação dos professores nos Centros Integrados de Educação Pública, nas Unidades Escolares de Horário Integral, na Escola Municipal de Educação Juvenil Tia Ciata, e na Escola Municipal Darcy Vargas, para exercício a partir do ano de 1990, far-se-á mediante remoção, por efeito de requisição, solicitada pelo Dirigente do órgão.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Educação julgar da conveniência de atender, ou não, ao solicitado.

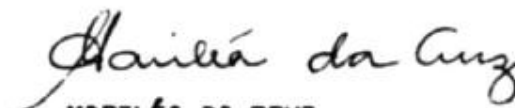
Art. 2º - O professor cuja requisição for aprovada deverá exercer suas atividades no mesmo órgão pelo período de um ano letivo, no mínimo.

Art. 3º - Cessada a requisição, caberá ao Dirigente do órgão apresentar o professor à Diretoria de Administração.

§ 1º - O professor que já tenha definida sua lotação definitiva retornará ao seu Distrito de Educação e Cultura de origem.

§ 2º - O professor cuja primeira lotação tenha ocorrido em data posterior a 01/01/86, será lotado definitivamente nos Distritos de Educação e Cultura, observadas as vagas existentes e obedecida a classificação de pontos.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



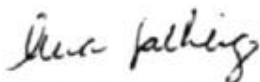
MARILÉA DA CRUZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

APOSTILA RETIFICATÓRIA

Retifica, no presente Ato, o nº da Resolução, em tela, para 352 de 27 de julho de 1989.

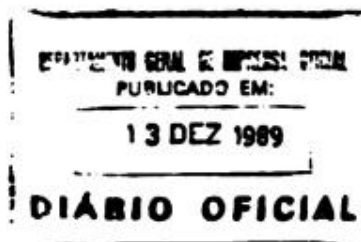
Em 08/08/89



D.O.RIO de 09-08-1989 p.013



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Resolução SME nº 361 de 12 de dezembro de 1989.

ESTABELECE NORMAS PARA A MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL PARA EXERCÍCIO NOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, NO ANO DE 1990.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando a necessidade de adequar a distribuição de servidores para o bom funcionamento pedagógico-administrativo dos Centros Integrados de Educação Pública,

RESOLVE:

Art. 1º - A permanência de servidores para exercício nos Centros Integrados de Educação Pública de origem, no ano de 1990, obedecerá os seguintes critérios:

- . tempo de serviço no Centro Integrado;
- . tempo de serviço em Unidade Escolar de Horário Integral;
- . tempo de serviço no Serviço Público Municipal;
- . número de pontos de chegada no Centro Integrado;
- . assiduidade.

Art. 2º - Caberá à Diretoria de Administração listar e re-manejar os servidores excedentes nos Centros Integrados de Educação Pública da mesma jurisdição seguindo os critérios abaixo:

- . tempo de serviço na jurisdição do Distrito de Educação e Cultura;
- . tempo de serviço em Unidade Escolar de Horário Integral;
- . número de pontos de chegada na jurisdição do Distrito de Educação e Cultura;
- . assiduidade.

Art. 3º - Caberá à Diretoria de Administração encaminhar para outro Centro Integrado de Educação Pública da mesma Circunscrição, onde houver vaga, os servidores excedentes na sua jurisdição.

§ 1º - Os servidores de um Centro Integrado de Educação Pública, poderão ser remanejados para Centros Integrados de outra Circunscrição, onde houver vaga.

§ 2º - Para efeito desta resolução considerar-se-á o Centro Integrado de Educação Pública dentro das áreas de jurisdição e Circunscrição dos Distritos de Educação e Cultura onde se localizam.

Art. 4º - Após as providências previstas no artigo anterior e seus parágrafos os servidores ainda excedentes retornarão aos seus Distritos de Educação e Cultura de origem e terão o tratamento dos servidores excedentes de Unidades Escolares, regidos pela Resolução nº 360 de 12 de dezembro de 1989.

Art. 5º - Após o remanejamento de que trata a presente resolução o preenchimento de vagas nos Centros Integrados de Educação Pública se fará mediante requisição guardada a seguinte disposição de prioridades:

- I - servidores da mesma Circunscrição do CIEP;
- II - servidores com experiência em regime de horário integral;
- III - servidores detentores de duas matrículas, já em exercício no CIEP com uma das matrículas;
- IV - servidores detentores de duas matrículas para atuação exclusiva no CIEP.

Parágrafo Único - Serão consideradas vagas, para os servidores detentores de apenas uma matrícula, o correspondente ao número de turmas sem atendimento, no CIEP.

Art. 6º - As requisições, após autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação terão o prazo mínimo de 1 (um) ano letivo.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


 MARILÉA DA CRUZ
 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(*) Resolução SME nº 362 de 13 de dezembro de 1989.

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO
DOS CENTROS INTEGRADOS DE
EDUCAÇÃO PÚBLICA.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando a necessidade de redefinição do quadro de servidores necessários ao cumprimento do Programa Especial de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispor sobre a organização dos Centros Integrados de Educação Pública.

Art. 2º - Os Centros Integrados de Educação Pública, contarão, na área técnico-administrativo-pedagógica, com a seguinte Equipe:

- Da Equipe de Direção:

I - Diretor

01 (um) Diretor

II - Diretor-Adjunto

03 (três) Diretores-Adjuntos

Art. 3º - A área pedagógica constituir-se-á das seguintes Equipes:

- Da Equipe Coordenadora

I - Orientadores

03 (três) Professores II Orientadores, para os Centros Integrados de Educação Pública, de CA`a 4ª série.

II - Coordenador de Língua Portuguesa

01 (um) Professor I, de Língua Portuguesa, para turmas de 5ª série.

01 (um) Professor I, de Língua Portuguesa, para turmas de 6ª a 8ª série.

III - Coordenador de História e Geografia

01 (um) Professor I, de História, ou de Geografia, para os Centros Integrados de Educação Pública de 5ª a 8ª série.

IV - Coordenador de Matemática, e Ciências Físicas e Biológicas

01 (um) Professor I, de Matemática, ou de Ciências, para os Centros Integrados de Educação Pública de 5ª a 8ª série.

V - Coordenador de Educação Artística e Educação Física

01 (um) Professor I, de Educação Artística, ou de Educação Física para os Centros Integrados de Educação Pública de 5ª a 8ª série.

VI - Coordenador de Sala de Leitura

01 (um) Professor Coordenador de Sala de Leitura, para os Centros Integrados de Educação Pública, de CA`a 4ª série.

01 (um) Professor I Coordenador de Sala de Leitura, preferencialmente, de Língua Portuguesa, para os Centros Integrados de Educação Pública, de 5ª a 8ª série.

VII - Orientador de Educação Juvenil

01 (um) Professor Orientador de Educação Juvenil

VIII - Coordenador de Animação Cultural

01 (um) Coordenador de Animação Cultural.

IX - Responsável pelos alunos residentes

01 (um) Professor, ou 01 (um) Assistente Social, para os Centros Integrados de Educação Pública onde houver alunos residentes

- Da Equipe Docente

I - de CA à 4^a série:

40 (quarenta) Professores II, para regência de turmas;

08 (oito) Professores II e/ou Professor I, para regência de turma;

16 (dezesseis) Professores II, para regência de grupos de Educação Juvenil;

04 (quatro) Professores para Sala de Leitura;

02 (dois) Professores I, de Educação Física, para a Educação Juvenil.

II - de 5^a à 8^a série:

10 (dez) Professores I, de Língua Portuguesa;

05 (cinco) Professores I, de Língua Portuguesa, para Sala de Leitura;

03 (três) Professores I, de Educação Artística;

06 (seis) Professores I, de Educação Física;

03 (três) Professores I, de Língua Estrangeira;

06 (seis) Professores I, de História;

04 (quatro) Professores I, de Geografia;

08 (oito) Professores I, de Matemática;

04 (quatro) Professores I, de Ciências Físicas e Biológicas;

16 (dezesseis) Professores II, para a Educação Juvenil;

02 (dois) Professores I, de Educação Física, para a Educação Juvenil.

§ 1º - Os professores que compõem a Equipe Coordenadora referida no "caput" deste artigo não regerão turma e serão responsáveis pela articulação entre as Atividades de Salas de Aula, Atividades Integradas, e Oficinas.

§ 2º - Caberá aos professores regentes, escolherem os professores Orientadores, referidos no item I, da Equipe Coordenadora.

VIII - Coordenador de Animação Cultural

01 (um) Coordenador de Animação Cultural.

IX - Responsável pelos alunos residentes

01 (um) Professor, ou 01 (um) Assistente Social, para os Centros Integrados de Educação Pública onde houver alunos residentes

- Da Equipe Docente

I - de CA à 4^a série:

40 (quarenta) Professores II, para regência de turmas;

08 (oito) Professores II e/ou Professor I, para regência de turma;

16 (dezesseis) Professores II, para regência de grupos de Educação Juvenil;

04 (quatro) Professores para Sala de Leitura;

02 (dois) Professores I, de Educação Física, para a Educação Juvenil.

II - de 5^a à 8^a série:

10 (dez) Professores I, de Língua Portuguesa;

05 (cinco) Professores I, de Língua Portuguesa, para Sala de Leitura;

03 (três) Professores I, de Educação Artística;

06 (seis) Professores I, de Educação Física;

03 (três) Professores I, de Língua Estrangeira;

06 (seis) Professores I, de História;

04 (quatro) Professores I, de Geografia;

08 (oito) Professores I, de Matemática;

04 (quatro) Professores I, de Ciências Físicas e Biológicas;

16 (dezesseis) Professores II, para a Educação Juvenil;

02 (dois) Professores I, de Educação Física, para a Educação Juvenil.

§ 1º - Os professores que compõem a Equipe Coordenadora referida no "caput" deste artigo não regerão turma e serão responsáveis pela articulação entre as Atividades de Salas de Aula, Atividades Integradas, e Oficinas.

§ 2º - Caberá aos professores regentes, escolherem os professores Orientadores, referidos no item I, da Equipe Coordenadora.

§ 3º - Caberá os professores regentes, da disciplina de Língua Portuguesa, e das diversas áreas de atuação, escolherem os professores Coordenadores, referidos nos itens II, III, IV e V.

§ 4º - Caberá aos professores que atuam na Sala de Leitura escolherem os professores Coordenadores de Sala de Leitura, referidos no item VI.

§ 5º - Caberá aos professores regentes do Projeto Educação Juvenil, escolherem o professor Orientador de Educação Juvenil, referido no item VII.

§ 6º - Caberá aos Animadores Culturais, escolherem o Coordenador de Animação Cultural, referido no item VIII.

§ 7º - Caberá à Direção do Centro Integrado de Educação Pública escolher o Professor ou Assistente Social Responsável pelos Alunos Residentes, referido no item IX.

Art. 4º - A escolha dos professores Orientadores e professores Coordenadores far-se-á mediante critérios a serem estabelecidos em resolução a ser baixada posteriormente.

Art. 5º - A duração do exercício das atividades da Equipe Coordenadora, referida no art. 3º da presente Resolução será pelo período de 1 (um) ano, permitida a prorrogação por mais 1 (um) único período.

Art. 6º - A área de apoio administrativo constituir-se-á da seguinte Equipe:

- Da Equipe de Apoio Administrativo:

01 (um) Chefe de Seção, da Seção de Apoio Administrativo;

04 (quatro) Coordenadores de Turno;

01 (um) Coordenador de Turno, para a Educação Juvenil;

02 (dois) Encarregados de Encargos Escolares;

08 (oito) Inspectores de Alunos;

03 (três) Agentes Auxiliares de Administração;

02 (dois) Datilógrafos;

01 (um) Agente de Material;

02 (duas) Zeladoras;

10 (dez) Merendeiras;

12 (doze) Serventes;

02 (dois) Agentes de Vigilância.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1989.

MARILÊA DA CRUZ

(*)/Republicado no D.O.RIO de 02-01-1990 p.003, por ter saído com incorreções no D.O.RIO de 14-12-1989 p.017./

Resolução SME nº 418 de 26 de março de 1991.

ESTABELECE CRITÉRIOS E DELEGA COMPETÊNCIA AOS DIRETORES DE E/CDEC/DECS, CIEPs E CASAS DA CRIANÇA PARA SELECIONAREM PESSOAL DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

- Considerando a necessidade de pessoal de apoio para os E/CDEC/DECS, CIEPs e Casas da Criança;
- Considerando a urgência no preenchimento das funções de excepcional interesse público;
- Considerando que a falta acarreta prejuízos no desenvolvimento técnico-pedagógico do Programa Especial de Educação e nos demais estabelecimentos mencionados;
- Considerando que os selecionados estarão automaticamente inscritos no concurso a ser realizado pela Prefeitura.

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência aos diretores dos Distritos de Educação e Cultura, Centros Integrados de Educação Pública e Casas da Criança para selecionarem pessoal de apoio para prestação de serviço.

Art. 2º - Só haverá seleção nos locais onde há excepcional interesse público nos serviços, nos quantitativos estabelecidos nos anexos.

Art. 3º - Só deverão ser selecionados os candidatos que preencherem os requisitos estabelecidos, nesta Resolução, para servente, merendeira, inspetor de aluno e agente administrativo.

DA INSCRIÇÃO

Art. 4º - As inscrições para a seleção serão abertas de 1º a 10/04/91, no horário das 9 às 16 horas.

Art. 5º - Os interessados deverão procurar os locais onde efetuarão a inscrição, ficando desde logo vedada a inscrição em mais de um local ou serviço, o que tornará nula a seleção do candidato.

Art. 6º - No ato da inscrição, serão exigidos a apresentação de documentos oficiais e o preenchimento do requerimento pelo próprio candidato, não sendo permitida a inscrição por procuração ou outro meio.

Art. 7º - São condições para inscrição e seleção:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter no mínimo 18 anos completos e, no máximo, 50 anos completos no dia da inscrição;

III - para as funções de servente e merendeira, de declaração de escolaridade de 4ª série do 1º grau, e de 1º grau completo, para inspetor de aluno e agente administrativo, sendo vedada a inscrição de candidato que não apresentar a escolaridade exigida;

a) não será considerada, para a seleção, escolaridade de maior que a exigida pela Administração, não cabendo recurso.

IV - apresentação de atestado médico, na forma da declaração em anexo, comprovando aptidão física e mental para o desempenho dos serviços a serem prestados;

V - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

VI - prova de residência próxima ao local de inscrição, comprovada por documentos, sendo condição necessária para a seleção.

DO SERVIÇO

Art. 8º - Os selecionados para a prestação dos serviços referidos no Art. 3º desta Resolução não poderão desempenhar tarefa diferente daquela para a qual foram selecionados.

Art. 9º - Ao Agente Administrativo caberá:

estudar e informar processos simples, dentro de orientação geral, bem como conferir, verificar, anotar e informar expedientes;

- . redigir expedientes sumários, tais como: cartas, officios, mamorandos;
- . receber, conferir e fichar o expediente pertinente à repartição, bem como providenciar sua distribuição e expedição;
- . executar, se necessário, serviços datilo gráficos simples;
- . executar serviços de cadastro, fichário e arquivo, mantendo-os atualizados;
- . cuidar da documentação da repartição, controlando as publicações nos órgãos oficiais, colecionando-as de acordo com determinação superior;
- . fornecer dados estatísticos;
- . executar outras tarefas semelhantes.

Art. 102 - Ao Inspetor de Aluno caberá:

- . inspecionar alunos em todas dependências do Estabelecimento de Ensino, assistindo-os, fiscalizando-os e orientando-os;
- . registrar, no livro próprio, as ocorrências disciplinares dos alunos;
- . comunicar à autoridade superior as ocorrências que exigirem providências imediatas;
- . atender à solicitação de Professores e alunos;
- . receber e transmitir recados, dentro de suas atribuições;
- . colaborar na organização de solenidades escolares;
- . acompanhar os alunos à entrada e à saída das aulas e do estabelecimento;
- . fiscalizar as atividades recreativas dos alunos, no período do recreio;
- . fiscalizar o trânsito de pessoas estranhas no recinto escolar;
- . providenciar os toques de silêncio, de despertar, de entrada e saída dos alunos das aulas e dos refeitórios;
- . executar outras tarefas semelhantes.

- Art. 11 - Ao Servante caberá:
- . lavar e limpar cômodos, pátio, terracos e demais dependências de edifícios;
 - . varrer, raspar e encerar assoalhos;
 - . lavar ladrilhos, azulejos, pisos, galerias e vidraças;
 - . manter a limpeza de instalações sanitárias;
 - . remover lixos e detritos;
 - . preparar e servir café;
 - . substituir fusíveis, lâmpadas queimadas etc;
 - . remover, transportar e arrumar móveis, máquinas e materiais;
 - . guardar e arrumar objetos;
 - . transportar pequenas encomendas e transmitir recados;
 - . executar outras tarefas semelhantes.

- Art. 12 - À Merendeira caberá:
- . confeccionar e servir merenda e outros alimentos;
 - . zelar pelos mantimentos, quanto à sua segurança, higiene e conservação;
 - . conservar a limpeza do refeitório, da cozinha e dos utensílios;
 - . controlar o total de merendas distribuídas;
 - . pesar e medir os ingredientes para a confecção da merenda ou de outros alimentos.
- executar outras tarefas semelhantes.

Parágrafo Único: Na seleção dos candidatos à merendeira terão prioridade aqueles que tiverem participado no último concurso.

- Art. 13 - O horário de trabalho a ser cumprido pelo pessoal selecionado obedecerá aos critérios da direção do estabelecimento onde prestarão serviços, estando sujeito à escala de plantão, sempre que se fizer necessário e solicitado.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 14 - A prestação de falsa declaração, ou de declaração inexata de qualquer condição, importa na nulidade da inscrição, da seleção e perda dos direitos decorrentes, a qualquer época, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade da declaração.
- Art. 15 - As Direções dos E/CDEC/DECs, dos CIEPs e das Casas da Criança deverão encaminhar, em 3 vias, a lista dos candidatos selecionados, até o dia 10/04/91, à Diretoria de Administração, sendo passíveis das penalidades previstas em Lei, por qualquer descumprimento dos critérios estabelecidos nesta Resolução.
- Art. 16 - Os candidatos selecionados prestarão serviço a partir de 15/04, nos locais de inscrição, salvo os selecionados pelo E/CDEC/DEC, que serão designados para as unidades escolares de horário parcial, obedecendo ao disposto no inciso VI do art. 7º.
- Art. 17 - As inscrições serão feitas nos próprios locais onde os candidatos selecionados prestarão serviços, exceto para as escolas de horário parcial, que serão no E/CDEC/DEC.
- Art. 18 - A prestação de serviço de que trata esta Resolução terá natureza administrativa e eventual, não gerando vínculo de qualquer espécie com o serviço público municipal.
- Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Titular desta Secretaria.
- Art. 20 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1991.

MARILÉA DA CRUZ

RETIFICAÇÃO

D.O.nº 012 de 03/05/91

Resolução SME nº 418 de 26 de março de 1991.

Páginas 34 e 35 - 2ª e 3ª colunas

Onde se lê: AGENTE ADMINISTRATIVO

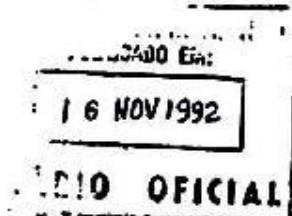
Leia-se: AGENTE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

D.O.RIO de 05-04-1991 p.010



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução SME nº 468 de 12 de novembro de 1992.



DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DOS PROFESSORES ADMITIDOS NO ANO DE 1992 PARA ATUAR EM REGIME DE 30/40h SEMANAIS, POR FORÇA DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando a necessidade de adequar a lotação destes servidores às atividades das Unidades Escolares, buscando a melhoria do atendimento,

RESOLVE

Art. 1º - Os professores, a serem admitidos, para atuar nos regimes de 30/40h deverão exercer funções de regência de turma.

Art. 2º - A carga horária semanal compreenderá:

Professor I e II - 40 horas semanais, sendo 32 horas em atividades de regência, e 8 horas para atividades pedagógicas extra classe, excluído o horário de almoço.

Professor I - 30 horas semanais, sendo 24 horas em atividades de regência, e 6 horas para atividades pedagógicas, excluído o horário de almoço.

Art. 3º - Os professores serão lotados, em caráter definitivo, nos Distritos de Educação e Cultu

ra respeitados o número de vagas oferecidas e a ordem de classificação no concurso.

Art. 49 - Caberá aos Distritos de Educação e Cultura designar, em caráter provisório, o professor para a Unidade Escolar que apresentar carência do profissional.

§ Único - A designação referida no caput deste artigo terá validade até o final do ano letivo em curso, e deverá priorizar:

- Unidades Escolares de Horário Integral;
- Unidades Escolares que apresentam turmas de 8ª série sem atendimento;
- demais Unidades Escolares que apresentam turmas sem atendimento.

Art. 59 - Caberá aos Distritos de Educação e Cultura após o planejamento/93 das Unidades Escolares providenciar, em caráter definitivo, a lotação desses professores, de acordo com as necessidades detectadas, informando à E/DAD a situação funcional dos mesmos.

Art. 69 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1992.


MARIA DE LOURDES TAVARES HENRIQUES
Secretária Municipal de Educação



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução "SME" nº 484 de 26 de março de 1993



Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho que apontará soluções relativas aos assuntos nela relacionados.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação em vigor, e considerando a necessidade de definir e solucionar questões relativas à:

- ocupação dos prédios das escolas;
- transferências dos CIEPs do Estado para o Município;
- Programa de Educação Juvenil (PEJ).

RESOLVE

Art. 1º - Criar o Grupo de Trabalho para no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação, apresentar relatório e apontar soluções.

Art. 2º - Designar para compor o Grupo de Trabalho os seguintes servidores sob a coordenação do primeiro:

José Livieto de Medeiros	- Matr. 51/160750-6
Augusta Silva Tavares de Souza	- Matr. 12/012968-4
Fátima Maria Guasperazo	- Matr. 12/105262-0
Luiza Dantas Vaz	- Matr. 60/001850-7
Maria Rita Passeri Salomão	- Matr. 51/161084-9
Marisa Falcão Vieira	- Matr. 11/161084-9
Prisce Maria Frota Salles Torres Barbosa	- Matr. 11/141744-3
Vania Fonseca Maia	- Matr. 10/109732-9
Marília Lira Zananiri Lopes	- Matr. 12/004491-7

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1993.

Regina A. de Assis
REGINA ALCANTARA DE ASSIS
Secretária Municipal de Educação



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução "SME" nº 487 de 26 de março de 1993.



Dispõe sobre o remanejamento de servidores excedentes nos Centros Integrados de Educação Pública, Complexos Educacionais e Escolas de Horário Integral e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando a falta de professores em salas de aula e pessoal de apoio para atender a demanda da rede de ensino municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Os Diretores dos Distritos de Educação e Cultura deverão conferir o quantitativo de pessoal dos Centros Integrados de Educação Pública, Complexos Educacionais e/ou Escolas de Horário Integral sob sua jurisdição, de acordo com o que determina a Resolução SME nº 477 de 30 de novembro de 1992 e o quantitativo de alunos de cada uma dessas unidades escolares, conforme o estabelecido pela Portaria 38/92, alterada pela Portaria 3/93/DGE.

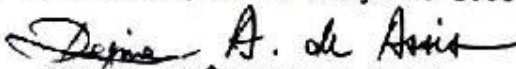
Art. 2º - Os professores considerados excedentes deverão ser remanejados de forma a suprir a falta de docentes em sala de aula nas unidades escolares do mesmo E/DEC.

Art. 3º - Os servidores das demais categorias funcionais, considerados excedentes, serão também remanejados quando houver necessidade de preencher vagas existentes em outras unidades escolares do respectivo E/DEC.

Art. 4º - Os Diretores dos Distritos de Educação e Cultura, deverão encaminhar para a Diretoria de Administração da SME, até 05 de abril de 1993, a relação de servidores de cada Centro Integrado de Educação Pública, Complexo Educacional e Escola de Horário Integral que tenham sido considerados excedentes e a escola onde exercerão suas atividades a partir de 05 de abril de 1993.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1993.



REGINA ALCÂNTARA DE ASSIS

Secretária Municipal de Educação

Atos da Secretária

RESOLUÇÃO SME Nº 498 DE 21 DE julho DE 1993

ALTERA, EM CARÁTER EXPERIMENTAL, O REGIME DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA SITUADOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO E- 22º DEC.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e,

CONSIDERANDO que a demanda da população escolarizável, na área de abrangência do E-22º DEC tem sofrido um grande aumento;

CONSIDERANDO a grande extensão deste E/DEC;

CONSIDERANDO que crianças, de menor faixa etária, são obrigadas a grandes deslocamentos para frequentar as escolas da região, apesar de residirem próximas aos CIEPs localizados neste E/DEC;

CONSIDERANDO que estes CIEPs, por funcionarem em turno unico, oferecem um numero reduzido de vagas.

DETERMINA:

Art. 1º - Fica implantado, em caráter experimental, o uso alternativo do horário nos Centros Integrados de Educação Pública do E-22º DEC.

Art. 2º - Os CIEPs localizados na área de abrangência deste E-22º DEC deverão oferecer dois regimes de matrícula: horário integral e horário parcial, para que os pais e responsáveis possam optar pelo regime que mais lhes convier e, também para dirimir os problemas decorrentes da movimentação desses alunos.

Art. 3º - O Departamento Geral de Ensino acompanhará a implementação desse regime de funcionamento avaliando o seu resultado.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução SMe nº 514 de 17 de dezembro de 1993

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR E REDEFINIR OS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E ESCOLAS DE HORÁRIO INTEGRAL.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º - Criar o Grupo de Trabalho para avaliar e redefinir o Projeto Pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública e Escolas de Horário Integral da Rede Pública Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Designar para compor o GT os servidores abaixo relacionados sob a coordenação do primeiro:

Francisco Brossard Corrêa de Mello

Matr.: 60/160561-7

Alfredo de Pires Flores

Matr.: 12/008550-6

Ana Chrystina Venancio Mignot

Matr.: 51/141762-5

Ana Lucia Trindade Cabeça
Matr.: 12/113445-1
Claudia Hernandez Barreiras
Matr.: 10/136424-9
Dayse Jaymes do Nascimento Beta
Matr.: 12/105967-4
Iza Locatelli
Matr.: 16/160776-1
Maria Elisa Marques Churro
Matr.: 11/043879-6
Reinaldo José de Aragão Barbosa
Matr.: 12/094957-8

Art. 3º - Estabelecer o dia 28 de janeiro como prazo para que o Grupo de Trabalho conclua os estudos.

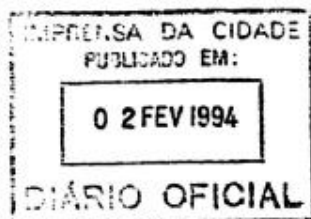
Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1993.


REGINA ALCANTARA DE ASSIS
Secretária Municipal de Educação

DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Resolução "SME" nº 521 de 01 de fevereiro de 1994



DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO
PRAZO DO GRUPO DE TRABALHO INS
TITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº
514 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1993
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela legislação em vigor,**

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 11 de março do cor -
rente ano o prazo para conclusão dos estudos efe -
tuados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Reso
lução nº 514 de 17 de dezembro de 1993, com o obje
tivo de avaliar e redefinir o Projeto Pedagógico '
dos Centros Integrados de Educação Pública e Esco
las de Horário Integral da Rede Pública Municipal
de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Designar as professoras LAUREANA
CONTE DE CARVALHO, Matrícula 12/062886-7 e ~~MARLY~~
NUNES DA SILVA CRUZ, Matrícula 12/017196-7 para
compor o GT em substituição às professoras ANA
LÚCIA TRINDADE CABEÇA, Matrícula 12/113445-1 e
DAYSE JAYMES DO NASCIMENTO BETA, Matrícula
12/105967-4.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 01 de *fevereiro* de 1994.

Regina de Assis
REGINA ALCÂNTARA DE ASSIS
Secretária Municipal de Educação



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução SME nº 515 de 20 de dezembro de 1993



ESTABELECE NORMAS PARA LOTAÇÃO DOS PROFESSORES ATUANDO EM CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, ESCOLAS DE HORÁRIO INTEGRAL, COMPLEXOS ESCOLARES E CASAS DA CRIANÇA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela legislação em vigor, e considerando:

- a necessidade de um procedimento único norteador da lotação do professor regente nas unidades Escolares da Rede Municipal;
- que o Centro Integrado de Educação Pública, as Escolas de Horário Integral, Complexo Escolar Municipal e a Casa da Criança são Unidades Escolares da Rede Municipal e, portanto, a lotação de seu professor regente obedecerá aos critérios adotados para o conjunto de escolas da rede.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspenso o mecanismo da requisição como forma de lotação do professor regente dos Centros Integrados de Educação Pública, das Escolas de Horário Integral, dos Complexos Escolares Municipais e Casas da Criança.

Art. 2º - A lotação de Professor regente nestas Unidades Escolares será feita, a partir da vigência desta Resolução, através de concurso de remoção.

Art. 3º - O professor regente que tenha lotação provisória deverá escolher lotação definitiva, onde exercerá suas atividades profissionais, logo após o término do Concurso de Remoção.

Parágrafo Único - O professor regente por efeito de requisição e que tenha mais de cinco anos de efetivo exercício no Município do Rio de Janeiro,

poderá optar por ter sua lotação definitiva na Unidade Escolar em que atua.

Art. 4º - O professor regente nessas Unidades Escolares com lotação definitiva, que possua mais de cinco anos de efetivo exercício no Município do Rio de Janeiro, poderá optar por ter sua lotação definitiva nessa Unidade Escolar.

Parágrafo Único - O professor de que trata o artigo 4º não poderá inscrever-se no Concurso de Remoção.

Art. 5º - O professor que não optar, nos termos do artigo 4º, retornará a origem.

Art. 6º - O professor regente, com lotação definitiva e que detenha menos de 5 anos de efetivo exercício no Município do Rio de Janeiro, deverá retornar à origem.

Art. 7º - As vagas para professor regente nessas Unidades Escolares serão incluídas no total de vagas existentes, em cada E/DEC, por ocasião da remoção.

Art. 8º - O professor regente de turma, com mais de cinco anos de efetivo exercício no Município do Rio de Janeiro, deverá preencher o impresso que constitui o Anexo da presente Resolução nos dias 20 e 21 de dezembro.

Parágrafo Único - Os impressos devidamente preenchidos, deverão ser encaminhados ao Departamento de Pessoal até 27 de dezembro de 1993.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Titular da Pasta.

Art. 10º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



REGINA ALCÂNTARA DE ASSIS

Secretária Municipal de Educação

ANEXO À RESOLUÇÃO SME Nº 515 DE 20/12/93

_____ nome _____
_____ cargo _____ matrícula _____ em exercício
no _____
UNIDADE ESCOLAR _____
_____ núcleo _____ vem

pelo presente manifestar seu desejo de:

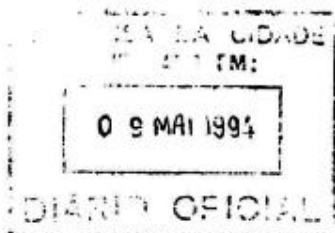
- () permanecer na Unidade Escolar onde atua (professores com mais de cinco anos de efetivo exercício)
- () retornar à origem.



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Resolução "P" nº 534 de 05 de maio de 1994

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS
UNIDADES ESCOLARES DO PROGRAMA
ESPECIAL DE EDUCAÇÃO COM ATEN-
DIMENTO AO 1º E/OU 2º SEGMENTO**



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando a necessidade de redefinição do quadro de servidores necessários ao cumprimento do Programa Especial de Educação,

RESOLVE

Art. 1º - Dispor sobre a organização das Unidades Escolares do Programa Especial de Educação (CIEPs e Escolas de Horário Integral) com atendimento ao 1º e/ou 2º segmento.

Art. 2º - Compor as Unidades Escolares do Programa Especial de Educação com as seguintes equipes:

I - Equipe Coordenadora

- a) - Equipe de Direção
- b) - Equipe de Orientadores e Coordenadores
- c) - Responsável por aluno residente

II - Equipe Docente

III - Equipe de Apoio Administrativo

Art. 3º - As unidades escolares do PEE com atendimento ao 1º segmento serão assim organizadas:

I - Equipe Coordenadora

a) - Equipe de Direção:

- . 01 (um) Diretor V
- . 03 (três) Diretores Adjuntos

b) - Equipe de Orientadores e Coordenadores

- . 01 (um) P II com carga horária de 22h e 30 min para cada 06 (seis) turmas em regime de horário integral, podendo perfazer um total de, no máximo, 03 (três) PII.

- . 01 (um) P II com carga horária de 22h e 30 min. onde funciona o PEJ.

- . 01 (um) Coordenador de Animação Cultural com carga horária de 40 h por unidade escolar.

c) - Responsável por Aluno Residente

- . 01 (um) Professor II com carga horária de 22h e 30 min. onde funciona o Projeto Aluno Residente.

II - Equipe Docente

- a) - Professores regentes de Núcleo Comum e Oficinas.

- 03 -

- . 02 (dois) P II carga horária de 22h e 30 min. ou 01 (um) P II com carga horária de 40 horas para cada turma que funcionar em regime de horário integral.

- b) - Professores regentes de Apoio às oficinas.
 - . 01 (um) PII com carga horária de 22h 30 min. para cada 5 (cinco) turmas que funcionarem em horário integral; podendo perfazer, no máximo, um total de 4 (quatro) professores.

- c) - Professor regente de Núcleo Comum para turmas que funcionarem em regime de horário parcial.
 - . 01 (um) P II com carga horária de 22h e 30min. para cada turma que funcionar em regime de horário parcial.

- d) - Professor regente de Sala de Leitura
 - . 01 (um) P II (carga horária 22h30min) ou 01(um) P I de Língua Portuguesa ou Língua Estrangeira com carga horária de 16h por unidade escolar.

- e) - Professor regente de Educação Física.
 - . 01 (um) PI de Educação Física com carga horária de 16h para cada 06 (seis) turmas que funcionarem em horário integral, podendo perfazer, no máximo, um total de 03 (três) PI de Educação Física.

f) - Professor regente de turma do Programa de Educação Juvenil.

- . 01 (um) PII com carga horária de 22h 30min para cada turma onde funciona o PEJ.

III - Equipe de Apoio Administrativo

- . 01 (um) Chefe II, da Seção de Apoio Administrativo
- . 01 (um) Chefe III, do Setor de Atividades Gerais.
- . 01 (um) Coordenador de turno para cada 07 (sete) turmas, com carga horária de 16h, podendo perfazer um total de, no máximo, 03 (três) Coordenadores de turno.
- . 02 (dois Encarregados de Encargos Escolares).
- . 01 (um) Inspetor de Alunos ou Agente Educador II para cada 04 (quatro) turmas.
- . 02 (dois) Agentes Auxiliares de Administração
- . 01 Datilógrafo
- . 01 (uma) Merendeira ou Copeira para cada 02 (duas) turmas
- . 12 (doze) serventes
- . 02 (dois Agentes de Vigilância)

Parágrafo Único - Caberá aos professores de apoio às Oficinas e aos professores de Educação Física, além de suas atribuições específicas assumir as turmas cujos regentes estejam em horário complementar, oferecendo aos alunos um trabalho articulado e integrado ao projeto pedagógico da escola.

Art. 4º - As Unidades Escolares PEE que funcionam com o 2º Segmento serão assim constituídas:

I - EQUIPE COORDENADORA

a) Equipe de Direção

- . 01 (um) Diretor V
- . 03 (três) Diretores Adjuntos

b) Equipe de Orientadores e Coordenadores de Área

- . 01 (um) Professor II, com carga horária de 22h 30min., como Orientador de Educação Juvenil onde funciona o PEJ.
- . 01 (um) Coordenador de Animação Cultural com carga horária de 40h por Unidade Escolar.
- . 01 (um) PI de L.P., 01 (um) PI de Matemática, 01 (um) PI de Ciências Físicas e Biológicas, 01 (um) P.I Geografia ou História, em exercício na escola com carga horária de 16 horas para Coordenar as áreas de Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais.

Parágrafo Único - Os Coordenadores de Área desempenharão suas atividades respeitando-se o seguinte horário:

- . 8h em regência de turma
- . 4h em atividades de Coordenação da Área
- . 4h em Centro de Estudos

c) - Responsável pelo aluno residente

- . 01 (um) PII com carga horária de 22h 30min. , onde funcionar o Projeto Aluno Residente.

II-EQUIPE DOCENTE

a) o quantitativo de professores das diferentes disciplinas, para atuação em regência de turma ' com aluno de horário integral e parcial e atividades de livre escolha para alunos de horário ' integral, será definido de acordo com o número de turmas da Unidade Escolar e a Grade Curricular.

b) Regente de Sala de Leitura

- . 01 (um) PI de Língua Portuguesa ou Língua Estrangeira com carga horária de 16 horas por Unidade' Escolar.

c) Regente de Turma do PEJ

- . 01 (um) P.II com carga horária de 22h 30min, por turma, onde funcionar o Programa de Educação Ju-venil.

III - EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVO

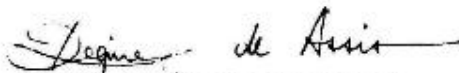
- . 01 (um) Chefe II da Seção de Apoio Administrativo
- . 01 (um) Chefe III do Setor de Atividades Gerais
- . 01 (um) Coordenador de Turno com carga horária' de 16h para cada 07 (sete) turmas, perfazendo um total de, no máximo 03 (três) Coordenadores de Turno.
- . 02 (dois) Encarregados de Encargos Escolares.

- . 01 (um) Inspetor de alunos ou Agente Educador II para cada 03 (três) turmas.
- . 02 (dois) Agentes Auxiliares de Administração
- . 01 (um) Datilógrafo
- . 01 (uma) Merendeira ou Copeira para cada duas turmas
- . 12 (doze) Serventes
- . 02 (dois) Agentes de Vigilância

Art. 5º - A escolha de orientadores, coordenadores e responsável por aluno residente caberá à Direção da Unidade Escolar do PEE.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 1994.



REGINA ALCÂNTARA DE ASSIS
Secretária Municipal de Educação

DECRETO N. 13.964 DE 14 DE JUNHO DE 1995

ALTERA A DENOMINAÇÃO DOS DISTRITOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a denominação de 10 (dez) Distritos de Educação e Cultura para 10 (dez) Coordenadorias Regionais de Educação.

Art. 2º - Os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas de Direção e Assessoramento dos órgãos compreendidos na faixa de código de:

0038 a 0045, 0102 a 0109, 0151 a 0158, 0210 a 0217, 0280 a 0287, 0328 a 0333, 0384 a 0391, 0450 a 0457, 0505 a 0512, 0564 a 0571, 0618 a 0623, 0658 a 0665, 0702 a 0709, 0767 a 0774, 0833 a 0840, 0870 a 0877, 0915 a 0922, 0967 a 0974, 1043 a 1050, 1090 a 1097, 1153 a 1160, 1216 a 1223, 1275 a 1282, 1338 a 1345

ficam alterados para:

1516 a 1520, 1521 a 1525, 1528 a 1530, 1531 a 1535, 1536 a 1540, 1541 a 1545, 1546 a 1550, 1551 a 1555, 1556 a 1560, 1561 a 1565, 07.0.0.0001.550.04, 07.0.0.0001.550.05, 07.0.0.0001.550.06, 07.0.0.0001.550.07, 07.0.0.0001.650.06, 07.0.0.0001.650.07, 07.0.0.0001.650.08, 07.0.0.0001.650.09, 07.0.0.0001.650.10, 07.0.0.0001.650.11, 07.0.0.0001.650.12, 07.0.0.0001.650.13, 07.0.0.0001.650.14, 07.0.0.0001.650.15, 07.0.0.0001.650.16, 07.0.0.0001.650.17, 07.0.0.0003.750.02, 07.0.0.0003.750.03, 07.0.0.0003.750.04, 07.0.0.0003.750.05, 07.0.0.0003.750.06, 07.0.0.0003.750.07, 07.0.0.0003.750.08, 07.0.0.0003.750.09, 07.0.0.0003.750.10, 07.0.0.0003.951.01, 07.0.0.0003.951.02, 07.0.0.0003.951.03, 07.0.0.0003.951.04, 07.0.0.0003.951.05, 07.0.0.0003.951.06 e 07.0.0.0003.951.07,

Art. 3º - O reposicionamento das Unidades Escolares será feito por ato da Secretária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - As informações constantes deste Decreto serão inseridas no Manual de Organização-Rio, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1995, 431ª de Fundação da Cidade

CESAR MAIA

Secretaria de Educação

Espécie: LEI MUNICIPAL

Sigla:

Número: 2619

Data: 16-01-1998

Ementa

Dispõe sobre a estrutura organizacional, pedagógica e administrativa da Rede Pública Municipal de Educação.

D.O.RIO de 19-01-1998 p.004

SCP-SCP/scp-scp
RG1:SCP/24-06-2005
RG2:SCP/24-06-2005

Integra: Lei nº 2619/98

LEI nº 2.619 de 16 de janeiro de 1998

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Autor: PODER EXECUTIVO

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO , faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As escolas de horário parcial ou integral, os Centros Integrados de Educação Pública-Ciep e as Casas da Criança se constituem em Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Educação.

Art. 2º - Ficam criadas, na Rede Pública Municipal de Educação, as unidades de Extensão Educacional, segundo os seguintes quantitativos e modalidades:

I - quatorze Clubes Escolares, com a finalidade de resgatar, no contexto educacional, os princípios fundamentais do esporte, associados à ética esportiva, à cooperação mútua entre os alunos e ao compromisso com a responsabilidade individual frente à coletividade;

II - quatorze Núcleos de Arte, com a finalidade de favorecer e estimular a produção artístico-cultural dos alunos;

III - vinte e quatro Pólos de Educação pelo Trabalho, com a finalidade de os alunos adquirirem experiências relacionadas ao mundo do trabalho que expressem a busca de outras formas de integração social na formação para a cidadania.

Parágrafo único - A criação das Unidades de Extensão Educacional referidas no "caput" não desobriga do cumprimento da grade curricular criado nas demais unidades de ensino da rede municipal.

Art. 3º - Ficam transformados em quatro Centros de Educação Pública-Ciep, os Complexos Educacionais Municipais da Avenida dos

Desfiles e de Ipanema - João Goulart, com as seguintes denominações:

- I - 01.02.102 - Ciep Avenida dos Desfiles/JI;
- II - 01.02.103 - Ciep Avenida dos Desfiles/CA à 4a série;
- III - 01.02.104 - Ciep Avenida dos Desfiles/5a à 8a série;
- IV - 03.06.102 - Ciep João Goulart.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar, sem aumento de despesa, os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas atualmente existentes na estrutura da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - Os cargos em Comissão e Funções Gratificadas, objeto das transformações, serão mantidos na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Anexo II.

Art. 5º - Ficam criados, para compor a estrutura organizacional das unidades escolares, os Cargos em Comissão de Diretor IV, símbolo DAS-6, no total de oitocentos e trinta e dois.

Art. 6º - As unidades educacionais de que trata a presente Lei terão os seguintes Cargos em Comissão e Funções Gratificadas:

I - nas unidades escolares;

- a) Diretor IV, símbolo DAS-6;
- b) Diretor-Adjunto, símbolo DAI-6;
- c) Coordenador Pedagógico, símbolo DAI-6;

II - nas unidades de extensão educacional:

1) Clubes Escolares:

- a) um Chefe I, símbolo DAI-6;
- b) um Auxiliar de Chefia I, símbolo DAI-5;

2) Núcleos de Arte:

- a) um Chefe I, símbolo DAI-6;
- b) um auxiliar de Chefia I, símbolo DAI-5;

3) Pólos de Educação pelo Trabalho:

- a) um Chefe I, símbolo DAI-6;
- b) um Auxiliar de Chefia I, símbolo DAI-5.

§ 1º - As unidades de extensão educacional, quando implantadas em unidades escolares, estarão subordinadas à Direção destas e, quando implantadas fora das unidades escolares, estarão subordinadas às Coordenadorias Regionais de Educação.

§ 2º - As atribuições específicas do Diretor de unidade escolar, do Diretor Adjunto, do Coordenador Pedagógico, do Chefe I e do Auxiliar de Chefia I das unidades de extensão educacional estão definidas no Anexo I da presente Lei.

§ 3º - Ficam mantidos os quantitativos dos cargos em comissão e

funções gratificadas nas unidades de ensino de tempo integral da rede municipal.

Art. 7º - Ficam criadas as categorias funcionais de Agente Escolar e Agente de Apoio Escolar, com as seguintes atribuições, respectivamente:

I - executar atividades inerentes ao desenvolvimento da infraestrutura escolar, particularmente as de apoio à ação educativa do corpo técnico, que atua na educação infantil e na educação especial, de modo geral, entre o corpo docente e o corpo discente na manutenção da disciplina;

II - executar atividades inerentes à manutenção da infraestrutura escolar, particularmente relacionadas à limpeza, à conservação e à guarda das instalações, equipamentos e materiais, além de outras atividades correlatas, indispensáveis ao funcionamento da unidade escolar.

Art. 8º - Para o ingresso nas categorias citadas no artigo anterior, a escolaridade exigida é a seguinte:

I - Agente Escolar - 8ª série do 1º grau;
II - Agente de Apoio Escolar - 4ª série do 1º grau.

Art. 9º - As unidades escolares que compõem a Rede Pública Municipal de Educação são integradas por duas áreas de atuação, segundo a natureza do trabalho, devendo compor cada uma delas, de acordo com a conveniência administrativa, as seguintes categorias funcionais:

I-área pedagógica:

- . Professor;
- . Especialista de Educação.

II - área administrativa:

- . Agente de Administração;
- . Agente Auxiliar de Administração;
- . Agente Escolar;
- . Agente de Apoio Escolar;
- . Merendeira;
- . Inspetor de Alunos;
- . Agente Educador.

Art. 10 - As unidades de extensão educacional são integradas por duas áreas de atuação, segundo a natureza do trabalho devendo compor, cada uma delas, de acordo com a conveniência administrativa, as seguintes categorias funcionais:

I - área pedagógica:

- . Professor, conforme a natureza do Programa;

II - área administrativa:

- . Agente de Administração;
- . Agente Auxiliar de Administração;
- . Agente de Apoio Escolar;
- . Servente.

Art. 11 - Vetado.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos conforme o regulamento do Poder Executivo.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1998

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

ANEXO I
ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

I - DO DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR:

. cumprir e fazer cumprir a legislação específica vigente, a Lei Orgânica e o Estatuto do Funcionalismo Público Municipal do Rio de Janeiro e as determinações emanadas do nível central e intermediário da Secretaria Municipal de Educação, bem como o Regulamento e o Regimento da unidade escolar;

. implementar a proposta pedagógica emanada da Secretaria Municipal de Educação;

. organizar e manter atualizado o Regimento Interno da escola, promovendo, para isso, intercâmbio entre os membros da comunidade escolar;

. responsabilizar - se pelo desenvolvimento dos recursos humanos da unidade escolar;

. delegar poderes , distribuir tarefas e atribuir responsabilidades aos seus funcionários, tomando decisões com base em instrumentos e propostas decorrentes de processo participativo;

. aprovar normas para o desenvolvimento das atividades e estimular o desempenho dos diferentes setores da escola;

. divulgar assuntos de interesse da comunidade escolar;

. trabalhar as relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar;

. promover a integração da escola com a comunidade , buscando parceria constante;

. responsabilizar-se pelo patrimônio público sob sua guarda;

. gerenciar as ações orçamentário-financeiras da unidade escolar;

. gerenciar Programa de Alimentação da unidade escolar;

. responder pela execução dos serviços realizados por funcionário ou mediante contratação de terceiros;

. responsabilizar - se pela documentação escolar de alunos e ex-alunos da unidade escolar.

II - DO DIRETOR ADJUNTO:

. substituir o Diretor em seus impedimentos;

- . responsabilizar - se pela coordenação administrativa, numa ação integrada com todos os setores e profissionais da unidade escolar;
- . planejar , coordenar e gerenciar todos os serviços de apoio administrativo das atividades da escola , supervisionando os responsáveis pelos encargos e serviços gerais;
- . viabilizar a utilização do ambiente escolar em consonância com o Coordenador Pedagógico , visando ao desempenho das atividades educacionais e comunitárias;
- . oferecer às autoridades competentes as informações pertinentes às inspeções administrativas nas unidades escolares;
- . colaborar na destinação e no controle da movimentação dos recursos financeiros da escola, em consonância com as decisões da comunidade escolar;
- . gerenciar , com o Coordenador Pedagógico , o trabalho dos Agentes de Apoio Escolar , a fim de garantir a disciplina necessária ao bom desempenho das atividades pedagógicas;
- . distribuir e supervisionar as tarefas executadas pelos servidores da unidade escolar, assim como o material administrativo necessário;
- . co - responsabilizar - se pelo desenvolvimento dos recursos humanos da unidade escolar.

III - DO COORDENADOR PEDAGÓGICO:

- . assessorar o Diretor na coordenação da elaboração do planejamento, execução e avaliação curricular e o desenvolvimento do trabalho pedagógico , em consonância com as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, de forma a atender à diversidade da escola.

IV - DO CHEFE I:

- . gerenciar todas as ações administrativas, pedagógicas e sócio-culturais dos Clubes Escolares , Núcleos de Arte e Pólos de Educação pelo Trabalho, estabelecendo normas e diretrizes operacionais, segundo a política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

V - DO AUXILIAR DE CHEFIA I:

- . auxiliar o Chefe I em todas as ações administrativas, pedagógicas e sócio-culturais dos Clubes Escolares , Núcleos de Arte e Pólos de Educação pelo Trabalho , no estabelecimento de normas e diretrizes Operacionais, segundo a política educacional da Secretaria Municipal de Educação.
-

Secretaria de Educação

Domingo, 15 de novembro de 2009 - 18:52h

Espécie: DECRETO MUNICIPAL

Sigla:

Número: 20790

Data: 23-11-2001

Ementa

Autoriza o pagamento de gratificação de encargos especiais na Secretaria Municipal de Educação para professores na função de apoio à direção das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino.

D.O.RIO de 26-11-2001 p.006

GMDN-GMDN/gmdn-gmdn
RG:GMDN/19-04-2006

Integra: Decreto nº 20790/01

DECRETO Nº 20790 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2001

Autoriza o pagamento de gratificação de encargos especiais na Secretaria Municipal de Educação para professores na função de apoio à direção das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a previsão legal de que trata o disposto no artigo 119, inciso IV, da Lei nº 94/79;

Considerando o papel da Escola como agente de transformação;

Considerando a necessidade de garantir às unidades escolares uma estrutura funcional para desenvolver o seu projeto político pedagógico;

DECRETA

Art.1º Os professores designados para o desempenho da função de apoio à direção de unidade escolar farão jus à gratificação de encargos especiais prevista no artigo 119, inciso IV da Lei nº 94 de 14 de março de 1979.

Parágrafo único. Além da função de apoio à direção os professores a que se refere o caput ficarão responsáveis pela substituição de professores regentes sempre que ocorrerem eventuais faltas.

Art.2º A gratificação a que se refere o artigo primeiro não poderá ser incorporada como direito e vantagem e será devida enquanto o professor permanecer na função de apoio à direção.

Art.3º O valor da gratificação a que se refere este Decreto corresponderá ao percebido pelos servidores ocupantes de função gratificada, símbolo DAI-6.

Art.4º Os professores a que se refere o artigo primeiro ficam

obrigados ao cumprimento de jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Art.5° Caberá à Secretária Municipal de Educação gratificar os servidores a que se refere este Decreto.

Art.6° A Secretaria Municipal de Educação definirá em Resolução as unidades escolares beneficiadas pelo disposto neste Decreto.

Art.7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2001

437° ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

Secretaria de Educação

Espécie: RESOLUÇÃO
Número: 0772

Sigla: SME
Data: 27-02-2003

Ementa

Altera o anexo único da Resolução SME nº 718 de 03 de dezembro de 2001 / que define as unidades escolares da rede pública municipal beneficiadas pelo Decreto nº 20790, de 23 de novembro de 2001, que autoriza o pagamento da gratificação para professores na função de apoio à direção das UUEE/.

D.O.RIO de 28-02-2003 p.022

D.O.RIO de 19-03-2003 p.015 - Republicação (SSS/sss)

D.O.RIO de 03-03-2004 p.011 - Resolução SME nº 823/04 - Alteração do anexo único

(MSS/mss)

D.O.RIO de 10-03-2004 p.023 - Resolução SME nº 824/04 - Alteração do anexo único

(MHHA/mhha)

D.O.RIO de 03-07-2006 p.013 - Resolução SME nº 917/06 - Revogação (SCP/scp)

LSD-GMDN/lsd-lsd

RG:GMDN/07-04-2006

Integra: (*) Resolução SME nº 772/03 e anexo único

(*) RESOLUÇÃO SME Nº772 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2003.

Altera o ANEXO ÚNICO da Resolução SME nº 718 de 03 de dezembro de 2001.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando:

. o aumento do número de escolas com funcionamento de 7h às 22h para atendimento a alunos matriculados no Projeto de Educação Juvenil e Regular Noturno;

. a alteração ocorrida no número de escolas com um mínimo de dez turmas de horário integral,

. o acréscimo do número de turmas em unidades escolares de 1º e 2º segmento.

RESOLVE:

Art 1º O Anexo Único da Resolução SME nº 718 de 03 de dezembro de 2001 passa a vigorar na forma descrita no Anexo Único da presente Resolução

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2003.

Sonia Maria Corrêa Mograbi

ANEXO ÚNICO

E/1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
01.01.501	CIEP HENFIL
01.02.004	E.M. RIVADÁVIA CORRÊA
01.02.005	E.M. CALOUSTE GULBENKIAN
01.02.505	CIEP JOSÉ PEDRO VARELA
01.03.001	E.M. ESTADOS UNIDOS
01.07.009	E.M. URUGUAI
01.07.011	E.M. CARDEAL LEME
01.07.012	E.M. GONZAGA DA GAMA FILHO

E/2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
02.06.005	E.M. GEORGE PFISTERER
02.08.002	E.M. REVERENDO MARTIN LUTHER KING
02.08.010	E.M. SOARES PEREIRA
02.08.012	E.M. ORSINA DA FONSECA
02.09.021	E.M. PRESIDENTE JOÃO GOULART
02.09.025	E.M. FRANCISCO CAMPOS

E/3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
03.12.001	E.M. OSWALDO CRUZ
03.12.014	E.M. NEREU SAMPAIO
03.12.016	E.M. CEARÁ
03.12.023	E.M. JOAQUIM RIBEIRO
03.12.028	E.M. HERMENEGILDO DE BARROS
03.13.012	E.M. SENADOR JOÃO LYRA TAVARES
03.13.015	E.M. REPÚBLICA DO PERU
03.13.036	E.M. RIO GRANDE DO SUL
03.13.041	E.M. TOBIAS BARRETO
03.13.051	E.M. ALAGOAS

E/4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
04.10.009	E.M. DILERMANDO CRUZ
04.10.010	E.M. NERVAL DE GOUVÊIA
04.10.013	E.M. CARLOS CHAGAS
04.10.020	E.M. JORACY CAMARGO
04.10.023	E.M. LUIZ CÉSAR SAYÃO GARCEZ
04.10.202	CIEP YURI GAGARIN
04.11.005	E.M. PRESIDENTE EURICO DUTRA
04.11.006	E.M. CONDE DE AGROLONGO
04.11.017	E.M. MINISTRO AFRÂNIO COSTA
04.11.023	E.M. MINISTRO PLÍNIO CASADO
04.11.028	E.M. SÃO PAULO
04.11.202	CIEP GREGÓRIO BEZERRA
04.20.007	E.M. ROTARY
04.20.015	E.M. LEONEL AZEVEDO
04.20.201	CIEP OLGA BENÁRIO PRESTES
04.30.001	E.M. PROF. JOSUÉ DE CASTRO
04.30.002	E.M. TEOTÔNIO VILLELA
04.30.003	E.M. BAHIA
04.30.005	E.M. TENENTE GENERAL NAPION
04.30.201	CIEP MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA
04.30.204	CIEP OPERÁRIO VICENTE MARIANO

04.30.206 CIEP HÉLIO SMIDT
 04.31.013 E.M. MONTESE
 04.31.023 E.M. PRESIDENTE GRONCHI

E/5ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
05.14.015	E.M. BARCELONA
05.14.019	E.M. ROSA BETTIATO ZATTERA
05.14.023	E.M. GASPAR VIANNA
05.15.002	E.M. ITÁLIA
05.15.003	E.M. OLEGÁRIO MARIANO
05.15.030	E.M. IRINEU MARINHO
05.15.038	E.M. FRANÇA
05.15.039	E.M. QUINTINO BOCAIÚVA
05.15.041	E.M. OSWALDO TEIXEIRA

E/6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
06.22.006	E.M. ANTENOR NASCENTES
06.22.007	E.M. ALEXANDRE FARAH
06.22.008	E.M. NARBAL FONTES
06.22.201	CIEP POETA FERNANDO PESSOA
06.22.202	CIEP GENERAL AUGUSTO CÉSAR SANDINO
06.22.203	CIEP OSWALD DE ANDRADE
06.22.204	CIEP JOÃO DO RIO
06.25.031	E.M. LEVY MIRANDA
06.25.204	CIEP RUBENS GOMES
06.25.205	CIEP ANTONIO CANDEIA FILHO
06.25.206	CIEP ANTON MAKARENKO

E/7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
07.16.014	E.M. PROFª HELENA LOPES ABRANCHES
07.16.025	E.M. EDGARD WERNECK
07.16.033	E.M. RIO DAS PEDRAS
07.16.048	E.M. NELSON RODRIGUES
07.16.052	E.M. ROSA DO POVO
07.16.059	E.M. HONDURAS
07.16.069	E.M. JORGE AMADO
07.16.203	CIEP N.º 301
07.16.204	CIEP GOVERNADOR ROBERTO DA SILVEIRA
07.16.205	CIEP RUBENS PAIVA
07.16.207	CIEP PABLO NERUDA
07.16.210	CIEP DR. JOAQUIM PIMENTA
07.16.211	CIEP COMPOSITOR DONGA
07.24.009	E.M. PROFª MARGARIDA GLÓRIA DE FARIA
07.24.014	E.M. PROFª DÍDIA MACHADO FORTES
07.24.022	E.M. COMUNIDADE DE VARGEM GRANDE

E/8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
08.17.016	E.M. GETÚLIO VARGAS
08.17.027	E.M. HENRIQUE DE MAGALHÃES
08.17.044	E.M. FERNANDO MAXIMILIANO
08.17.046	E.M. RAUL FRANCISCO RYFF
08.17.049	E.M. EUSÉBIO DE QUEIROZ
08.17.051	E.M. PEDRO MOACYR

08.17.054	E.M. PROF. JOAQUIM DA COSTA RIBEIRO
08.17.055	E.M. PROF. LAURO TRAVASSOS
08.17.062	E.M. JOSÉ PIQUET CARNEIRO
08.17.067	E.M. PRESIDENTE CAFÉ FILHO
08.17.071	E.M. RUBEM BERTA
08.17.075	E.M. GENERAL TASSO FRAGOSO
08.17.078	E.M. EDISON CARNEIRO
08.17.079	E.M. JORGE ZARUR
08.17.083	E.M. JORNALISTA SANDRO MOREYRA
08.17.202	CIEP AMÍLCAR CABRAL
08.17.207	CIEP VILA KENNEDY
08.33.007	E.M. ROSA DA FONSECA
08.33.010	E.M. CAMPO DOS AFONSOS
08.33.012	E.M. ÁLVARO ALVIM
08.33.016	E.M. MÁRIO CASASANTA
08.33.020	E.M. CORINTHO DA FONSECA
08.33.024	E.M. PRESIDENTE ROOSEVELT
08.33.027	E.M. JOSÉ PANCETTI
08.33.031	E.M. TASSO DA SILVEIRA
08.33.048	E.M. LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
08.33.201	CIEP FREI VELOSO

E/9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
09.18.001	E.M. ALBA CANIZARES DO NASCIMENTO
09.18.022	E.M. CASTRO ALVES
09.18.033	E.M. PROF. GILBERTO BENTO DA SILVA
09.18.034	E.M. JESUS SOARES PEREIRA
09.18.051	E.M. PROF. FLORIANO DE BRITO
09.18.073	E.M. MINISTRO ADAUCTO LÚCIO CARDOSO
09.18.075	E.M. MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
09.18.201	CIEP ENGENHEIRO WAGNER GASPAREMERY
09.18.203	CIEP CLEMENTINA DE JESUS
09.18.205	CIEP CLÁUDIO MANOEL DA COSTA

E/10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
10.19.001	E.M. PROF. COQUEIRO
10.19.007	E.M. ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS
10.19.018	E.M. HAYDÉA VIANNA FIÚZA DE CASTRO
10.19.019	E.M. FERNANDO DE AZEVEDO
10.19.022	E.M. LUÍS CAETANO DE OLIVEIRA
10.19.036	E.M. DOUTOR JOSÉ ANTÔNIO CIRAUDO
10.19.045	E.M. PONTE DOS JESUÍTAS
10.19.201	CIEP MINISTRO MARCOS FREIRE
10.19.202	CIEP ISMAEL NERY
10.19.205	E.M. CIEP ROBERTO MORENA
10.19.206	CIEP BARÃO DE ITARARÉ
10.19.207	CIEP DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES
10.19.209	CIEP PAPA JOÃO XXIII
10.19.210	CIEP ALBERTO PASQUALINE
10.19.211	CIEP MAJOR MANOEL GOMES ARCHER
10.26.001	E.M. JÔNATAS SERRANO
10.26.002	E.M. MONTEIRO LOBATO
10.26.003	E.M. PROFESSOR CASTILHO
10.26.008	E.M. ENGENHEIRO GASTÃO RANGEL
10.26.010	E.M. BERTHA LUTZ
10.26.016	E.M. DEBORAH MENDES DE MORAES
10.26.201	CIEP POSSEIRO MÁRIO VAZ

10.26.202 CIEP HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓES

(*)/Republicado no D.O.RIO de 19-03-2003 p.015,por ter saído com
incorreções no
D.O.RIO de 28-02-2003 p.022./

Secretaria de Educação

Espécie: RESOLUÇÃO
Número: 0823

Sigla: SME
Data: 02-03-2004

Ementa

Altera o Anexo Único da Resolução SME nº772 de 27 de fevereiro de 2003/que define as unidades escolares da rede pública municipal beneficiadas pelo Decreto nº 20790, de 23 de novembro de 2001, que autoriza o pagamento da gratificação para professores na função de apoio à direção das UUEE/.

D.O.RIO de 03-03-2004 p.011

D.O.RIO de 03-07-2006 p.013 - Resolução SME nº 917/06 - Revogação (SCP/scp)

MSS-GMDN/mss-mss
RG:GMDN/10-04-2006

Integra: Resolução SME nº 823/04 e anexo único

RESOLUÇÃO SME N.º 823 DE 02 DE MARÇO DE 2004.

Altera o ANEXO ÚNICO da Resolução SME n.º 772 de 27 de fevereiro de 2003.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando:

. o aumento do número de escolas com atendimento de 7 às 22 horas para atendimento a alunos matriculados no Projeto de Educação Juvenil e Regular Noturno;

. a alteração ocorrida no número de escolas com um mínimo de dez turmas de horário integral,

RESOLVE:

Art. 1º O ANEXO ÚNICO da Resolução SME n.º 772 de 27 de fevereiro de 2003 passa a vigorar na forma descrita no Anexo Único da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2004.

SONIA MARIA CORRÊA MOGRABI
Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

E/1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO
01.01.501
01.02.004
01.02.005
01.02.505
01.03.001

UNIDADE ESCOLAR
CIEP HENFIL
EM RIVADÁVIA CORRÊA
EM CALOUSTE GULBENKIAN
CIEP JOSÉ PEDRO VARELA
EM ESTADOS UNIDOS

01.07.001	EM GONÇALVES DIAS
01.07.009	EM URUGUAI
01.07.011	EM CARDEAL LEME

E/2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
02.06.005	EM GEORGE PFISTERER
02.08.002	EM REVERENDO MARTIN LUTHER KING
02.08.010	EM SOARES PEREIRA
02.08.012	EM ORSINA DA FONSECA
02.09.021	EM PRESIDENTE JOÃO GOULART
02.09.025	EM FRANCISCO CAMPOS
02.27.002	EM PAULA BRITO

E/3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
03.12.001	EM OSWALDO CRUZ
03.12.014	EM NEREU SAMPAIO
03.12.016	EM CEARÁ
03.12.022	EM RUBENS BERARDO
03.12.023	EM JOAQUIM RIBEIRO
03.12.028	EM HERMENEGILDO DE BARROS
03.12.031	EM EURICO SALLES
03.13.012	EM SENADOR JOÃO LYRA TAVARES
03.13.036	EM RIO GRANDE DO SUL
03.13.041	EM TOBIAS BARRETO
03.13.042	EM GOIÁS
03.13.051	EM ALAGOAS
03.13.053	EM SUÉCIA

E/4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
04.10.003	EM RUY BARBOSA
04.10.009	EM DILERMANDO CRUZ
04.10.013	EM CARLOS CHAGAS
04.10.020	EM JORACY CAMARGO
04.10.021	EM BRASIL
04.10.023	EM LUIZ CÉSAR SAYÃO GARCEZ
04.11.005	EM PRESIDENTE EURICO DUTRA
04.11.006	EM CONDE DE AGROLONGO
04.11.015	EM SUIÇA
04.11.017	EM MINISTRO AFRÂNIO COSTA
04.11.028	EM SÃO PAULO
04.11.202	CIEP GREGÓRIO BEZERRA
04.20.007	EM ROTARY
04.20.015	EM LEONEL AZEVEDO
04.20.019	EM RODRIGO OTÁVIO
04.20.201	CIEP OLGA BENÁRIO PRESTES
04.30.001	EM PROF. JOSUÉ DE CASTRO
04.30.002	EM TEOTÔNIO VILLELA
04.30.003	EM BAHIA
04.30.005	EM TENENTE GENERAL NAPION
04.30.201	CIEP MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA
04.30.204	CIEP OPERÁRIO VICENTE MARIANO
04.30.206	CIEP HÉLIO SMIDT
04.31.013	EM MONTESE
04.31.018	EM REPÚBLICA DO LÍBANO
04.31.023	EM PRESIDENTE GRONCHI
04.31.026	EM HERBERT MOSES

E/5ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
05.14.002	EM CECILIA MEIRELLES
05.14.015	EM BARCELONA
05.14.019	EM ROSA BETTIATO ZATTERA
05.14.023	EM GASPAR VIANNA
05.15.002	EM ITÁLIA
05.15.003	EM OLEGÁRIO MARIANO
05.15.020	EM WALDEMAR FALCÃO
05.15.026	EM PARAGUAI
05.15.030	EM IRINEU MARINHO
05.15.038	EM FRANÇA
05.15.039	EM QUINTINO BOCAIÚVA
05.15.041	EM OSWALDO TEIXEIRA

E/6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
06.22.006	EM ANTENOR NASCENTES
06.22.007	EM ALEXANDRE FARAH
06.22.008	EM NARBAL FONTES
06.22.201	CIEP POETA FERNANDO PESSOA
06.22.202	CIEP GENERAL AUGUSTO CÉSAR SANDINO
06.22.203	CIEP OSWALD DE ANDRADE
06.22.204	CIEP JOÃO DO RIO
06.25.030	EM TELÊMACO GONÇALVES MAIA
06.25.031	EM LEVY MIRANDA
06.25.204	CIEP RUBENS GOMES
06.25.205	CIEP ANTONIO CANDEIA FILHO

E/7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
07.16.014	EM PROFª HELENA LOPES ABRANCHES
07.16.025	EM EDGARD WERNECK
07.16.033	EM RIO DAS PEDRAS
07.16.039	EM VITOR MEIRELES
07.16.048	EM NELSON RODRIGUES
07.16.052	EM ROSA DO POVO
07.16.059	EM HONDURAS
07.16.063	EM SOBRAL PINTO
07.16.069	EM JORGE AMADO
07.16.203	CIEP N.º 301
07.16.204	CIEP GOVERNADOR ROBERTO DA SILVEIRA
07.16.205	CIEP RUBENS PAIVA
07.16.207	CIEP PABLO NERUDA
07.16.211	CIEP COMPOSITOR DONGA
07.24.009	EM PROFª MARGARIDA GLÓRIA DE FARIA
07.24.010	EM FREDERICO TROTTA
07.24.014	EM PROFª DÍDIA MACHADO FORTES
07.24.022	EM COMUNIDADE DE VARGEM GRANDE
07.34.005	EM ALPHONSUS DE GUIMARAENS

E/8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
08.17.016	EM GETÚLIO VARGAS
08.17.027	EM HENRIQUE DE MAGALHÃES
08.17.044	EM FERNANDO MAXIMILIANO
08.17.046	EM RAUL FRANCISCO RYFF
08.17.049	EM EUSÉBIO DE QUEIROZ
08.17.054	EM PROF. JOAQUIM DA COSTA

RIBEIRO	
08.17.055	EM PROF. LAURO TRAVASSOS
08.17.062	EM JOSÉ PIQUET CARNEIRO
08.17.064	EM MARIETA DA CUNHA DA SILVA
08.17.067	EM PRESIDENTE CAFÉ FILHO
08.17.071	EM RUBEM BERTA
08.17.074	EM MARECHAL ALCIDES ETCHEGOYEN
08.17.075	EM GENERAL TASSO FRAGOSO
08.17.079	EM JORGE ZARUR
08.17.083	EM JORNALISTA SANDRO MOREYRA
08.17.202	CIEP AMÍLCAR CABRAL
08.17.207	CIEP VILA KENNEDY
08.33.007	EM ROSA DA FONSECA
08.33.010	EM CAMPO DOS AFONSOS
08.33.012	EM ÁLVARO ALVIM
08.33.016	EM MÁRIO CASASANTA
08.33.020	EM CORINTHO DA FONSECA
08.33.024	EM PRESIDENTE ROOSEVELT
08.33.027	EM JOSÉ PANCETTI
08.33.031	EM TASSO DA SILVEIRA
08.33.048	EM LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
08.33.201	CIEP FREI VELOSO
E/9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	
DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
09.18.001	EM ALBA CANIZARES DO NASCIMENTO
09.18.022	EM CASTRO ALVES
09.18.033	EM PROF. GILBERTO BENTO DA
SILVA	
09.18.034	EM JESUS SOARES PEREIRA
09.18.051	EM PROF. FLORIANO DE BRITO
09.18.073	EM MINISTRO ADAUCTO LÚCIO
CARDOSO	
09.18.075	EM MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
09.18.086	EM PROF. FABIO CESAR PACÍFICO
09.18.201	CIEP ENGENHEIRO WAGNER GASPAR
EMERY	
09.18.203	CIEP CLEMENTINA DE JESUS
09.18.205	CIEP CLÁUDIO MANOEL DA COSTA
E/10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	
DESIGNAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR
10.19.001	EM PROF. COQUEIRO
10.19.011	EM RONALD DE CARVALHO
10.19.017	EM OTELO DE SOUZA REIS
10.19.018	EM HAYDÉA VIANNA FIÚZA DE
CASTRO	
10.19.019	EM FERNANDO DE AZEVEDO
10.19.022	EM LUÍS CAETANO DE OLIVEIRA
10.19.024	EM JULIO CESÁRIO DE MELO
10.19.031	EM MARECHAL PEDRO CAVALCANTI
10.19.036	EM DOUTOR JOSÉ ANTÔNIO CIRAUDO
10.19.045	EM PONTE DOS JESUÍTAS
10.19.201	CIEP MINISTRO MARCOS FREIRE
10.19.202	CIEP ISMAEL NERY
10.19.205	EM CIEP ROBERTO MORENA
10.19.206	CIEP BARÃO DE ITARARÉ
10.19.207	CIEP DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES
10.19.209	CIEP PAPA JOÃO XXIII
10.19.210	CIEP ALBERTO PASQUALINE
10.19.211	CIEP MAJOR MANOEL GOMES ARCHER

10.26.001	EM JÔNATAS SERRANO
10.26.003	EM PROFESSOR CASTILHO
10.26.010	EM BERTHA LUTZ
10.26.018	EM EMMA D' AVILA DE CAMILLIS
10.26.201	CIEP POSSEIRO MÁRIO VAZ
10.26.202	CIEP HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓES

CIEP MADECHAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT
Linhas Gerais para a Elaboração do Horário

Montar o horário de forma a:

- . Garantir, diariamente, 6t para núcleo comum e 2t para atividade;
- . Garantir, diariamente uma atividade que priorize o brincar;
- . Informática e vídeo devem vir seguidas para viabilizar as parcerias;
- . As turmas de Educação Infantil e de Alfabetização terão o horário adaptado às suas peculiaridades;
- . Sessão Pipoca de 15 em 15 dias - Agendar com a Lúcia;
- . Piquenique - no horário do brincar (1 tempo)

NÚCLEO COMUM; 30 tempos semanais

LÍNGUA PORTUGUESA; 10 tempos

- . Gramática - 2t + 1t - Estudo Dirigido
- . Interpretação - 2t + 1t - Estudo Dirigido
- . Ortografia - 1t + 1t - Estudo Dirigido
- . Produção de Texto - 2t

MATEMÁTICA; 10 TEMPOS

- . Cálculos; 3t + 1t - Estudo Dirigido;
- . Conceituação; 2t + 1t - Estudo Dirigido
- . Problemas; 2t + 1t - Estudo Dirigido

GEOGRAFIA; 2t

HISTÓRIA; 2t

CIÊNCIAS; 2t

CIDADANIA TERRENA; 1t

LEITURA DO MUNDO; 1t

ATIVIDADES; 10 tempos semanais

- 1) Artes; 1t
- 2) Hora do Conto; 1t
- 3) Informática; 1t
- 4) Psicomotricidade; 1t (EI/1101/1102/1103/1203/1303)
- 5) Sala de Leitura; 1t
- 6) Vídeo; 1t

Atividades do Brincar;

- 7) Brinquedoteca; 1t
- 8) Ed. Física; 2t
- 9) Jogos Didáticos; 1t
- 10) Recreação Livre; 1t

